

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOLUME XXIV — FASC. III

SUBSIDIADO PELA DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR, FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN, INST. PORTUGUÊS DO PATR. MÓN. CULTURAL
E CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES



PORTO — 1983

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA «DR. MENDES CORRÊA» — Faculdade de Ciências

CONSELHO DIRECTOR DA SOCIEDADE PORTUGUESA
DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

PRESIDENTE

JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR

Prof. jub. de Antropologia e Sociologia da F. C. da Univ. do Porto

Res. Quinta da Caverneira — Águas Santas — 4445 Ermesinde

VICE-PRESIDENTE

ABEL SAMPAIO TAVARES

Prof. apos. da F. M. da Univ. do Porto

Res. Rua de Tânger, 1661-2.º E — 4100 Porto

SECRETARIO

AGOSTINHO FARINHA ISIDORO

Naturalista da F. C. da Univ. do Porto

Res. Rua Germano de Paiva, 41 — 4450 Matosinhos

TESOUREIRO

AGOSTINHO CAMPOS FERREIRA

Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras

Rua Antero de Quental, 110-1.º Esq. — 4000 Porto

VOGAL-BIBLIOTECARIO

OSVALDO DA SILVA FREIRE

Assistente da F. C. da Univ. do Porto

Res. Rua de D. Manuel II, 104 — 4000 Porto

Trabalhos de Antropologia e Etnologia



TRABALHOS

DE

Antropologia e Etnologia

Publicação da
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOLUME XXIV — FASC. III

SUBSIDIADO PELA DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR,
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN E CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

PORTO

Sede da Sociedade: INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DR. MENDES CORRÊA
UNIVERSIDADE DO PORTO

ERRATAS

Pág.	Linha	Onde se lê	Leia-se
402	19	castralhouco	castralhouço
405	7	encordoadas	encordoados
405	7	entriçadas	entrelaçadas
407	13	fusoíolas	fusaiolas
410	14	traço	troço
441	8	entrada	estrada
448	4	nascente sul	nascente, sul
454	25	segundo	segunda
466	15	parte	pasta
475	25	realizada	realizado
476	4	propuz	propus
477	12	passos	panos
478	21	passava	pousava
478	22	ponto	ponta
491	8	momento	monumento
497	3	mondim	mandim
508	24	Arqueológicas Históricas	Arqueológico--Históricas
527	1	se	de
527	18	macrocofalia	macrocefalia
529	15	animals	animais)
529	24	(Fig. 1)	(Fig. 6-5)
538	10	eliminar Fig. 1	—
539	33	ali	ali
545	1	XII	XII
545	6	Marrana	Marrana
545	16	se reproduz na Fig. 1	vai entre as págs. 538-539
565	16	normalmente	normalmente
582	7	greiras	geiras

Castros do concelho de Boticas

POR

Avelino Alves Miranda Júnior *
Joaquim Norberto dos Santos **
Joaquim R. dos Santos Júnior ***

O concelho de Boticas ⁽¹⁾ tem uma área de 326,40 km² distribuídos por 16 freguesias.

Na área do concelho contam-se 24 castros lusitano-romanos ⁽²⁾, ou pelo menos tidos como tais, a maioria dos quais está implantada em cabeços ao longo, e de um e outro lado,

* Rua 5 de Outubro, 7 — 5460 Boticas.

** Quinta da Caverneira — Águas Santas — 4445 Ermesinde.

*** Quinta da Caverneira — Águas Santas — 4445 Ermesinde.

(1) Boticas é vila sede de concelho do distrito de Vila Real e província de Trás-os-Montes. Confina pelo norte com o concelho de Montalegre; pelo sul com os concelhos de Cabeceiras de Basto, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar; e a leste com o de Chaves. Boticas fica 24 Km a sudeste de Chaves.

(2) É corrente e empregada no sentido geral esta designação de castros lusitano romanos, porquanto a maioria dos nossos castros foi romanizada. No entanto alguns castros apresentam vestígios de épocas sucessivas desde o neolítico até às invasões romanas. E há-os em que não se encontram pedaços maiores ou menores de tégula, a telha de rebordo, que é considerada como segura indicação de que o castro foi romanizado. É ampla a cronologia dos nossos Castros. Alguns remontam a épocas longínquas, pré-histórica, e não ultrapassam os primeiros tempos da Idade do Bronze.

do rio Terva, que corre a meio do vale chamado a *Ribeira* (Fig. 1).

Os 24 castros do concelho de Boticas atestam a expansão da cultura castreja na área do concelho.

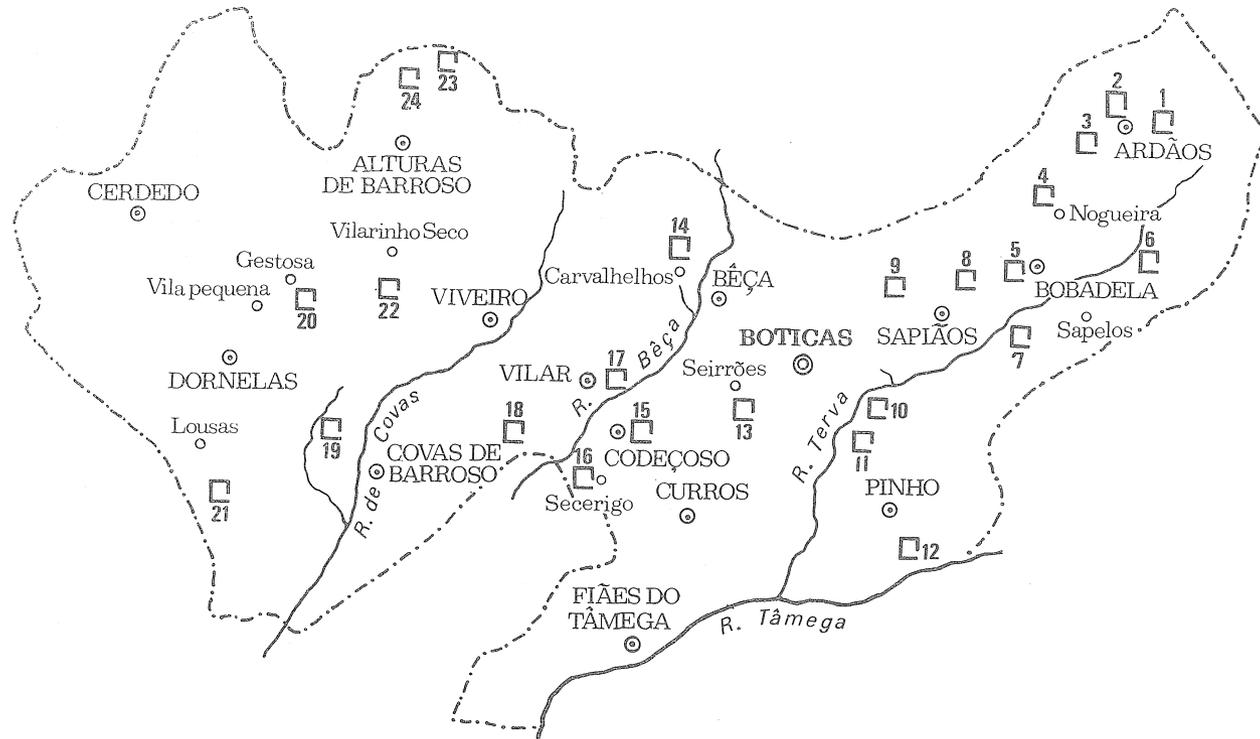
A Idade do Ferro no nordeste peninsular, Galiza e norte de Portugal, é caracterizada pela chamada *cultura castreja*, assim designada por os castros serem o seu elemento mais significativo. O âmbito geográfico da *cultura castreja* abrange a actual Galiza, sendo o seu limite pelo nascente o rio Návía, e o norte de Portugal até ao rio Douro, ou, um pouco mais a sul, até Águeda. Dos castros são muitos os seus nomes vulgares.

Castro crasto, e *castelo dos mouros* são, seguramente, as três designações mais frequentes. *Citânia* é o chamamento geral para os castros de grandes dimensões. Mas há muitos nomes populares, a saber: *casal dos mouros*, *casalico*, *casalinhãs*, *casarelhos*, *casicas*, *casildro*, *casinhas*, *castelar*, *castelo dos mouros*, *castelejo*, *casteleijão*, *casteloso*, *castelinho*, *castiêlho*, *castilejo*, *castilhão*, *castragosa*, *castralheira* ou *castralheiras*, *castralhouco*, *castrelinhos*, *castrelos*, *castrelhão*, *castro*, *castrilhão*, *castrilhouço*, *castrobuço*, *cêrca dos mouros*, *cidade*, *cidade*, *couto dos mouros*, *coroa*, *crestelo* ou *crestelos*, *crístelo*, *crestim*, *escantrilhousos*, *feira dos mouros*, *murada*, *muradal*, *muro*, *paredêlhas* e *toural dos mouros*.

Os castros foram remotas povoações assentes em montes ou cabeços, mais ou menos altos, quase sempre junto ou na proximidade dum rio, ou ribeiro, e muitas vezes na confluência de cursos de água. Assim sucede por ex. no castro do Mouril em termo da freguesia de Pinho, concelho de Boticas, que fica na confluência da Ribeira de Sampaio com o rio Tâmega.

Um castro é, na sua essência, um recinto muralhado assente quase sempre no topo dum cabeço com naturais condições de defesa, reforçando a sua posição estratégica com vários sistemas defensivos. Uma ou mais fiadas de muralhas (o *castro*

CONCELHO DE BOTICAS



CASTROS DO CONCELHO DE BOTICAS

Fig. 1 — Carta da distribuição dos castros do concelho de Boticas.

Nomes dos Castros e povoação próxima 1: Cunhas-Ardãos; 2: Gorda, id.; 3: Malhó ou Amalhó id.; 4: Nogueira, id.; 5: Brejo-Bobadela; 6: Muro ou Cêrca-Sapelos; 7: Sapelos id.; 8: Muro-Sapiãos; 9: Cabêço-Granja; 10: Couto dos Mouros-Boticas; 11: Outeiro do Pardo-Boticas; 12: Mouril-Pinho; 13: Torre-Seírrões; 14: Carvalhelhos-Carvalhelhos; 15: Poio ou Naia-Codeçoso; 16: Castro-Secerigo; 17: Vilar-Vilar; 18: Lezenho-Campos; 19: Poio-Covas; 20: Lamas-Gestosa; 21: Ervas Ruivas-Lousas; 22: Mena ou Couto dos Mouros-Vilarinho Seco; 23: Castelo de S. Romão-Alturas de Barroso; 24: Cornos das Alturas-Alturas de Barroso.

de *Gestosa-a-Dornelas*, chamado *Castro do Souto de Lamas* tem três); um ou mais fossos: (o castro de *Carvalhelhos* tem 3 fossos, com funduras que em alguns atingem 7 e 8 metros); terraplenos e antecastros, e, por vezes, um ouriçado de *pedras fincadas*, que muito dificultaria a marcha quer do homem quer dos cavalos.

No castro de *Carvalhelhos* há ainda pedaços de *pedras fincadas* a bordejar o terceiro fosso e restos de *pedras fincadas* na crista de separação dos dois fossos da encosta poente.

As habitações castrejas apresentam vários tipos de planta: circular, sub-circular, oval e rectangular.

Em algumas destas habitações aparecem bancos corridos, lareiras, fornos e pavimentos.

Quanto à distribuição das habitações verificam-se às vezes agrupamentos de casas configurando bairros. Assim sucede por ex. no *Castro da Curalha* (concelho de *Chaves*), onde, a meio do recinto muralhado, há uma fiada de 7 casas, de paredes meeiras, fiada que deve indicar um arruamento que ainda não houve ensejo de escavar. Também no *Castro da Curalha* (¹),

(¹) O *Castro da Curalha* fica no alto de um cabeço e uns 800 m a sul da aldeia da *Curalha* e sobranceiro ao *Rio Tâmega* que lhe corre pelo nascente.

Este castro, pelas 8 campanhas de escavações que há anos ali se têm feito, tem mostrado vários aspectos de assinalado interesse arqueológico. A *Câmara Municipal de Chaves* tem acompanhado com interesse os trabalhos que ali tem sido realizados e parcialmente subsidiado os mesmos, bem como a publicação dos relatórios anuais dos serviços ali feitos.

Ao ilustre Presidente da *Câmara*, Sr. Eng. Branco Teixeira e ao Sr. João Baptista Martins, vereador do *Pelouro Cultural*, são devidos agradecimentos, que mais uma vez lhes testemunhamos. Os trabalhos até agora publicados foram os seguintes; *Castro de Curalha—1.ª Campanha de escavações*. 1974, por P.º Adolfo Augusto Magalhães, Francisco Gonçalves Carneiro Júnior e Adérito Medeiros Freitas, Braga, 1973, 20 págs. e 17 figs. *O Castro de Curalha—2.ª e 3.ª Campanhas de escavações—1975 e 1976*, por P.º Adolfo Magalhães, Dr. Adérito Medeiros Freitas e Prof. J. R. dos Santos Júnior, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia»,

a um e outro lado da porta aberta a nascente, há fiadas de casas entestadas à muralha, com paredes meeiras, e das quais a muralha desempenha o papel de parede fundeira.

As manifestações artísticas castrejas são essencialmente de dois tipos: decorativo e em esculturas.

A decoração arquitectónica é à base de triscelos, espirais entrelaçadas, encordoadas, etc., e bem assim as notáveis pedras formosas.

As esculturas são de dois tipos: antropomorfos, *guerreiros lusitanos*, e zoomorfos, *berrões*.

No mundo material castrejo é deveras notável a ourivesaria, bem definida pelos numerosos achados de jóias de ouro e de prata, braceletes, arrecadas, torques (o torques em fili-grana de ouro, do castro do cabeço de N.^a Senhora da Assunção — Vila Flor ⁽¹⁾, é, sem dúvida, a mais bela das jóias dos nossos castros), arrecadas, diademas e fíbulas. No Museu da Região Flaviense, em Chaves, há porções de duas fíbulas de prata ⁽²⁾.

O material castrejo mais abundante, quer à superfície quer achado em escavações, é a cerâmica, predominantemente micá-

Fasc. I, vol. 23, Porto, pág. 19-40, 13 desenhos e 19 fotografuras; *O Castro da Curalha — 4.^a Campanha de escavações — 1977*, por id., id., id., in id., Fasc. I, vol. 24, Porto, 1981, pág. 59-86, 10 desenhos e 27 fotografuras. *O Castro da Curalha — 7.^a Campanha de escavações — 1981*, por Dr. Adérito M. Freitas e Prof. J. dos Santos Júnior, in id., Fasc. II, vol. 24, Porto 1982, págs. 265-291, 4 desenhos e 20 fotografuras. Está em publicação a 8.^a campanha e a decorrer a 9.^a campanha.

(1) Este belíssimo torques foi adquirido pelo Museu Etnológico de Belém (Lisboa). *O Torques de Ouro de Vilas Boas (Vila Flor)*, in «Revista de Guimarães», por J. R. Santos Júnior & Osvaldo S. Freire, Fasc. 1-4, vol. 75, Barcelos, 1965, 20 págs. e 4 figs.

(2) *As fíbulas de prata do Museu de Chaves*, por J. R. dos Santos Júnior, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Fasc. 4, vol. 24, Porto, 1980, pág. 599-607, 1 desenho e 2 fotografuras.

cea, numa grande variedade de vasos, de tamanho e formato diversos.

A cerâmica com múltiplos temas decorativos: círculos simples ou concêntricos, linhas simples horizontais, oblíquas ou angulares, etc. Predominam as técnicas de incisão e de impressão.

A economia dos castrejos baseava-se especialmente na ganaderia, cabras, ovelhas e porcos e na cultura de cereais, trigo, centeio, fava e painço ou milho miudo.

Neste capítulo teve grande importância económica a mineração.

A do estanho confirmada pelas escórias que se têm achado em alguns castros, de que o Castro de Carvalhelhos é exemplo típico.

Algumas amostras das escórias colhidas neste castro por um de nós (S. J.) foram estudados por dois Professores universitários. O Prof. Eng.º A. Herculano de Carvalho, que foi Director do Laboratório de Análises do Instituto Superior Técnico de Lisboa e Reitor da Universidade Técnica da mesma cidade e pelo Eng.º Horácio Maia e Costa, Prof. Catedrático da Faculdade de Engenharia do Porto e que foi Vice-Reitor da Universidade do Porto.

Este último, no trabalho *Notas sobre as escórias encontradas no Castro de Carvalhelhos*, publicado nos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, vol. XX, Porto 1965-1966, págs. 173 a 198, 7 Figs., demonstrou que tais escórias resultaram da metalurgia do estanho, facto que já tinha sido apontado, como hipótese, pelo Prof. Herculano de Carvalho.

O Prof. Eng.º Maia e Costa, no citado e modelar trabalho, em face da análise química e do estudo macroscópico e microscópico a que procedeu, concluiu:

a) que o fundente utilizado no tratamento do minério de estanho (cassiterite) foi o óxido de ferro (hematite ou limonite);

b) que o estudo das escórias compactas revelava terem sido atingidas temperaturas superiores a 1300 graus.

Estes factos, e especialmente o último, demonstram claramente terem os castrejos de Carvalhelhos atingido notáveis conhecimentos do mecanismo da redução e fusão da cassiterite (Sn O_2), muito apreciado minério de estanho. Mas os notáveis e perfeitos conhecimentos da metalurgia dos castrejos são também confirmados pelos objectos de bronze e pelas jóias de prata e de ouro, algumas delas executadas em filigrana e enfeitadas com pequeninos grânulos esferoidais.

As considerações que acabamos de fazer são confirmadas pelos instrumentos de trabalho achados nos castros: moinhos manuais, cadinhos, moldes, pias, pondus, fusoíolas, etc. e também pelas fontes literárias gregas e romanas.

Os povoados castrejos podem considerar-se como a expressão topográfica ou geográfico-cultural de um estilo de vida que durou pelo menos 1000 anos, desde o século VII ou VIII a.C. até ao século II-III depois de Cristo. Teve o seu apogeu na II Idade do Ferro (Post-Halstático), nos 3 séculos antes de Cristo e nos primeiros da nossa era.

Nos castros como escreveu o Prof. Mendes Correia ⁽¹⁾ floresceu «uma cultura indígena primitiva que antes foi também mais ou menos celtizada».

No trabalho *O Castro de Carvalhelhos*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», revista da Soc. Portuguesa de Antrop. e Etnologia, Vol. XVI, Porto, 1958, págs. 25 a 62, e 29 Figs., na pág. 29 escrevemos (S. J.) o que segue.

«As sociedades indígenas castrejas, primeiro celtizadas, a seguir romanizadas e depois cristianizadas, constituíram a base estreme em que entroncou sólida e firma a nacionalidade por-

(1) Mendes Corrêa — *Os povos primitivos da Lusitânia* (Geografia, Arqueologia, Antropologia), Porto, 1924, 390 págs. e 32 Figs; citação na pág. 301.

tuguesa. Por isso todos os castros deviam ser considerados imóveis de interesse público».

Convenientemente escolhidos, deviam ser escavados alguns, 3 ou 4, em cada distrito, sob orientação científica segura, procurando, tanto quanto possível, repô-los na sua feição primitiva, a coberto da fúria destruidora dos ladravazes da pedra e da obstinada e louca mania dos não menos furiosos, pesquizadores de tesouros.

Nos castros implantam-se velhas raízes da nacionalidade portuguesa.

Numa primeira campanha de trabalhos na segunda semana do mês de Maio de 1983, prospectamos os 10 castros de que a seguir damos, de cada um, a sua situação, condições de acesso, muralhas, fossos, casas e alguns achados de superfície, nomeadamente cerâmica e mós de moinhos.

Para esta campanha a Câmara Municipal concedeu um subsídio de 40 000\$00 para despesa das viagens de ida e volta do Porto-Boticas em automóvel próprio, pequenos deslocamentos locais; subsídios de ajudas de custo a S. J. e N. S.; despesas em aquisição de material fotográfico, revelação e provas, e material de consumo corrente.

Para as visitas aos castros a Câmara cedeu-nos um jeep que foi guiado pelo Sr. Arnaldo Machado, distinto funcionário municipal, que, além de bom volante, foi auxiliar prestimoso na observação e registo das características de cada castro.

CASTRO DA GORDA

Este castro fica a cerca de 1,5 km, de mau caminho, a noroeste da típica aldeia de Ardãos, que é sede de freguesia e fica a 15 km a nordeste de Boticas, sede do concelho.

É o indicado com o n.º 2 na Fig. 1.

O *Castro da Gorda*, como lhe chama o povo, toma o nome do sítio, chamado «a Gorda». Ao lado e para o norte é o sítio dos Fornos.

Este último sítio, que não pudemos ir ver, pode, talvez, ter interesse arqueológico. São frequentes as designações de «fornos dos mouros» dadas pelo povo especialmente às cistas e outros pequenos monumentos funerários, e até a alguns pequenos dólmenes.

Foi nosso guia e informador o Sr. João Chaves, proprietário local e velho conhecimento de um de nós (A. M.).

O *Castro da Gorda* fica a noroeste da aldeia de Ardãos num cabeço empinado e pedregoso, a cerca de quilómetro e meio da aldeia de Ardãos. A subida foi áspera por a encosta estar cheia de mato, em alguns sítios com 2 m de altura e muito espesso.

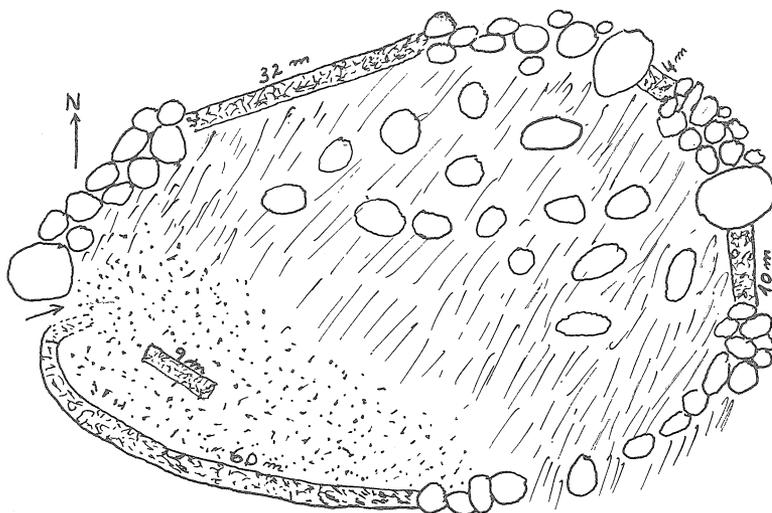


Fig. 2 — Desenho esquemático do Castro da Gorda (Ardãos) com 82 m de comprimento por 63 de largura máxima. O pontuado, a um e outro lado do murete de 9 m de comprimento, 1 de largura e 80 cm de altura, representa a área com terra. O tracejado é rocha viva semeada de alguns penedos.

O reduto cimeiro é ovalar (Fig. 2) com 82 m de comprimento, no alinhamento nascente-poente, e 63 m de largura no sentido norte-sul. É rodeado de fiadas de penedos de granito e porções de muralhas entre os penedos terminais de cada fiada e o primeiro da fiada seguinte.

O reduto é marginado por fragas mais ou menos alinhadas e 4 troços de muralhas, «alagadas» no dizer local, assinaladas por fiadas de pedras em montões caóticos.

Partindo do poente, da presumível porta do castro, há um pedaço da muralha com 60 m de comprimento, indicado pelo alinhamento do montão de pedras dela aluidas.

Aquela entrada no castro tem um grande penedo que forma, por assim dizer, a ombreira daquela presumível porta.

Aquele primeiro traço de muralha (Fig. 2) segue-se uma fiada com 60 m de penedos, não muito grandes, entremeados de fraga lisa e pendente, em lavadouro coincidente com o pendor de vertente do lado sul.

Uma porção de 10 m de muralha, também alagada, corre entre o extremo da anterior fiada de penedos e um enorme penedo, o primeiro de nova fiada, esta com 12 m de comprimento.

Depois um pequeno troço de 4 m de muralha esboroadá a entestar com grande penedo a que se seguem outros mais pequenos postos em fiada de 15 m.

Depois a quarta e última porção de muralha com 32 m, em cuja porção inicial, ou seja a ponta do lado nascente, há algumas pedras de topos apicotados.

Segue-se uma penedia de fragas um tanto angulosas, a última das quais é o grande penedo ombreira da presumível porta do castro.

Três quartos do reduto são fraga viva plana, pedra em que quase não há mato (urze e carqueja), o que contrasta com a periferia do alinhamento da muralha, dos lados nascente, sul e poente, cheia de mato espesso e alto pelo menos de metro

e meio. O lado norte, o mais alto do reduto, é penedia, linha de defesa natural daquele lado do reduto.

Não se viu qualquer sinal de casas; aliás a única porção com terra (Fig. 2), que fica a um e outro lado dum murete de 9 m, é o sítio, e escasso, a seguir à presumível porta, onde poderiam encontrar-se restos de casas mas não se viu quaisquer pedras que, pelo seu alinhamento, levassem a crer como indicadoras de casas.

Não se viu qualquer pedaço de cerâmica.

Os habitantes daquele castro, se é que foi local de habitação permanente, iam buscar água ao Ribeiro das Cerdeirinhas que corre na base do monte pelo lado do norte.

Como três quartos da área do reduto são de pedra lisa e suavemente inclinada, tal área não oferecia boas condições para o assentamento de casas. Por outro lado é pequena a área com terra, a um e outro lado do murete de 9 m de comprimento por 1 m de largura e 80 cm de altura e não se viu ali nada a assinalar o menor vestígio de casa.

Parece plausível admitir que o *Castro da Gorda* tenha sido um couto para refúgio e pernoita de rebanhos.

CASTRO DO CABEÇO

O Castro do Cabeço fica em termo da freguesia da Granja, que dista apenas 2 km da sede do concelho que confronta pelo norte.

O monte cónico, ou *cabeço*, em que assenta o castro, fica a escassos 300 m da estrada nacional n.º 103, km 146, entre Sapiãos e o Alto de Fontão. É propriedade da Junta de Freguesia.

A carta do Estado Maior 1/50 000 indica este castro e marca-lhe a cota de 784 m. É o indicado com o n.º 9 na carta da Fig. 1.

Está densamente coberto de pinhal e mato espesso com predomínio de carqueja, que tapa quase completamente os vestígios das casas circulares e outros possíveis restos de interesse arqueológico.

Visto à saída da estrada que parte de Boticas e seguindo para poente, leva a Bêça, Carvalhelhos e Campos e depois desce para Covas, o monte do Cabêço avulta como magestoso cone, totalmente revestido de pinhal.

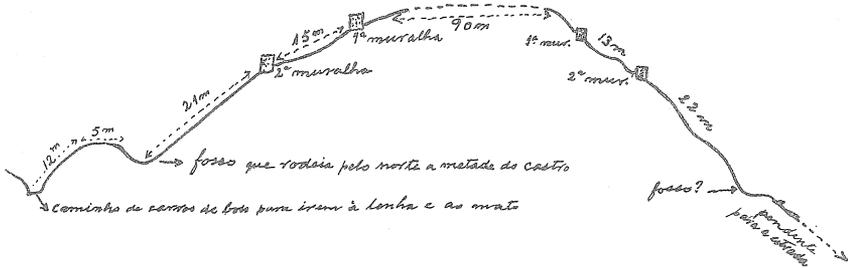


Fig. 3 — Perfil do Castro do Cabêço no alinhamento N. S.

Informaram que aquela pequena mata de pinhos pertence à Junta da freguesia. Interessa como primeira medida a tomar, para o conveniente estudo e valorização daquele castro, abater os pinheiros e queimar o mato.

Depois há que proceder a escavações convenientemente orientadas para sua valorização arqueológica, digamos científica.

Pelo pouco que dele se conhece e pelo que se viu leva-nos a crer que aquele castro tem marcado interesse arqueológico.

O acesso ao castro é fácil por rodeira de carros de bois que vai da estrada até ao alto a uma portela, com um pequeno cabeço pela esquerda, e pela direita com um fosso e a empinada ladeira com 21 m que vai até à 2.ª muralha, no alinhamento N. S (Fig. 3).

Dada a natureza do castro, a sua situação a três escassas centenas de metros da estrada, a fácil subida por rodeira de carros de bois, que, com pequeno e conveniente arranjo, poderá permitir a subida de carros ligeiros, o castro virá, seguramente, a ter crescente interesse turístico à medida que um plano sistemático de escavações vier a pôr a descoberto aquilo que o denso matagal encobre, mas que aqui e ali já se vislumbram restos de presumível interesse arqueológico.

Foi aquele alinhamento N. S. que seguimos ao percorrer o castro.



Fig. 4 — Penedos acavalados no alinhamento da 1.^a muralha do Castro do Cabeço constituindo um sector de robusta defesa.

À 2.^a muralha segue uma rampa de 15 m, muito menos íngreme que a anterior, que leva à 1.^a muralha. Esta circunda o reduto cimeiro, anel defensivo, que, no alinhamento seguido, entronca com grandes penedos altos de 3 a 4 m (Figs. 4 e 5).

Uns 10 m acima destes grandes penedos encontramos uma casa circular com 3,40 m de diâmetro que em 1955 foi escavada por um de nós (A. M. J.).



Fig. 5 — Penedos acavalados no alinhamento da 1.^a muralha.
Pormenor da figura anterior.

Retirados os muitos ramos secos, alguma caruma, e delgada camada de terra que tapava o fundo, puzemos a descoberto algumas pedras de granito, rectangulares ou subquadra-

das bem assentes e bem ajustadas, que formavam o pavimento lajeado da casa (Figs. 6 e 7).

Viram-se mais alguns restos a assinalarem casas circulares.

É de crer que uma vala exploradora ao comprido da plataforma do reduto cimeiro, venha a encontrar 10 a 12 casas e talvez mais.

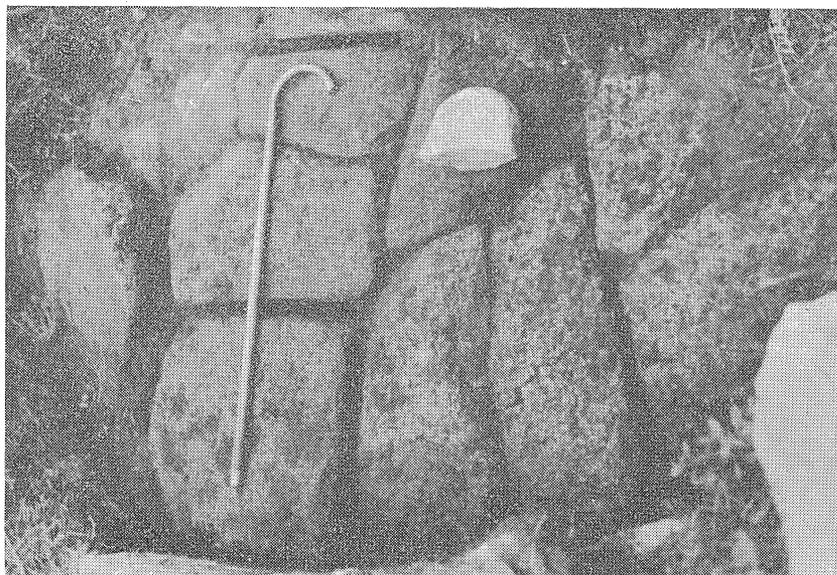


Fig. 6 — Aspecto parcial do lajeado de casa circular do Castro do Cabeço com 3,40 de diâmetro situada 10 m acima dum grupo de grandes penedos incorporados no alinhamento da 1.^a muralha.

Dentro da casa lajeada (Figs. 6 e 7) encontramos um pedaço de tegula com uns 20 cm de comp.

Junto da casa vimos metade da pequena pedra, mó anda-deira de moinho manual, com 17 cm de comprimento da aresta da fractura.

No pendor do lado sul vimos um pinheiro, com o raizeiro em prato, tombado pela ventania, que pôs a descoberto o lajeado de uma casa circular.

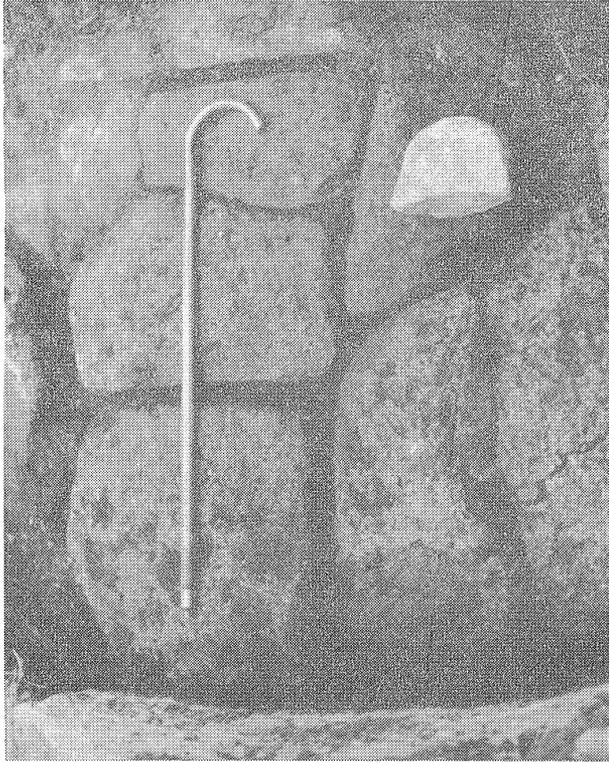


Fig. 7 — Pormenor da fig. anterior. A bengada mede 82 cm. A pedra branca é metade da mó andadeira de moinho manual, é de granito de grão grosso, tem de comprimento 11 cm e de aresta da fractura 17 cm.

Na vertente sul do alinhamento que vimos seguindo depa-ramos com uma grande casa circular, com 3,80 m de diâmetro (Fig. 8). Informou o companheiro (A. M. J.) que essa casa foi escavada em Agosto de 1982 por alguns docentes da Universi-

dade do Minho, sob orientação de uma Professora da mesma Universidade.

Dela distante 2 m para o lado poente há outra casa circular com 3,30 m de diâmetro, que foi isolada pelo colaborador A. M. J. e lhe descobriu o pavimento lajeado. Medimos duas pedras do lado nascente daquele lajeado, ambas rectangulares, uma com 42×48 cm e a outra ligeiramente arqueada com 40×55 cm e encurvada com o redondo da parede.



Fig. 8 — Grande casa circular com 3,80 cm de diâmetro escavada em Agosto de 1982 por uma brigada arqueológica da Universidade do Minho.

A face interna da porção do lado norte desta casa tem 90 cm de altura, mostrando no alto 3 pedras postas em, digamos, arranjo helicoidal (Fig. 9).

Particularidade interessante observada nesta casa é a preparação que fizeram à fraga em que assentou.

A fraga foi parcialmente alisada em rebaixo com um rebordo saliente cerca de 3 cm a aguentar as pedras da base da fiada externa da parede daquela casa lajeada.



Fig. 9 — Porção da parede de uma casa circular com 3,30 m de diâmetro e com pavimento lajeado, a pedras de granito.

Boa nascente num lameiro dos chamados «lameiros do Cabêço», a uns 200 m sensivelmente ao nível da base do lado N. do cabêço, seria o manancial que abasteceria de água os habitantes do cabeço.

Viram-se pedaços de tégula, ou telha de rebordo, em 3 cores, branca, rosada e vermelho tijolo, muito fragmentada. Também encontramos alguns bocados de telha de calceira ou de capelão ou de «cápia». De bronze, uma única moeda pequenina de que tentei fazer decalque e de bronze três pequenos pedaços

de chapa delgada, e 1 barrinha delgada com 5 cm de comprimento e de secção quadrada com 3 mm de lado.

CASTRO DO MOURIL

Este castro fica na extrema do lado nascente da freguesia de Pinho, a confrontar com a povoação da Arcossó, da freguesia de Vidago, do concelho de Chaves. É o n.º 12 da Fig. 1.

O monte do Mouril é rodeado a nascente e a sul pelo rio Tâmega e fica na confluência da Ribeira de Sampaio com o Tâmega, ribeira que limita o castro pelo poente,

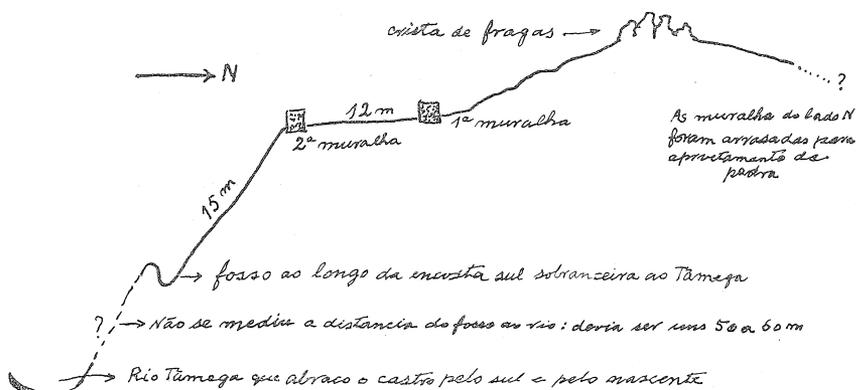


Fig. 10 — Perfil do sul para norte do Castro do Mouril. Com as pedras das muralhas do lado norte fizeram-se paredes de suporte de terra da quinta do Mouril anexa ao Castro.

O acesso faz-se pela estrada n.º 311 de Boticas a Vidago. Ao km 108, segue-se à direita o estradão que leva à Quinta do Mouril. Andando 1 km aparece-se-nos o monte do Mouril, de lombada suavemente encurvada em alinhamento leste-oeste.

O Sr. José Joaquim Afonso Ribeiro, actual dono da Quinta, aproveitou toda a pedra das muralhas do lado norte para fazer

na quinta muros de suporte de terra. Informou correr na tradição que há naquele monte uma mina que o atravessa de lado a lado.

Aquele castro tem duas muralhas, como se indica no desenho da Fig. 10 que esquematiza a vertente sobre o rio Tâmega no alinhamento S. N.

Quase no cimo do topo sul do castro há um pedaço da 1.^a muralha esbarrondada com 40 m, paralelo ao rio Tâmega, que a mata densa de pinhal não deixa ver o rio.

A muralha foi feita de pedras de xisto e algumas pedras de granito, em forma de cunha e face do topo apicotado.

A 2.^a muralha (Figs. 11 e 12) tem 2,60 m de largura e 50 a 60 cm acima da terra; tem um troço levemente arqueado a rodar para o topo do lado poente do castro, com 30 m de comprimento.



Fig. 11 — Porção derruída da 2.^a muralha do Castro do Mouril do lado sul, sobranceira ao Tâmega, que rodeia o monte pelo norte e poente. As duas pessoas indicam a largura da muralha que é de 2,60 m.

Entre as duas muralhas há um patamar de 12 m de largura.

Viu-se aflorando à superfície da terra, junto da face interna da 1.^a muralha, parte do anel da parede duma casa circular. A parede com 45 cm de largura.

Viram-se outros afloramentos possivelmente indicadores de mais 3 casas circulares, e é bem possível que haja mais algumas que o muito mato, crescido no patamar entre muralhas, não permitiu pesquisar com pormenor.

O Sr. J. Afonso Ribeiro ao desfazer as muralhas encontrou uma pedra de granito subrectangular que incorporou num paredão de suporte de terreno.

A pedra tem uns 75 cm de comprimento, largura de 47 cm e espessura de 25 cm.



Fig. 12 — Porção inicial dum troço da 2.^a muralha do Castro do Mouril com 30 m de comprimento a rodar para o topo do lado poente, também com 2,60 m de largura.

O lado cimeiro tem dois entalhes arqueados simétricos que determinam um topo mediano mamelonado.

Tal pedra talvez possa interpretar-se como tendo sido preparada para lápide, em cuja face se gravaria a inscrição respectiva.

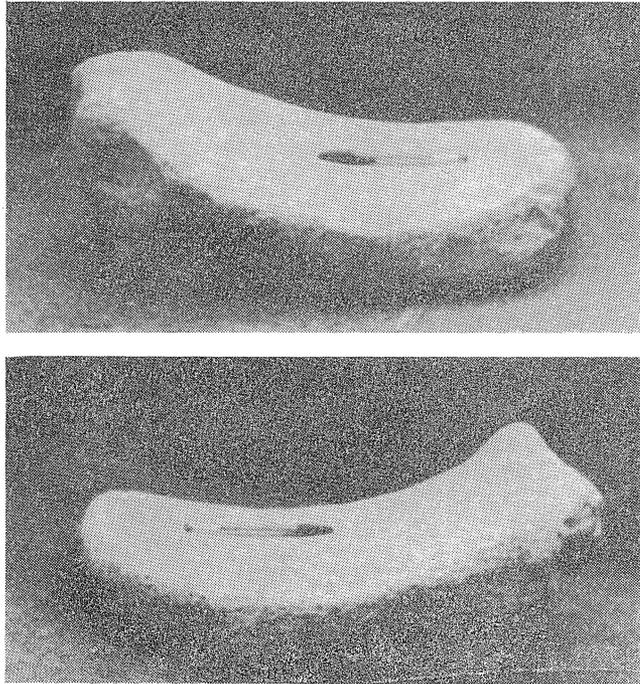


Fig. 13.—Pedra de granito de grão grosso, mó dormente de moinho manual achada a 3 m de fundura ao escavar o terreno da vinha na base do lado N do Castro do Mouril. A caneta mede 13 cm.

Foi arrancada do paredão em que estava metida, para ver a outra face que também não tinha quaisquer letras ou qualquer sinal.

O Sr. J. A. Ribeiro encontrou a 3 metros de fundura a pedra de granito da Fig. 13, que é mó dormente dum moinho manual.

Tem 48 cm de comprimento. Num dos topos altura de 21 cm e no outro 7,8 cm. No máximo rebaixo do desgaste a espessura é de 7,5 cm.

A superfície desgastada pela moedura é lisa, quase polida, e tem 31 cm de largura.

A pedra foi-nos gentilmente oferecida e entregue na Câmara para o futuro museu municipal.

OUTEIRO DO PARDO

O Outeiro do Pardo fica na margem direita do rio Terva, e o acesso faz-se pela estrada 311 até ao km 101, seguindo-se depois, à direita, por um estradão que a 300 ou 400 m adiante chega ao Outeiro do Prado, que vai indicado na Fig. 1 com o número 11.

O Outeiro do Prado é um picoto, ou cabeça, pedregoso, quase um ajuntamento de penedos em que se destacam do lado nordeste os maiores, cortados quase a prumo numa altura de 18 a 20 m.

Fica junto do rio Terva que corre pela base do Outeiro e o abraça pelo norte, leste e, em parte, pelo sul.

Na base do Outeiro, pelo sul, corre uma tosca muralha, de 30 m, paralela ao rio e que depois torce e segue direita ao rio.

Não sabemos se o que resta corresponde a uma verdadeira muralha destróçada, e não é senão um paredão esbarrondado feito de toscas e angulosas pedras de granito, assentes a fazer parede consoante a feição da face lhe oferecesse condições de melhor assentamento.

O outeiro é alto de cerca de 25 a 30 m, tendo no cimo um montão de grandes fragas de granito.

A meia encosta grandes fragas que em alguns sítios parece terem sido ligadas por estreitas muralhas ou simples muretes, em troços pequenos, nunca superiores a 10 m.

Entre a penedia há poucos e escassos plainos que pudessem oferecer condições para a implantação de casas, das quais na zona percorrida não encontramos qualquer vestígio.

Se não fôra o achado que em oportunidade anterior um de nós (A. M. J.) ali fez de 11 pedaços de cerâmica de tipo castrejo (Fig. 14) apanhados na margem do rio junto da base dos

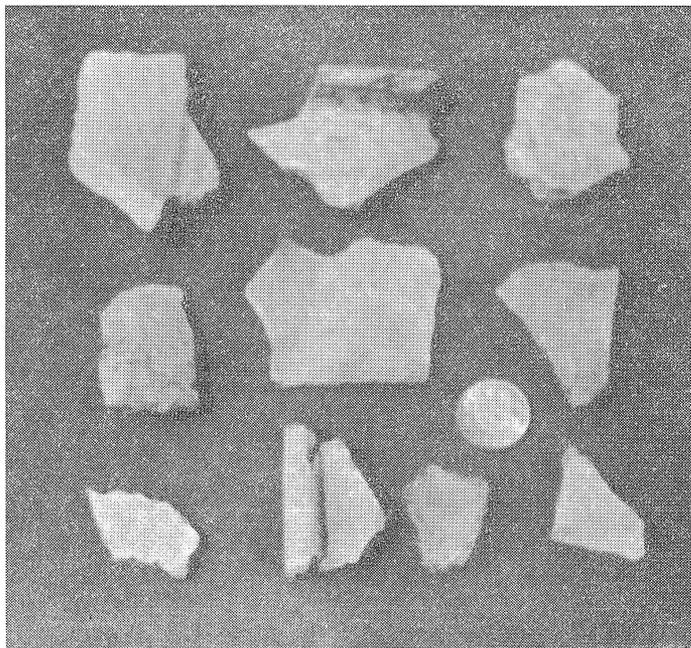


Fig. 14 — Pedaços de cerâmica castreja apanhados à superfície por um de nós (A. M. J.) na margem do Terva lado norte do Outeiro do Pardo. A moeda de 5 escudos está a indicar dimensões.

altos penedos do lado nordeste, cortados quase a prumo numa altura de cerca de 20 m, àquele Outeiro não se lhe poderia atribuir a qualidade de agregado arqueológico de tipo castrejo.

Entre os 11 pedaços de cerâmica realçam dois bordos de vasos. Um deles de cor castanho-escuro é de pasta relativa-

mente fina e micácea, com palhetas finas de moscovite; mede 4,7 cm por 6,7 e o bordo é revirado em pala quase horizontal com aba 2 cm de largura. A face externa é lisa e polida (gogada). A espessura da parede da pança ou barriga do vaso é de 5 mm.

O outro bordo de cor castanho-amarelada é de pasta grosseira micácea e com grãos de areia; mede 4,8 cm por 3,5 e a espessura do início da pança do vaso é de 1,0 cm. Este bordo é formado por cordão roliço com 1 cm de altura. Pela sua robustez e pequena curvatura dete ter pertencido a um grande vaso com grande boca.

Apareceram mais 8 pedaços de cerâmica todos pequenos, de várias pastas mais ou menos finas e mais ou menos micáceas. Apenas um deles, com $6,8 \times 5,0$ cm, e espessura de 9 mm tem um sulco numa das faces.

COUTO DOS MOUROS

A esquerda da estrada 311 que vai de Boticas para Vidago, ao quilómetro 100 e 800 m, fica o Couto dos Mouros, cabeça pedregoso com grandes fragas de granito.

Fica sobranceiro ao Ribeiro do Terva que a uns 200 m lhe corre pelo poente. Vai indicado na Fig. 1 com o n.º 10.

Do lado norte há um pequeno troço de muralha com 10 m de comprimento assinalado em parte por uma fiada de pedras em montão linear caótico.

Há outro troço do lado poente com 12 m de comprimento e feito de pedra tosca. Não se viu uma única pedra apicotada.

Pelo nascente muitas fragas a constituírem, por assim dizer, linha de defesa natural.

Do lado sul é possível que tivesse existido muralha, mas há dezenas de anos que ali tem havido pedreira que deve ter arrazado a muralha. Como este é o lado mais acessível do castro seria certamente o lado melhor defendido, e, daí, o dever

ter ali havido um pano de muralha de que, no entanto, se não viu qualquer resto.

No alto há uma casa circular com 2,7 m de diâmetro e paredes ao rés da terra com 80 cm de largura, feitas de pedra tosca. Não se lhe viu pedra apicotada.

O abastecimento de água era feito na Ribeira do Terva que, como já se disse, lhe passa a poente a cerca de 200 m.

Um de nós (A. M. J.), há tempos atrás, ali encontrou quase metade de mó circular de moinho com 9,5 cm do bordo ao buraco mediano. É de granito de grão médio.

Na face posterior tem um rebaixo circular, pouco acentuado, e um buraco marginal pouco fundo, com cerca de 3 cm de diâmetro e fundura de pouco mais de 2 cm.

Este pedaço de mó está à guarda do seu achador para ser incorporado no museu regional, que se pensa instalar no velho edifício que muitos anos foi sede da Câmara.

Alguns remeximentos de terra maiores ou menores é de crer que atestam trabalhos de pesquisadores de tesouros.

O CASTRO DE SAPELOS

Sapelos fica a 9 km de Boticas e é aldeia ou lugar da freguesia de Sapiãos. O castro de Sapelos fica ao lado da estrada 103, ao km 151,6, logo a seguir à chamada Ponte Pedrinha sobre o rio Terva, e à direita de quem vai de Boticas para Chaves.

O castro fica no alinhamento da *ponte pedrinha*, e assenta na crista do monte que lhe fica fronteiro pelo nascente. Vai indicado na Fig. 1 com o número 7.

Subimos pelo lado norte. Deparamos com um fosso com 3 m de boca a rodear uma fraga, que marcava o início dum longo patamar com 155 m de comprimento e largura de 40 a 45 m.

Este fosso era patente umas duas dezenas de metros, ao lado e um pouco abaixo do bordo poente do longo patamar. O mato espesso não permitiu esclarecer suficientemente o seguimento do fosso a todo o comprimento do bordo do patamar. No entanto é de crer que assim seja.

Parece, segundo informação colhida em Sapelos, que este patamar era muralhado. Se assim era é de crer que aquele patamar fosse o recinto de recolha dos rebanhos.

O patamar, ligeiramente ascendente, estende-se até ao cabeço onde assenta propriamente o castro, rodeado de muralha e fossos.

A seguir ao longo patamar com 155 m de comprimento, no sentido N. S., o terreno ascende para o terreiro ou reduto, onde assenta propriamente o castro.

Entre o primeiro longo patamar e a pequena rampa ascendente ao terreiro do castro, há um fosso largo e profundo cujo afundamento informaram resultou da exploração do quartzo, de que aquele cabeço é em grande parte formado, e ali foi explorado.

A exploração estendeu-se também à encosta do lado nascente e possivelmente aos largos fossos do lado sul.

O fosso do levante roda para sul e deve seguir mais ou menos paralelo à muralha do lado poente. O muito mato, espesso e forte, tapa o seu alinhamento, que é apenas levemente assinalado.

Tudo leva a crer que o prolongamento deste fosso rodeava completamente o terreiro do castro.

O topo sul do terreiro tem um combro de terra com o comprimento de 10 m e em média com altura de 1 m, que será resto de muralha de terra.

A seguir a este combro de terra desce uma rampa no fundo da qual corre à direita e à esquerda um fosso de cerca de 4 m de boca e fundura de 1 m a metro e meio.

Este fosso é a continuação do grande fosso que se estendia ao longo da base da encosta voltada à nascente.

O estradão destruiu grande parte deste grande fosso, que no extremo sul roda e vai passar na base da rampa atrás referida.

Um pouco antes de atingir a rampa na linha N S bifurca-se. Um dos ramos continua ao longo da encosta poente, paralelamente, e a uns 10 m, da muralha, constituindo o 1.º fosso do conjunto defensivo. O outro largo ramo é descendente e a alguns metros roda para norte a formar o 2.º fosso. O mato espesso apenas permite calcular, pouco mais que adivinhar, o seu delineamento, que, no entanto, nos deu a impressão de que se ia afastando do 1.º fosso à medida que ia seguindo ao longo da encosta poente.

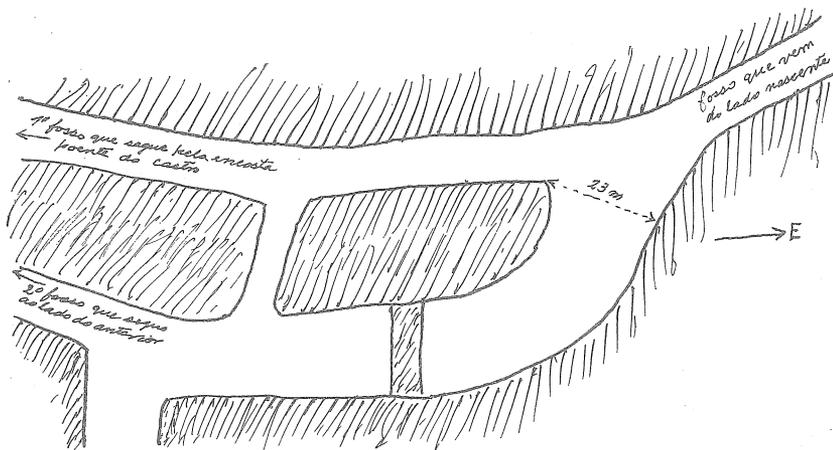


Fig. 15 — Desenho muito esquemático da malha de largos fossos no topo sul do Castro de Sapelos.

A uns 30 m da bifurcação referida, do 1.º fosso sai um outro fosso que vai desembocar no 2.º fosso, e que poderemos chamar fosso transversal ou de ligação. Tem uns 40 m de comprimento e o seu bordo do lado E mostra a todo o comprimento uma fiada de pedras de granito que será talvez indício de muralha.

Como o desenho esquemático da Fig. 15 mostra, há ali uma curiosa e estranha malha de largos fossos, com bocas

de 20 m, e que parece ter resultado de exploração mineira, talvez apenas de quartzo de que o monte parece ser essencialmente constituído.

O castro deve ter sido muralhado a toda a roda.

Do lado nascente viram-se, de onde a onde, pequenos pedaços de muralha com 1 m ou pouco mais e apenas com 3 fiadas de pedras de granito.

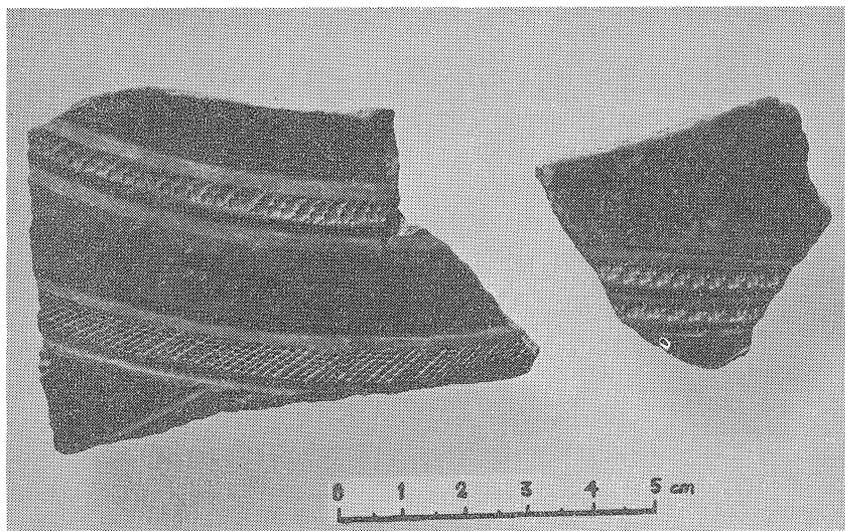


Fig. 16 — Cerâmica ornamentada achada por um de nós A. M. J. no Castro de Sapelos.

Do lado poente, no pendente sobre a estrada e numa extensão de 50 a 70 m, há uma fiada de pedras de granito em montão caótico, fiada que deve corresponder à 2.^a muralha. Uma das pessoas que fomos ouvir à aldeia de Sapelos foi o Sr. Élcio, indivíduo dos seus 50 anos, que nos declarou lambrar-se de que, pelos seus 14 anos, o castro tinha muralha a toda a roda com altura que lhe dava pelo peito.

O castro foi muito rapinado das pedras das muralhas, levadas para construir casas na aldeia.

No topo sul do reduto intramuralha há um combro de terra que deve corresponder a um alteamento da muralha, ou terra em reforço da mesma.

Todo o reduto está revestido de carqueja e urze e no seu topo norte algumas giestas que não permitiram descobrir a existência de quaisquer restos de construções.

Apenas numa depressão do reduto junto do alinhamento da muralha do lado poente se viu um arqueado de pedras de granito, que é de supor ser resto de uma casa circular.

Da estrada sai um estradão que sobe a encosta rodeia o monte do castro pelo nascente e vai passar perto do topo sul do reduto.

Por ali é fácil a subida ao terreiro do castro, que fica ligeiramente acima do primeiro patamar, terreiro que tem 155 m de comprimento por 40 a 45 de largura.

Nada se encontrou que merecesse interesse arqueológico.

No entanto, um de nós (A. M. J.) em visita anterior feita ao castro ali encontrou 2 pedaços de cerâmica quase negra de superfície polida. O pedaço maior (Fig. 16) está ornamentado a punção com fiadas lineares de pontinhos entre sulcos pouco fundos riscados em paralelo, e entre outros dois sulcos uma série de pequeninos SS ligeiramente inclinados sobre a direita.

O pedaço mais pequeno, como a mesma fotografia da Fig. 16 mostra, está ornamentado por duas fiadas de pequeninos SS semelhantes aos do pedaço maior.

Estes dois espécimes de cerâmica negra, brunida ornamentada, estão à guarda do seu descobridor (A. M. J.) e destinam-se ao projectado museu municipal de Boticas.

CASTRO DE CARVALHELHOS

Fomos ao Castro de Carvalhelhos, especialmente para ver o resultado da pulverização com arbusticidas Raundup e Mouticida que um de nós (S. J.) aplicara ao mato daquele castro

aquando da realização da 31.^a campanha de trabalhos ali realizada em Agosto de 1982.

Algumas espécies estavam inteiramente secas e outras um tanto murchas, talvez por nestas, especialmente na carqueja, a pulverização ter sido mais ligeira.

Todos os anos o serviço de limpeza com o corte e arranque do mato, urze, carqueja, silvas, charogaço e ervagem, é causa de preocupação e de despesa. Se o emprego dos arbusticidas resultar há economia e ganho de tempo.

Embora o Castro de Carvalhelhos, a que o povo chama *Castelo dos Mouros* ou simplesmente *Os Mouros*, venha sendo estudado por um de nós (S. J.) desde 1952 em campanhas sucessivas ⁽¹⁾, faremos curta síntese dos trabalhos ali feitos e seus resultados.

⁽¹⁾ As primeiras escavações fizemo-las (S. J.) em Setembro de 1951. As despesas com o pessoal foram de conta da Empresa das Águas de Carvalhelhos. Seguiram-se outras campanhas de escavações de que fomos dando conta nos respectivos relatórios que se indicam a seguir. J. R. dos Santos Júnior, *O Castro de Carvalhelhos*, in «Trabalhos de Antropologia Etnologia», Fasc. 1-4, vol. XVI, Porto 1958, pág. 25-62, 6 desenhos e 23 fotografuras; *id.*, *Rampas de acesso às muralhas do Castro de Carvalhelhos*, in «Boletim de la Comision de Monumentos de Orense», Tomo XX, Anos 1959-1960, Orense 8 págs e 4 Figs. *id.*, *Escavações no Castro de Carvalhelhos (Campanha de 1963)*, in «Trabalhos de Antrop. e Etnol.», Fasc. 2.º vol. 19, Porto, 1963, pág. 187-193, 5 figs.; *id.*, *Escavações no Castro de Carvalhelhos (Campanha de 1961)*, in *id.*, Fasc. 2.ª vol. 19, Porto, 1965, págs. 360-365 e 8 Figs.; *id.* *Duas campanhas de escavações no Castro de Carvalhelhos (1965-1966)*, in *id.* Fasc. 1-2, vol. 20, Porto, 1966, pág. 181 e 9 figs.; *id.* *Escavações no Castro de Carvalhelhos (Campanha de 1970)*, in *id.*, Fasc. 1.º, vol. 22, Porto, 1971, pág. 72-75 e 4 figs.; *id.*, *As notáveis condições de defesa do Castro de Carvalhelhos*, Fasc. 3.º, vol. 22, Porto 1973, págs. 207-219 e 2 figs; *id.* *Castro de Carvalhelhos — Campanha de escavações em Agosto de 1975*, in *id.*, Fasc. 4.ª vol. 22, Porto, 1975, pág. 559-566 e 4 figs. *id.*, *Castro de Carvalhelhos — Campanha de 1976*, in *id.*, Fasc. 9.º, vol. 23, Porto, 1977, pág. 161-165 e 2 figs.; *id.*, *27.ª Campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos (1977)*, in *id.*, Fasc. 2.º e 3.º, vol. 23, Porto, 1978 pág. 323-333 e 16 Figs.; *id.*, *28.ª Campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos, 1979*; in *id.*, Fasc. 4.º, vol. 23, Porto, 1980, pág. 609-621 e 8 figs.; *id.*, *29.ª Campanha de escava-*

O Castro de Carvalhelhos assenta num cabeço sobranceiro às justamente afamadas Águas de Carvalhelhos, em termo da aldeia de Carvalhelhos anexa à freguesia de Bêça, que fica a 6 km de Boticas, sede do concelho. Na Fig. 1 está indicado no número 14.

Desde 1951 aquele castro é imóvel de interesse público (Decreto n.º 38941, Diário do Governo, 2.ª série, de 6 de Novembro de 1951.

São 3 as linhas de muralhas do castro.

A primeira muralha, em alguns sítios com 3 m de largura, forma um anel à volta do reduto cimeiro, arredondado, com 51 m no sentido N. S. e 42,5 m no sentido E. O.

Com pedras caídas da muralha reconstruímo-la, em alguns troços a um pouco mais de 2 m de altura. Pessoas idosas inquietas afirmaram que há muitos anos atrás as muralhas eram muito altas, antes de lhe arrancarem pedras com que foram feitas várias casas da aldeia.

Uma das pessoas que inquiri em 1950 foi um velho de 85 anos. Lembra-se bem de, quando rapaz, ver aquela muralha em alguns sítios com altura de dois homens.

Quer dizer: aquela primeira muralha atingiria à cerca de 100 anos 3,5 a 4,5 m de altura e talvez já com falta de pedra. Não será ousado supor que as muralhas tivessem 4,5 a 5 m de altura quando íntegras.

A segunda muralha, a que talvez pudéssemos chamar a muralha exterior, entesta na primeira junto da porta do castro e segue pela encosta do lado poente direita ao ribeiro e a uma distância de 30 m da muralha cimeira.

ções no Castro de Carvalhelhos, 1980, in id., Fasc. 1.º vol. 24, Porto, 1981, pág. 141-148 e 8 figs.; id., 30.ª Campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos, Agosto de 1981, Fasc. 2.º, vol. 24, Porto, 1982, pág. 249-263 e 10 figs.

Está em publicação a 31.ª Campanha feita em Agosto de 1982 e já se fez este ano em Julho-Agosto de 1983 a 32.ª campanha que aguarda publicação na primeira oportunidade.

A terceira muralha, ou muralha da base, estende-se por mais de 100 m paralela e a curta distância do ribeiro.

Há 15 ou 16 *rampas de acesso* às muralhas, sendo 10 ou 11 na cimeira ou primeira muralha e 5 na segunda.

Estas rampas foram assinaladas pela primeira vez como particularidade da arquitectura castreja. Há-as também no Castro da Curalha e também as descobrimos (S. J.) no Castro de S. Vicente da Chã (Pisões — Montalegre).

É de crer que esta particularidade, enquadrada na arquitectura defensiva dos castros, embora nunca tivesse sido assinalada, seja comum a todos os castros, sabendo-se que a altura das muralhas devia ir a, pelo menos, 4 m. O certo é que tais rampas foram pela primeira vez postas a descoberto por um de nós (S. J.) no castro de Carvalhelhos.

As *pedras fincadas* formando em conjunto uma espécie de ouriçado, onde é difícil passarem homens ou cavalos, é mais uma linha de defesa a juntar às muralhas e aos fossos. Estas pedras vêem-se em muitos castros do leste trasmontano. As dos castros de Carvalhelhos e do de S. Vicente da Chã, são as que, até hoje, se assinalaram mais a ocidente do leste de Trás-os-Montes, onde, como se disse, são frequentes.

No Castro de Carvalhelhos há *pedras fincadas* ao comprido e ao largo (8 a 10 m de largura) na zona cimeira do bordo externo do terceiro fosso. Há-as também na crista de separação dos dois fossos que se estendem ao lado da segunda muralha na vertente ou encosta do lado poente.

Uma particularidade que concorre para notabilizar o castro de Carvalhelhos é a profundidade dos seus fossos.

Na cumieira há 3 fiadas de fossos, enquanto que nas encostas do nascente e do poente há só dois.

É que o 2.º fosso do nascente, ao chegar ao ponto onde o cabeça em que assenta o castro se liga ao monte que o domina, bifurca-se, aumentando com mais um fundo regueirão o poder

defensivo daquele sector, sem dúvida o mais vulnerável a qualquer assalto.

A amplitude das bocas dos fossos é variável, indo de 4 a 8 m.

Surpreendeu-nos (S. J.) a fundura atingida por alguns troços, especialmente na cumieira e na encosta do lado nascente, onde chega a atingir 7 e 8 m de fundo.

Há ainda um regueirão por fora e paralelo ao 2.º fosso da encosta voltada a nascente, talvez fosso incipiente, ainda em estudo.

As grandes funduras dos fossos que vão de 4 e 5 m até 7 e 8, são mais um notável elemento defensivo que notabiliza aquele castrinho, sem dúvida pequeno, mas cheio de interesse arqueológico.

No Castro de Carvalhelhos descobriram-se algumas casas.

No recinto ou reduto cimeiro 7, sendo 4 circulares, uma das quais com vestíbulo parcialmente destruído, e 3 rectangulares. Fora de muralha na encosta do lado nascente encontraram-se 4, das quais 2 circulares, uma delas com vestíbulo, e 2 rectangulares.

Nas escavações colheu-se bastante cerâmica quase toda muito fragmentada e lisa, isto é sem ornamentação; a mais dela de manufactura grosseira, granosa e micácea, tipicamente castreja. Não se encontrou o menor pedaço de tégula, a característica telha de rebordo, que, quando se encontra, é considerada como típico sinal de romanização.

Apanharam-se alguns quilos de escórias que foram analisadas pelos distintos colegas Prof. Eng.º A. Herculano de Carvalho, Catedrático do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, que foi Reitor da Universidade Técnica de Lisboa e pelo Prof. Eng.º Horácio Maia e Costa, também catedrático, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e que foi Vice-Reitor da mesma Universidade.

O primeiro fez a análise química e admitiu que fossem escórias de extracção de estanho. O segundo pormenorizou o

exame, fazendo observações microscópicas, e concluiu que aquelas escórias eram resultantes da extracção do estanho da cassiterite (SnO_2) e que se tinham conseguido temperaturas de pelo menos 1.300 graus.

Entre as peças de metal, além de uma fivela de bronze e outros restos de menor interesse, sobressai uma fíbula também de bronze ornamentada por fiadas de granulações esferoidais.

Apareceram 4 moedas todas mais ou menos cerceadas.

De bronze, um ás de Augusto com orifício de suspensão e dois áses de Tibério.

De prata um denário de Augusto e um pequeno disco quase circular com os diâmetros em milímetros de 14×12 e o peso de 17 dg. Possivelmente moeda.

Apareceram apenas duas contas de vidro uma oblonga translúcida com irisações douradas e outra azul esferoidal.

Apanhou-se uma bela pedra de anel em vidro vulcânico, elíptica com 12×10 mm e a espessura de 1,8 mm. Tem gravada uma figura feminina.

A maior parte do material colhido no Castro de Carvalhos, por acordo do Instituto Português do Património Cultural, foi entregue ao Museu Municipal da Região Flaviense, onde já se encontram em exposição algumas colecções e peças de grande interesse arqueológico de vários castros e de achados feitos na área do concelho de Chaves.

O CASTELO DE BREJO OU CIDADONHA

Este castro fica a oeste de Bobadela, aldeia situada do lado poente da Ribeira do Terva, na base da serra do Leiranco e a 8 km a nordeste da sede do concelho. Vai indicado na Fig. 1 com o número 5.

Na área da freguesia da Bobadela são conhecidos dois castros, o da *Cêrca* e o do *Brejo* ou da *Cidadonha*. Foi só este o que pudemos prospectar em rápida visita.

Fica o *Castro do Brejo* ao lado e sobranceiro à casa do guarda florestal, que, por sua vez, fica a cerca de 800 m a poente da aldeia de Bobadela.

O castro assenta no alto dum pequeno cabeço pedregoso com muitas fragas de granito, especialmente numerosas e amontoadas no topo cimeiro.

O acesso ao castro faz-se pelo caminho que da aldeia vai à casa do guarda florestal, e pela subida da ladeira, de uns 150 a 200 m de comprimento, não difícil de trepar.

O reduto ou terreiro, por sinal com pouca terra, pois uma boa parte é rocha viva, a pender suavemente para nascente, é limitado dos lados nascente, norte e sul por fiada descontínua de grandes pedras a marginarem o terreiro ou reduto. Na fiada ou alinhamento das pedras a marginar o reduto há algumas pedras tombadas e falhas por falta de pedras que devem ter sido levadas para fazer casas, páteos ou lareiras.

Medidas de algumas pedras limitantes do reduto ou terreiro.

Quem sobe no alinhamento da casa do guarda florestal, encontra uma rampa, por falta de pedra, que permite entrar no terreiro.

Logo à direita desta entrada há pedras encostadas e postas em fiada (Fig. 17). A primeira tem crista acuminada, saliente da superfície do reduto escassos 35 a 40 cm, mede pela face oposta, à que ampara o reduto, a altura de 1,10 m, tem 1,30 m de largura e uns 40 cm de espessura.

A segunda, também de crista saliente do reduto pouco mais de um palmo, mede na face externa 1,35 m de altura, 2,20 m de comprimento e espessura de 30 a 35 cm (Fig. 17).

Uma terceira pedra limitante do terreiro, distante 50 cm da anterior tem 1,0 m de altura a mesma medida do comprimento da anterior e 30 cm de espessura.

Há clareiras por falta de pedras no alinhamento do sul para norte que fomos seguindo, algumas das quais com super-

fície que certamente seria quase plana, com 2×2 m e espessura rondando os 25 a 30 cm, davam boas pedras de lareira. Outras clareiras devidas às pedras simplesmente tombadas.

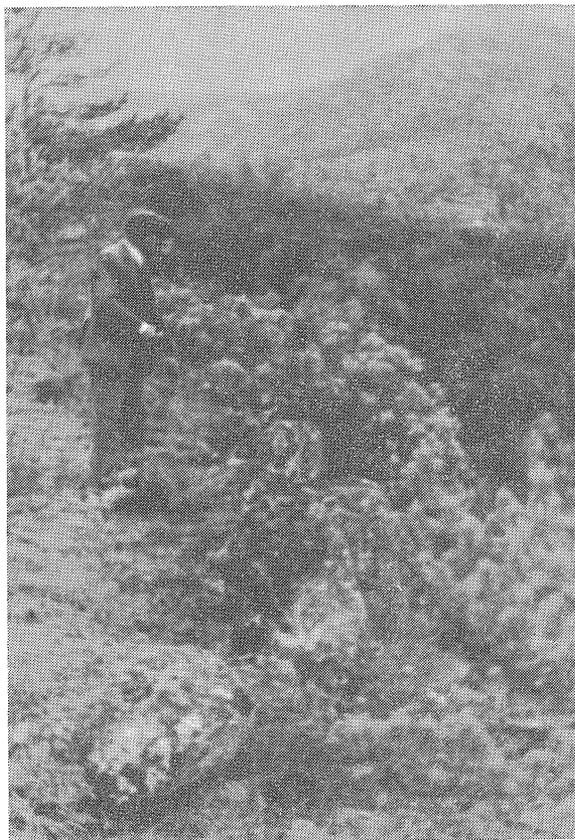


Fig. 17 — Fiada de pedras limitantes pelo nascente do reduto do Castro do Brejo.

Uma destas pedras é irregular de cavado anguloso a todo o comprimento, tem 2,20 m de comprimento por 1,90 m de largura.

O alinhamento de uns 35 m de comprimento que vimos seguindo, em dada altura, desanda para poente e forma, em



Fig. 18 — Duas grandes pedras de granito limitantes pelo nascente do reduto do Brejo. A primeira tem de comprimento 1,30 m, altura 1,10 e espessura de 40 cm. A segunda tinha 2,20 de comprimento, 1,35 m de altura e 25 de espessura.

46 m, o bordo limitante do reduto pela lado norte até um grande penedo da fragada do cume.

A parte final deste bordo, limitante do terreiro pelo norte, termina por um arranjo singular de uma fiada de grandes pedras, em que salientam 5 bicos intercalados de cerca de 2 m. Algumas daquelas pedras parece terem sido calçadas no acto



Fig. 19 — Alinhamento descontínuo do bordo sul-sudoeste do reduto do Castro do Brejo, com 8 pedras, 3 das quais mostra esta fotografia. A de forma sensivelmente cúbica tinha a face que a fotografia mostra de frente com 98 cm de largura; a face que se lhe seguia pela direita tinha 1,20 de largura; a altura da pedra era de 1,17 m.

do assentamento daquele singular reforço defensivo, a contrastar com a aparente fragilidade defensiva da fiada de pedras que bordejam o reduto pelos lados sul e nascente,

No limite do terreiro do lado sul e sudoeste num comprimento de 30 m, só se viram 8 pedras; intervaladas assim: no cimo 2 depois mais 2 e depois 4. Destas 4 a 2.^a é sensivelmente cúbica e com as seguintes medidas: altura 1,17 m, numa face e na oposta, ambas com 98 cm de largura; a outra face angular e a sua oposta ambas com 1,20 (Fig. 19).

Rodeando o monte pelo N. e pelo nascente, corre o Ribeiro do Brejo a uma escassa centena de metros.

Ao percorrer o terreiro encontraram-se 20 fragmentos de cerâmica de várias pastas, todos pequenos e alguns muito pequenos. O maior é um pedaço rectangular de um bordo de grande vaso com uns 53×38 cm e a espessura de 1,5 cm.

O mais pequeno, de cor escura, tem $1,5 \times 1,0$ cm com a espessura de 2,5 mm. Um pedaço de tijoleira tinha $8,5 \times 8,0$ cm e a espessura de 3,5 cm.

Na aldeia de Bobadela o Sr. Eusébio Dias Barja, de 60 anos, dono da loja local, disse-nos que seu pai fôra pedreiro e que achara no Castro do Brejo, um machado de bronze de 2 aurículas que foi oferecido ao Museu de Chaves, onde deve encontrar-se; também ali achou algumas moedas e *uma roca, toda de metal, e seu fuso do mesmo metal.*

Era pequeno dos 6 ou 7 anos mas lembra-se bem de ter visto a roca que era um pouco mais pequena que uma roca normal.

As grandes pedras que bordejam o terreiro do Castro do Brejo, assentes na terra ou em fraga, salientam do nível do terreiro apenas uns 20 a 40 cm, excepcionalmente um pouco mais, enquanto pela face de fora a média das alturas é mais ou menos de 1,30 a 1,50.

Embora a face externa tenha alturas de um pouco mais de 1 m as condições de defesa oferecidas por tais pedras afiguram-se-nos pouco eficientes, quer para a defesa do rebanho acoitado no terreiro quer mesmo do homem.



Fig. 20 — Troço da calçada de Arcos para Bobadela, ou calçada de Arcos para a Ribeira, com cerca de 100 m íntegros e largura de 2,7 a 3,0 m. Desemboca na entrada florestal cerca de 1 km antes da Bobadela.

Não se viram quaisquer arranjos de pedras que façam supor a existência de casas.

No entanto toparam-se à superfície fragmentos de cerâmica quase todos pequenos, restos de vasos, de vários tamanhos e o pedaço de tijoleira atrás referido.

Além disso há a informação de ali terem aparecido um machado de bronze de 2 anilhas ou biauricular, algumas moedas e a tal roca de metal.

Estes achados podem implicar a ideia de certo grau de permanência habitacional.

Mas pergunta-se:

Tão pequena altura das pedras que bordejam o terreiro por 3 dos seus lados constituiria defesa eficiente? A menos que entre as grandes pedras bordejantes do reduto, e acima delas, tenha havido muro, feito de pedras pequenas, formando uma espécie de muralha alta em continuidade do reforço prestado pelas grandes pedras que amparam o terreiro. Aliás não se viram pedras miúdas nem dentro nem fora do reduto, que façam plausível tal hipótese.

É mais um problema que as condições em que fomos encontrar aquele castrinho, e o pouco que dele se inquiriu fica em suspenso, como aliás tantos outros da notável cultura castreja.

Na ida de Boticas para o *Castro de Brejo* seguimos pela estrada florestal rasgada na base do Leiranco. A cerca de 1 km antes da Bobadela deparamos, à esquerda, com a *Calçada de Arcos para a Ribeira* (Fig. 20), caminho durante muitos anos seguido pela gente de Arcos para Bobadela.

Luís de Figueiredo da Guerra, que de 1906 a 1909 foi juiz em Boticas, na pág. 52 do seu livro *Notícias Históricas do concelho e Vila de Boticas*, Boticas, 1982, 71 págs., refere-se na pág. 52 à igreja paroquial de Bobadela e à capela de S. Lourenço, que data de 1747: a seguir escreve: «Num outeiro que se ergue ao poente aparecem vestígios de um antigo castro, cujas muralhas e fossos se conhecem e lhe dão o nome de *Cidadonha*». É outro castro do termo de Bobadela que contamos poder visitar numa segunda campanha de estudo dos 14 castros que não houve ensejo de estudar na primeira campanha de 9 a 18 de Maio deste ano de 1983.

CASTRO DE GESTOSA OU DO SOUTO DA LAMA

Gestosa é uma das povoações da freguesia do Couto Dornelas (1) e fica a 20 km da sede do concelho.

Ali existe um velho castelo dos mouros a que o povo chama *Castro de Lamas* ou *do Souto de Lamas*, e fica a uns 200 m das primeiras casas da aldeia ou lugar de Gestosa, ao que chamaram a *cidade de Sarapitales*.

O monte em cujo topo assenta o Castro de Gestosa, ou *Castro do Souto de Lamas* (2) fica ao lado da estrada 311, agora

(1) A freguesia do Couto Dornelas, ou só Dornelas, compreende as 7 seguintes povoações ou lugares: Antigo, Casal, Espertina, Gestosa, Lousas, Vila Grande e Vila Pequena. A sede de freguesia é na Vila Grande.

(2) Foi nosso gentil informador o Sr. António José Pires, Morgado de Gestosa, que nos disse ser aquele monte chamado pelo povo do lugar *Castro de Lamas* ou *do Souto de Lamas*.

Não se julgue que esta *Lamas* indica um terreno alagado e lamacento.

Lama ou *Lamas* é nome que aparece em muitas regiões do norte do nosso país tais como: *Lamas de Homem*; campina onde nascem muitas águas e, todas juntas, dão princípio ao rio Homem; *Lamas de Olo*, freguesia do concelho de Mondim de Basto; *Lamas de Orelhão* povoação do concelho de Mirandela; *Lamas de Podence*, freguesia do concelho de Macedo de Cavaleiros; *Lamalonga (Lama Longa)*, lugar da freguesia da Torre de D. Chama, concelho de Mirandela.

Este nome de *Lama* ou *Lamas* é topónimo frequente em muitas regiões sobretudo no norte e centro do nosso país.

Sobre este nome um de nós (S. J.) fez várias considerações no trabalho *Sobre dois topónimos (Lamas e Sangemil)*, publicado no «Boletim do Douro Litoral», II série (suplemento ao n.º 2), Porto, 1945, 5 págs.

No Arquivo Histórico Colonial, na Junqueira, Lisboa na caixa de Reino — *Documentos diversos em organização, anos de 1750-1758*, encontrei (S. J.), o documento «Exposição feita pelo Juiz de Fora de Montalegre», Miguel Pereira de Barros, com data de 15 de Setembro de 1786, sobre os inconvenientes da repartição do campo existente nos subúrbios da cidade de Bragança e «dos Baldios pertencentes aos lugares de Seara Velha

ali em construção e dela distante cerca de 300 m. A subida faz-se por um carreiro um tanto íngreme mas fácil de percorrer. Vai indicado na Fig. 1 com o número 20.

O castro é defendido por 3 linhas de muralhas.

O topo do monte tem um terreiro, que não nos foi possível medir pela chuvada que se desencadeou e persistiu obrigando-nos a descer do monte, antes de podermos completar a prospecção.

e Ardaons» que fizera o Juíz de Fora de Chaves, a determinadas «pessoas da sua contemplação».

Pela transcrição que segue fica-se a saber o que era uma *Lama*.

«Na generalidade da Província de Trás-os-Montes, todos aqueles Campos de Commum, a que vulgarmente chamão Lamas se não devem reduzir a cultura porque eles continuamente produzem erva, que interessa muito os Lavradores, os quaes lançando para estes Campos, ou Lamas, os seus gados, escuzão de ocupar as terras de pão, com pastos artificiais, ou de deixar algumas por cultivar para que lhes produzão os pastos naturaes, de que precizão».

Noutra passagem referida especialmente aos baldios da Seara-Velha e Ardaons, do termo de Chaves lê-se: que haviam sido adjudicados «sem maior reflexão, a hum Clerigo Beneficiado, e pessoas da sua contemplação e a hum escrivão», «pessoas estas odiosas àqueles povos», o que deu origem a contendas perturbadoras da paz e do socego daquelas aldeias transmontanas». No mesmo documento é esclarecido o regime de exploração agrícola destes baldios, *campos de comum ou lamas*, pois ali se lê: «Estes mesmos povos tinham por costume antiquíssimo cultivarem de commum acordo os d.^{os} Baldios de dois em dois annos: No anno de cultura punhão em depozito a produção, e deste depozito se valião p.^a a despeza de fintas de Pontes, Fontes e Calçadas e Engeitados: e no anno que não cultivavão os d.^{os} Baldios se utilizavão da erva que eles produzião p.^a o sustento dos seus gados; Estando logo neste bom costume, parece que não foi acertado o arbitrio de o alterar em utilidade do escrivão e do Beneficiado, que, sem interesse do Publico, estão prejudicando os mesmos Povos, e sendo occazião proxima do odio, e da inveja, que tem produzido demandas e delictos».

Em face do que nos diz a exposição feita em Setembro de 1758 pelo referido Juiz de Fora de Montalegre, as *lamas* eram, baldios ou *campos de comum*, que forneciam pasto ao gado dos lavradores da região.

Podiam ser agricultados em trabalho comunitário e com o produto da colheita se pagavam «fintas de Pontes, Fontes, Calçadas e Engeitados».

O Sr. António José Pires, Morgado da Gestosa, que, como caçador, muitas vezes tem percorrido o castro em todos os sentidos, informou que o terreiro deve ter uns 50 m de comprimento no alinhamento N S por uns 30 na linha E W, e que está rodeado de muralha. Disse mais: que no meio do terreiro há um penedo com um gravado a que chamam o *penedo da certã*.

A muralha que defende o topo sul segue-se uma rampa que termina em dois fossos justapostos, isto é separados por um combro de uns 5 m de largura. Cada um daqueles fossos tem de boca 9 a 10 m e de fundura 2,5 a 3 m.

No fundo do 1.º fosso cresceu um velho castanheiro de grosso tronco já carcomido e queimado.

Os dois fossos rodavam para cima e estendiam-se ao longo da encosta nascente do castro, originando um grande fosso.

O topo norte do terreiro é marcado por um montão de fragas.

A ladeira da face poente, abaixo da muralha do terreiro, é toda semeada de fragas até um pequeno patamar amparado pela 2.ª muralha.

Desta 2.ª muralha existe o seu alinhamento de 80 m ao longo da ladeira poente, que desanda para N. e vai terminar num conjunto de fragas de granito, natural linha defensiva.

Sensivelmente a meio desta 2.ª muralha, viu-se um troço de 3 m sem muralha que talvez possamos considerar como possível porta.

Entre 20 a 30 m abaixo da muralha anterior, corre a 3.ª muralha, que se estende num comprimento de pelo menos 100 m, com altura em média de 2 m.

Esta 3.ª muralha também está rota numa abertura de uns 2 a 2,5 m uns 18 a 20 m adiante da rasgão da 2.ª muralha que consideramos como possível porta.

Na base do monte do castro corre todo o ano o Ribeiro de Gestosa.

Um pouco abaixo dos 2 fossos no alinhamento N S do terreiro, há uma boa fonte, que nunca seca no verão, de cuja água, como da da Ribeira, se podiam bastar os castrejos. A fonte é famosa e chamada *Fonte do Salgueiro*.

Encontrou-se um pequeno pedaço de cerâmica negra, micácea e com algumas areias, com $2,7 \times 2,3$ cm; e espessura de 0,7 cm. É porção de um bordo levemente revirado.

Informou o Sr. Morgado de Gestosa que no castro foi encontrada uma «pedra com letras» que foi levada para o Porto, sem especificar quem a levou nem para onde a teriam levado.

Há várias lendas referentes a este castro. Corre que muitas vezes se viu uma moura com um cântaro à cabeça e ir buscar água à ribeira, mas que, à aproximação das pessoas, prontamente se escapava.

Diz-se que as raparigas que iam pastar com o gado para o monte do castro e que, por norma, levavam a roca para irem fiando lã, viram algumas vezes a moura, a qual lhes gritava.

«Fia bicho barbudo; muito fias e nunca enches o fuso».

Corre que no castro está escondido um tesouro, que é a ferramenta dum ferrador toda em ouro.

Também se diz que há lá uma mina que vai do castro ao ribeiro.

O Dr. Luiz de Figueiredo da Gama, que nasceu em Viana do Castelo em 1853, e foi juiz na comarca de Boticas de 1905 a 1908 era um homem de vasta cultura.

Em *Portugal. Dicionário Histórico, Geográfico, Numismático, Artístico, Biográfico, Bibliográfico e Heráldico*, por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, Lisboa, 1903, publica-se na pág. 861 a bibliografia deste erudito jurisconsulto, que, para o jornal *Ecos de Boticas*, que se publicou entre 1917 e 1920, escreveu uma série de artigos, sobre a história e a arqueologia do concelho de Boticas.

A Câmara Municipal de Boticas editou o livro *Notícias Históricas do Concelho e Vila de Boticas* (Recolha, organização e notas de José Pacheco Pereira), Boticas, 1982, 71 págs., em que se publicaram alguns «textos esquecidos e ignorados» do juiz Luiz de Figueiredo da Gama.

No livro editado pela Câmara vêm publicadas referências ao Castro de Lezenho, suas 4 estátuas de guerreiros lusitanos, ao castro de Malhó, em Ardãos, ao castro da Cidadonha de Bobadela e ao castro de Gestosa.

A referência a este último castro, que a seguir se transcreve, vem publicada nas págs. 50 e 51 do citado livro, «Na freguesia de Dornellas, ou lugar da Giestosa, há um pequeno monte, redondo, chamado do *Castro*, que foi outrora, como o Lezenho, munido com três ordens de muralhas; a primeira cêrca ficava na coroa do outeiro; a segunda uns vinte metros abaixo, e a terceira fechava-o em volta na fralda. O seu maior comprimento, de norte a sul, regulava por cincoenta metros, e de nascente a poente vinte e cinco; hoje estão completamente arruinadas, mas em 1758 conheciam-se perfeitamente os alicerces, achando-se então de pé alguns lanços de muros, com uma porta para serviço da condução da água do ribeiro que corre no fundo do vale.

«Este monte, descortinado da parte do poente, tem pelo nascente o monte do Pinheiro, que o cobre e defende por este lado; mas aquele do castro é fragoso e coberto de penedos, não se encontrando vestígios de casas e, se as há, estão encobertas pelas densas urzes que tornam impossível qualquer exploração. Quer Louzada que aqui fosse o *couto da cidade de Gestosa*».

CASTRO DAS ERVAS RUIVAS

O Castro das Ervas Ruivas fica a cerca de quilómetro e meio da povoação de Lousas, lugar, ou pequena aldeia, da freguesia de Dornellas, que fica a 8 km da Vila Grande (Dor-

nelas) e a 26 km de Boticas, sede do concelho. Vai indicado na Fig. 1 com o número 21.

O castro de Lousas assenta num monte situado no fundo do vale, rodeado pelo nascente sul e poente pelo Ribeiro de Lousas, que pouco falta para o abraçar totalmente.

O monte está ligado à serra fronteira, pelo norte, por uma espécie de istmo que dá acesso ao castro a que o povo de Lousas chama o *Castro das Ervas Ruivas*.

Na tarde do dia 13 de Maio de 1983 seguimos de jeep da Vila Grande (Dornellas) para ir ao castro de Lousas.

Chegamos pela estrada florestal, aberta pelo nascente na encosta em frente ao castro, ao ponto que lhe fica sobranceiro.

Quando os companheiros senhores António Barroso (do Couto), António José Pires (Morgado da Gestosa), Avelino Miranda e meu filho Norberto Santos, já descidos do jeep, se preparavam para descer a encosta até ao castro, começou a chover com tal intensidade e persistência que obrigou a desistir do intento.

Já que ali estávamos descemos à povoação ou lugar de Lousas para colher informes sobre o castro.

O castro é, como dissemos, designado pela gente de Lousas *Castro das Ervas Ruivas*.

Não conseguimos averiguar a razão deste nome.

É fácil o acesso feito a partir do povoado de Lousas por um estreito carreiro, rota habitual dos pastores quando levam suas ovelhas e cabras a pastar no castro.

O Sr. Manuel Barroso Passos, de 55 anos de idade, residente em Lousas, contou-nos que aos 12 anos foi muitas vezes pastar as cabras ao *Castro das Ervas Ruivas*. Disse que tem muralha do lado norte e do lado poente com uns 50 m de comprimento, em alguns sítios ainda com 2 m de altura, mas na sua maioria parte «alagada».

O mesmo informador diz que corre no povo existir no castro enterradas duas caldeiras, uma com cheiro mau, e outra logo a seguir cheia de ouro.

Aquele que, na escavação à procura do tesouro, der com a caldeira que cheira mal, se aguentar com tão mau cheiro e proseguir na busca, encontrará logo adiante a caldeira cheia de ouro.

A uma pastora que levou as vacas a pastar ao castro apareceu uma preta.

Tal preta entenda-se não como uma indígena africana mas como uma moura, tão morena e tão tostada pelo sol, com a pele tão escura que parecia preta.

A preta pediu-lhe um panelo de leite.

A pastora aprontou-se a satisfazer-lhe o pedido e a ir a casa buscar o panelo.

Entretanto a preta recomendou-lhe que nada dissesse a ninguém.

Mas ela falou, contou o encontro com a preta e o pedido que esta lhe fez.

Quando lá voltou com o panelo já não viu a preta.

CONCLUSÕES

Dos 10 castros de que se fez estudo sumário, cada um deles apresenta um conjunto de características que os particularizam.

Aparte o Castro de Carvalhelhos, trabalhado em 31 anos consecutivos de escavações, dos restantes aquele que se nos afigura de maior interesse para um plano de escavações sistemático é o do *Cabêço*.

Pela sua situação, a escassos 300 m da estrada que vai de Sapiãos para o Alto do Fontão, pela relativa facilidade de acesso, pelo relativo estado de boa conservação, pelo número estimado de casas que devem existir no reduto cimeiro, pelo lajeado das casas, que vimos pelo menos em três circula-

res, pela razoável conservação de alguns troços de muralhas, bem merece ser cuidadosamente estudado.

Conviria que fosse considerado imóvel de interesse público, procurando-se desde já evitar a intrusão na área do castro de loucos pesquisadores de tesouros, ou de arqueólogos amadores.

Convinha que com o atributo de imóvel de interesse público lhe ficasse adestrada uma zona de protecção numa faixa de 100 a 150 m à roda do castro a contar da última muralha.

Abatidos os muitos pinheiros que revestem totalmente o *Cabeço* e queimado o mato com o concurso e vigilância dos bombeiros, ficava o castro em condições de se abrir ao longo do reduto cimeiro no alinhamento N. S. uma vala exploradora que, é de crer, ia topar com algumas casas circulares e até possíveis arruamentos. A terra e pedras miudas que aparecerem serão incorporadas no refazimento da muralha com pedras dela derruidas.

A crivagem da terra e o estudo casa a casa do conteúdo de cada uma é de crer que venham a fornecer materiais arqueológicos que viriam enriquecer o projectado Museu Municipal de Boticas,

À Universidade do Minho, que já em 1982 escavou uma grande casa da vertente sul do *Cabeço*, é de crer lhe seja grato tomar a seu cargo a realização da referida tarefa, na qual poderiam compartilhar sobretudo estudantes da área do concelho.

O castro de Sapelos pelas suas dimensões e, sobretudo, pelo complexo defensivo dos seus fossos com a estranha malha de largos regueirões no topo sul, de bocas com 20 m e mais, bem merece uma mais cuidada prospecção e até escavação parcelar que, pela cerâmica da Fig. 16 lá achada, desperta possíveis boas perspectivas.

Na distribuição dos castros pela área do concelho nota-se a sua concentração na chamada *Ribeira*, margens do rio Terva, o que se justifica pela proximidade da área e também pela

natureza das margens daquele rio que deviam oferecer aos castrejos muito boas condições para pastoreio dos seus rebanhos e, quiçá, das suas culturas que, como se disse, devem ter sido especialmente de cereais, milho painço, trigo e centeio, e ainda da fava, a chamada fava equina, porque sementes encarbonizadas destas plantas têm sido encontradas em vários castros do norte de Portugal.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências — Universidade do Porto
16 de Junho de 1983

O Castro da Curalha

8.^a Campanha de escavações—1982

POR

Adérito Medeiros Freitas *

Prof. efectivo da E. S. Martins Sarmiento, Guimarães
Sócio da Sociedade Portug. de Antrop. e Etnol.

e

J. R. dos Santos Júnior **

Prof. catedrático jubil. da F. C. da Univ. do Porto
Bolseiro do Inst. Nac. de Investigação Científica
Presidente da Soc. Portug. de Antrop. e Etnol.

Nesta campanha prosseguiram o estudo e os trabalhos de conservação e restauração do Castro da Curalha, que, à medida que vai sendo desbravado, vai aumentando o seu bem marcado interesse arqueológico.

Pelas muitas casas postas em fiada a enfrentar possíveis arruamentos, casas contíguas de paredes meias, que têm sido consideradas como típicas do séc. IV, àquele castro poderá ser-lhe atribuída cronologia do final da época romana ou até ulterior.

No entanto, enquanto não se proceder a escavações sistemáticas, o que até agora não tem sido possível fazer, é cedo para aventar com segurança a sua cronologia que, quiçá, se estenderá ao período suévico.

* Rua Saraiva Brandão. 260 8.º - Dto. — 4800 Guimarães.

** Quinta da Caverneira — Águas Santas — 4445 Ermesinde.

É nosso intento prosseguir no estudo e valorização do Castro da Curalha com as ajudas que nos forem dadas.

Também nesta 8.^a campanha, os trabalhos se repartiram por duas tarefas.

A primeira, em Setembro, por A. M. F. e a segunda em Outubro, por S. J., de que a seguir se dá conta.

TAREFA EM SETEMBRO DE 1982 POR A. M. F.

Considerações gerais

Iniciámos, esta campanha, apenas a 13 de Setembro. Tal facto deveu-se à necessidade da presença de um dos elementos (Adérito Medeiros Freitas) na Escola Secundário Martins Sarmiento, em Guimarães, aquando da realização dos exames de Geologia do 12.^o Ano. Trabalharam nesta campanha, além do elemento acima referido e do responsável superior por todos os trabalhos, Prof. Doutor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, mais sete pessoas:

Luís Albino dos Santos Lemos, António Jorge Medeiros Ribeiro, Joaquim Augusto dos Santos, Diamantino Augusto Alves, Luís Manuel Medeiros Ribeiro, Henrique Manuel Teixeira Antas e Rui Manuel dos Santos Oliveira Lemos.

Infelizmente e devido a necessidades pessoais perfeitamente justificadas, nem todos os elementos deste grupo trabalharam no decurso de toda a campanha. Se tal não tivesse acontecido, alguns problemas relacionados com alterações no hipotético alinhamento da segunda muralha e que só se nos depararam nos últimos dias, teriam ficado resolvidos. De qualquer modo, totalizámos 88 dias de trabalho, isto é, 724 horas.

Das sete pessoas referidas só uma, Rui Manuel dos Santos Oliveira Lemos nunca tinha trabalhado na Curalha. Quanto aos outros elementos, todos têm uma larga experiência destes trabalhos e sabem quais os cuidados que os mesmos exigem.

Trabalhos realizados

Como já referimos nos relatórios de outras campanhas, nenhum trabalho de escavações propriamente dito pode ser realizado no Castro da Curalha, sem que se faça a remoção dos milhares de toneladas de pedras soltas, de granito, algumas de grandes dimensões, que se amontoam dentro e fora da muralha central do topo fortificado e que, nalgumas áreas, atinge cerca de dois metros de espessura. Evidentemente que, segundo os nossos cálculos, cerca de 80 % do material granítico utilizado na construção desta extraordinária fortificação, foi gasto, desde possivelmente a fundação da povoação de Curalha, na construção de casas, vedação de propriedades e, mais recentemente, na pavimentação de ruas. No entanto e apesar dessa destruição, a muralha central tem já, nalguns troços, mais de três metros de altura e a segunda muralha atinge, também nalguns troços, mais de dois metros.

Do exposto se depreende que sejam prioritários os seguintes trabalhos:

O corte do mato numa área em volta da muralha central e que, anualmente se vai alargando a fim de se conhecer a verdadeira extensão desta fortificação, e a reposição, nas muralhas e nas casas que vão sendo assiladas, das pedras caoticamente amontoadas.

O corte do mato numa área que, anualmente, se vai alargando, tem-nos fornecido dados novos contrariando, por vezes, hipóteses já formuladas que, à partida e de acordo com os elementos até então recolhidos, pareciam possuir um elevado grau de probabilidade. Assim, no relatório da 7.^a Campanha de Escavações no Castro da Curalha (Trabalhos de Antropologia e Etnologia Fasc. 2, vol. 25, pág. 266, Porto, 1982), escrevemos:

«Tudo parece indicar que esta segunda muralha não envolve inteiramente a muralha central. Os dados recolhidos apontam para a sua existência na vertente menos inclinado do monte (E, N e W), faltando a Sul. Possivelmente ela irá entron-

com a muralha central. Com o corte do mato na vertente Sul, a efectuar na próxima campanha de 1983 pensamos poder negar ou confirmar esta hipótese. Além da não identificação, até este momento, de outros redutos muralhados na vertente Sul, esta hipótese é ainda apoiada pelo facto de, quer a E, quer a W, a segunda muralha agora posta a descoberto, se aproximar cada vez mais da muralha central, o que significa que a distância entre estas muralhas não varia regularmente.

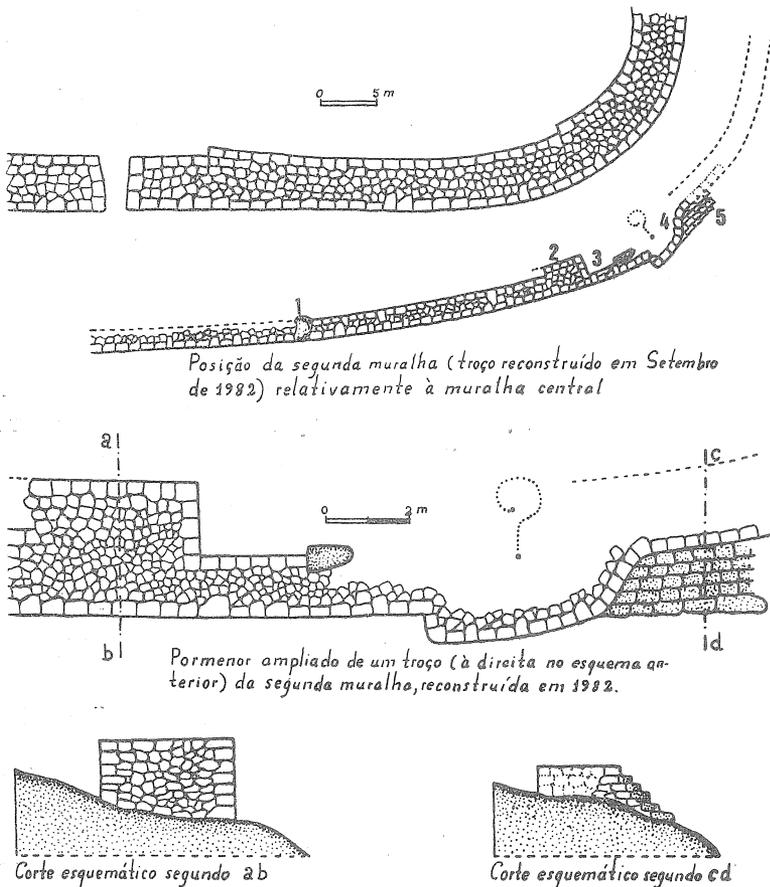


Fig. 1 — Troço da segunda muralha reconstruído em Setembro de 1982 e sua posição relativamente à muralha central.

Ao contrário do que tudo parecia indicar, esta hipótese não se confirmou. O corte do mato a partir da porta E e para S, bem como entre as portas N e NW, numa área em volta da muralha de, aproximadamente, 25 m de largura, mostrou-nos que a segunda muralha, perfeitamente identificada na vertente Norte (de menor declive) prossegue relativamente próximo da muralha central, mas envolvendo-a totalmente. Mesmo depois de cortado o mato, esta segunda muralha está, nalguns troços, totalmente oculta pelas pedras caídas da muralha central, dado que muito contribuiu para a formulação da hipótese anteriormente referida.

A distância entre estas duas muralhas internas do Castro da Curalha é, pois, muito variável. Enquanto que o seu máximo afastamento, a N, deve rondar os 12 metros, a distância entre as duas muralhas deve constituir, a S, uma passagem relativamente estreita que poderá não ultrapassar, nalguns troços, os dois metros de largura.

Admitimos que, na próxima campanha de Setembro de 1983, possamos cortar todo o mato e pôr a descoberto esta segunda muralha em toda a sua extensão.

Reposição das pedras nas muralhas

A reposição das pedras nas muralhas fez-se, este ano, só nas duas muralhas mais internas, principalmente na segunda. Devido à grande quantidade de pedras acumuladas, o prosseguimento desta tarefa implica, em 1983, o início da reposição de pedras na terceira muralha, já perfeitamente identificada a N e NW.

Na muralha central foram reconstruídos dois troços da sua face externa, entre as portas E e SW, numa extensão de, respectivamente, 6 e 4 m e até uma altura média de 1,5 m. Iniciámos, ainda, a reconstrução de um outro troço destruído até à base mas, como já foi referido, tal tarefa só pode ser concluída, dada a grande quantidade de pedras acumuladas, quando

iniciarmos, nesta zona, a reconstrução da segunda muralha, programada para a campanha de 1983.

Os primeiros trabalhos de reconstrução da *segunda muralha* (Figs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8) foram realizados, nesta campanha, na vertente voltada para Curalha, isto é, na vertente norte.

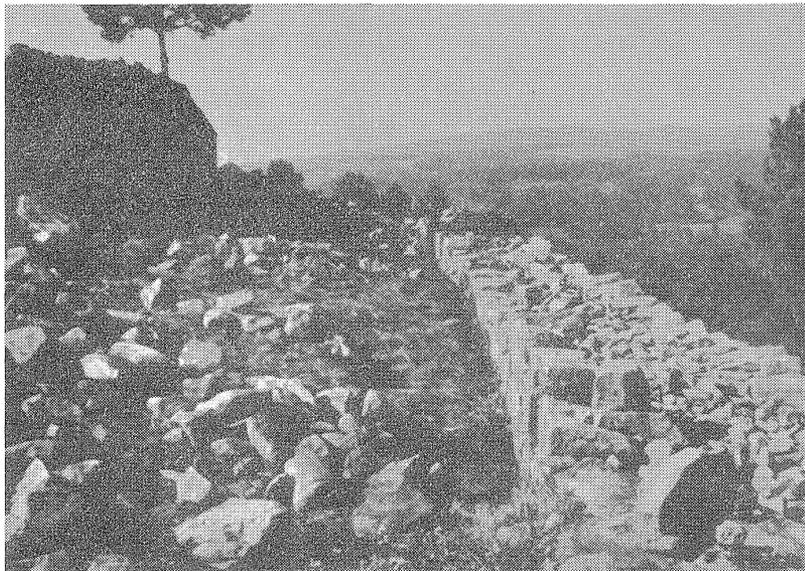


Fig. 2 — Segunda muralha. Troço reconstruído em toda a sua espessura (2 m). À esquerda vê-se a muralha central.

Depois de cortado o mato e removidas, parcialmente, as pedras ali amontoadas, encontrámos um troço ainda perfeitamente conservado, tendo nalguns pontos e na sua face externa, cerca de 2 m de altura. Desta muralha cuja estrutura não apresenta a regularidade da muralha central reconstruímos cerca de 56 m, dos quais:

a) Um troço, com 19,10 m, só foi reconstruído na sua face externa. A terra e a enorme quantidade de pedras acumuladas associados a um forte declive, obrigou-nos a proceder

deste modo. Não sabemos se, devido ao declive, o alinhamento interno ainda existirá; é que, infelizmente, esta constitui a área mais destruída do Castro da Curalha.

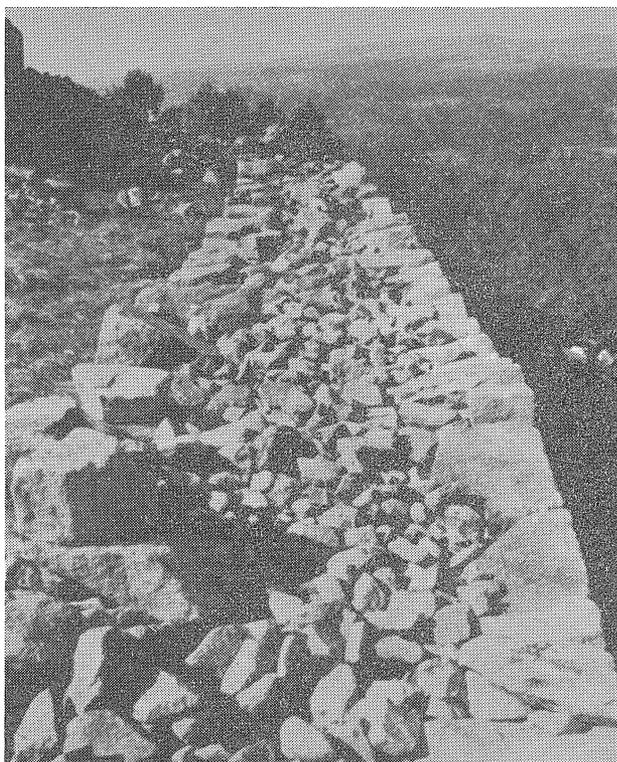


Fig. 3 — Segunda muralha. A face externa atinge, por vezes mais de 2 m de altura.

Nestes 19,10 m a face externa da muralha foi levantada até um mínimo de 1,0 m e um máximo de 1,45 m (Fig. 5). Pelos factos apontados não se conhece a sua verdadeira largura. No entanto e por comparação com o outro troço desta muralha já perfeitamente delimitado e que se lhe segue em perfeita continuidade para N, julgamos que a sua largura deve rondar os 2 m.

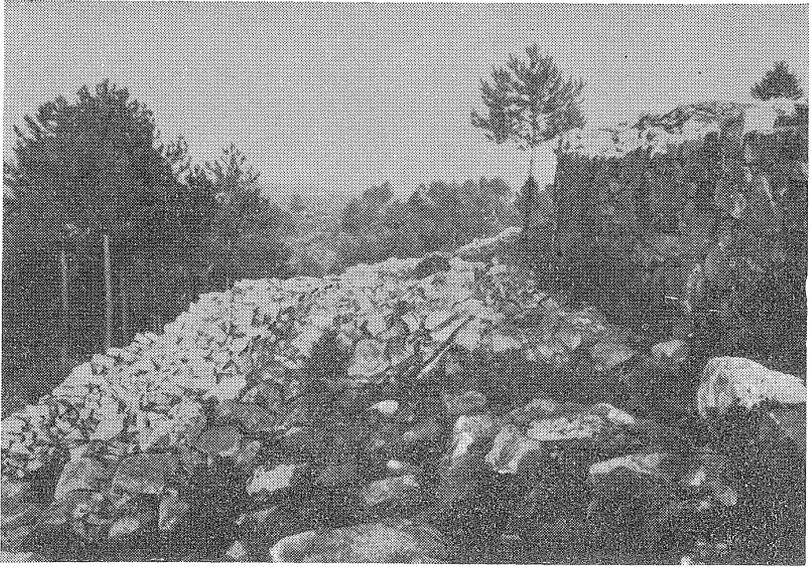


Fig. 4 — Posições relativas da muralha central (à direita) e da segunda muralha (à esquerda).

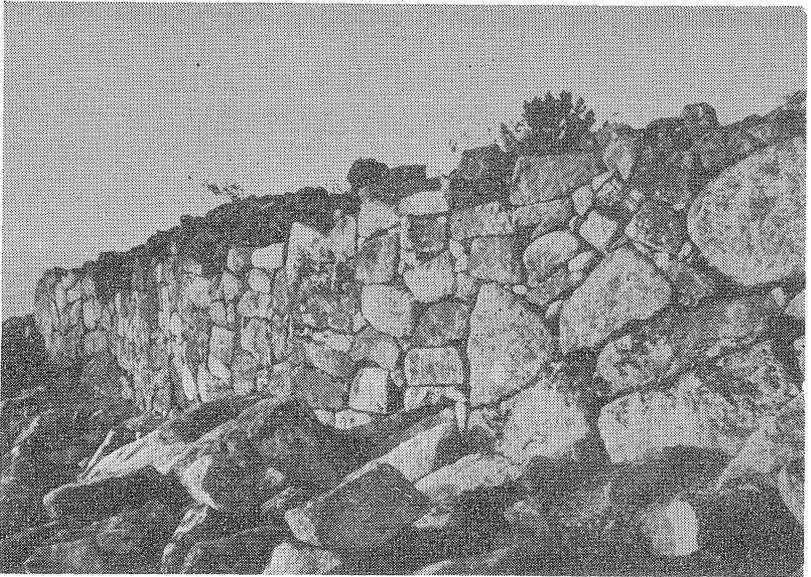


Fig. 5 — Face externa da segunda muralha correspondente ao troço com 19,10 metros.

b) Um outro troço, situado a W do anterior, foi reconstruído numa extensão de 33 m. Este troço está ligado ao anterior por um grande monólito de granito ⁽¹⁾ no qual, para facili-



Fig. 6 — Segunda muralha, mostrando uma saliência com 70 cm.

tar o «assento» das pedras da muralha, é bem visível uma área picada e aplanada. Neste troço a segunda muralha aproxima-se gradualmente da muralha central. Numa extensão de 24 m tem 2 m de largura. Os quatro metros seguintes apresentam uma largura de 3,30 m ⁽²⁾ para, em seguida, e numa extensão

(1) Ver fig. 1.

(2) Ver fig. 1.

de 2,65 m, a largura se reduzir, apenas a 1,5 m⁽³⁾, aumentando, em seguida, para valores que ainda não conhecemos.

Tudo parece indicar a existência aqui, de uma rampa de acesso a uma espécie de torreão. Tal rampa seria muito mais

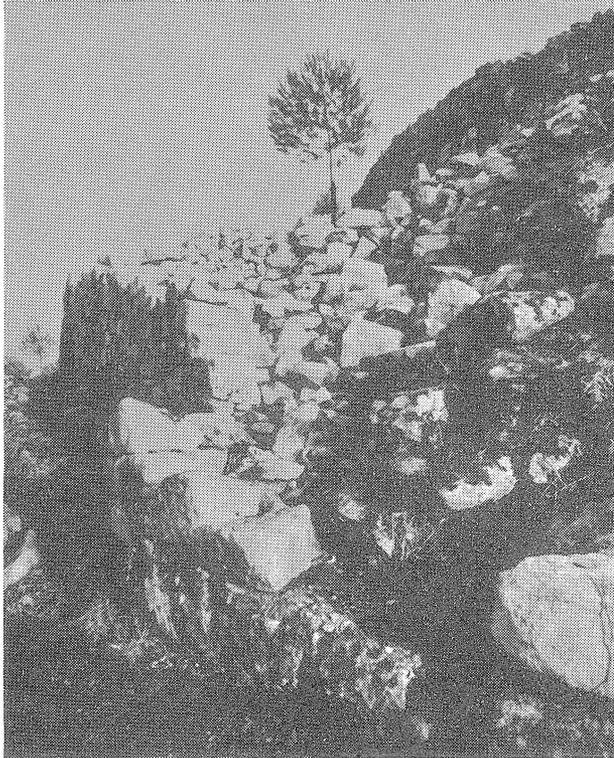


Fig. 7 — Segunda muralha. Face externa e saliência. À direita, a muralha central.

larga do que as rampas até agora conhecidas na muralha central, pois teria uma largura de 1,90 m; o torreão possuiria, assim, uma área de 13,2 m², isto é, 4 m de comprimento por 3,30 m de largura.

(³) Ver fig. 1.

Os 2,65 m da muralha a seguir ao torreão e nos quais a sua largura se reduz a 1,5 m, correspondem a uma reentrância na própria muralha, que poderia mesmo ser coberta e funcionar, assim como abrigo para os defensores desta área do castro.



Fig. 8 — Estrutura de suporte (?) em forma de degraus. O tracejado indica-nos o alinhamento externo da segunda muralha.

A estrutura desta segunda muralha apresenta,, em seguida, uma saliência de 70 cm na sua face externa (Figs. 6 e 7) para, 4,90 m depois, curvar para dentro aproximando-se da muralha central ⁽⁴⁾. Aqui, no espaço entre os limites mais afastado e mais próximo (relativamente à muralha central) da face externa da segunda muralha, encontrámos, ao remover a grande quantidade de pedras ali acumuladas, uma série de toscos degraus ⁽⁵⁾ cuja extensão não nos foi ainda possível reconhecer.

⁽⁴⁾ Ver fig. 1.

⁽⁵⁾ Ver fig. 1.

Verificámos que o último degrau (em posição mais elevada) era bastante mais alto que os anteriores e que correspondia à face externa desta segunda muralha; tais degraus não foram pois, construídos, para facilitar a subida ou descida de pessoas.



Fig. 9 — A muralha central e a porta SW.

A análise da base desta segunda muralha na área correspondente a esta estrutura, creio que nos forneceu a resposta da sua existência; a muralha assenta sobre uma rampa natural de granito, na qual o apoio sólido da muralha é muito difícil. Tais degraus (Fig. 8) não são mais do que apoio de reforço à base da muralha. De notar, ainda, que o degrau inferior desta estrutura é constituído por pedras grosseiramente paralelepípedicas e de razoáveis dimensões e, por isso, difíceis de remover; naturalmente que a remoção de algumas das pedras desta estrutura de suporte abalaria irremediavelmente a segurança da segunda muralha admitindo-se que, tanto a saliência do troço anterior

da muralha como a existência do torreão constituíssem estruturas defensivas perfeitamente justificadas pela presença de um sector de maior vulnerabilidade.

Espólio

Como temos vindo a repetir em todos os relatórios das campanhas realizadas desde Setembro de 1974, não é de esperar a recolha de um espólio abundante e variado, quando as tarefas em curso se destinam à reposição, nas paredes das casas e nas muralhas, das pedras que abundantemente se amontoam de um e outro lado da muralha central, principalmente.

No entanto e ao contrário do que seria de esperar, já foram recolhidos, desde 1974, alguns milhares de fragmentos de cerâmica de cor, espessura e constituição muito variada, bem como fragmentos de vasos de vidro, cossoiros, fragmentos de cobre e algumas moedas.

Na campanha de 1982 foram recolhidos 57 fragmentos de cerâmica: 8 fragmentos de fundos, pertencentes a diferentes vasos; 9 fragmentos de bordos, todos pertencentes a outros tantos vasos; 40 fragmentos de partes laterais pertencentes, pelo menos, a seis vasos diferentes; 2 pedaços de escória; 2 fragmentos de cobre laminar com 3,5 cm de comprimento cada um; 2 fragmentos de mós de granito.

Dos fragmentos de cerâmica merecem referência especial os seguintes:

Fragmento do fundo de um vaso de grandes dimensões, com um diâmetro de base de, aproximadamente, 30 cm. A espessura é de 3 cm e o seu peso de 1,350 kg. A pasta é cinzento-escuro com abundantes materiais detríticos (quartzo, feldspatos e moscovite) resultantes, certamente, da desagregação de rochas graníticas, as mais abundantes na região (Fig. 10).

Fragmento do fundo de um vaso com cerca de 9 cm de diâmetro, formado por uma pasta argilosa fina, esbranquiçado na face interna e acastanhado exteriormente. À vista desarmada nota-se a presença de pequeninos grãos de quartzo e, principalmente, pequeníssimas palhetas de mica branca (moscovite). A espessura lateral é de 7 mm e, no fundo, de 4 mm (Fig. 11-A).

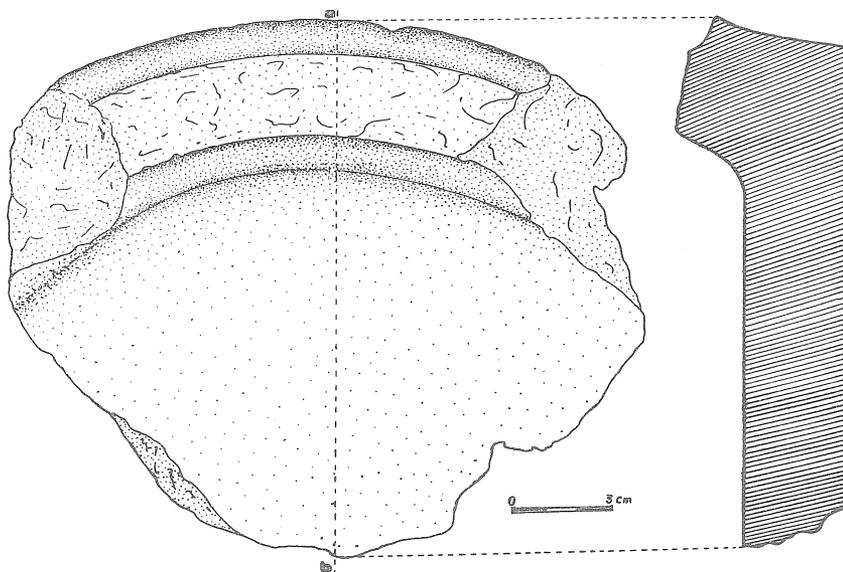


Fig. 10 — Fragmento do fundo de um vaso e com 30 cm de diâmetro.

Fragmento do fundo de um vaso com cerca de 8 cm de diâmetro, de cor acastanhada, formado por fina pasta argilosa e, tal como no caso anterior, abundantes e pequeníssimas palhetas de mica branca. A espessura é de cerca de 7 mm (Fig. 11-B).

Fragmento do fundo de um vaso de maiores dimensões que os anteriores, pois tem o diâmetro cerca de 20 cm. A cor é castanha. A sua espessura lateral é de cerca de 8 mm, e, no fundo, de 1 cm. Dispersos na parte argilosa notam-se, à vista

desarmada, grãos de quartzo de variadas dimensões, predominantemente muito pequenos e pequeníssimas palhetas de mica branca (moscovite) (Fig. 11-C).

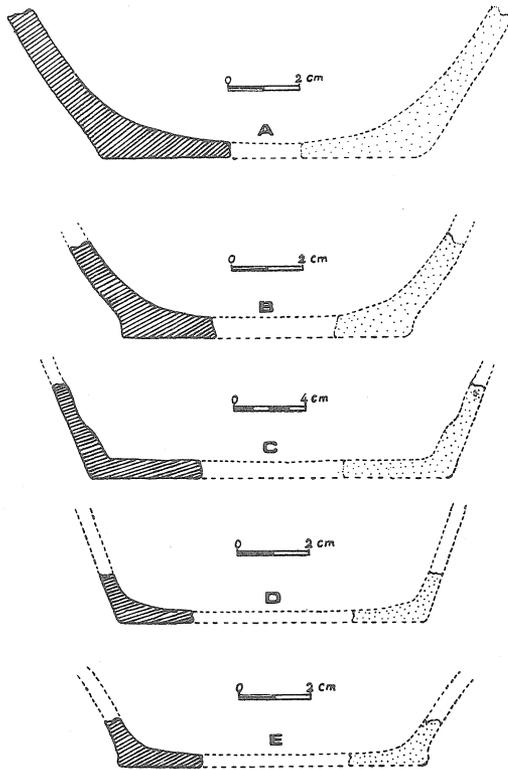


Fig. 11 — Cinco fragmentos de fundos pertencentes a outros tantos vasos.

Pequeno fragmento do fundo de um vaso, com cerca de 8,5 cm de diâmetro, de cor castanho-avermelhada, com uma espessura lateral de cerca de 4 mm e mínima, no fundo, de 3 mm. Possui uma pasta argilosa fina e abundante. À vista desarmada, os únicos elementos detriticos detectáveis são pequeníssimas palhetas de mica branca (Fig. 11-D).

Pequeno fragmento do fundo de um vaso, com cerca de 8,5 cm de diâmetro, de cor acinzentada, com uma espessura lateral de 4 mm e mínima, no fundo, de 3 mm. À vista desarmada os únicos elementos detríticos detectáveis são pequenas palhetas de mica branca, relativamente pouco abundantes (Fig. 11-E).

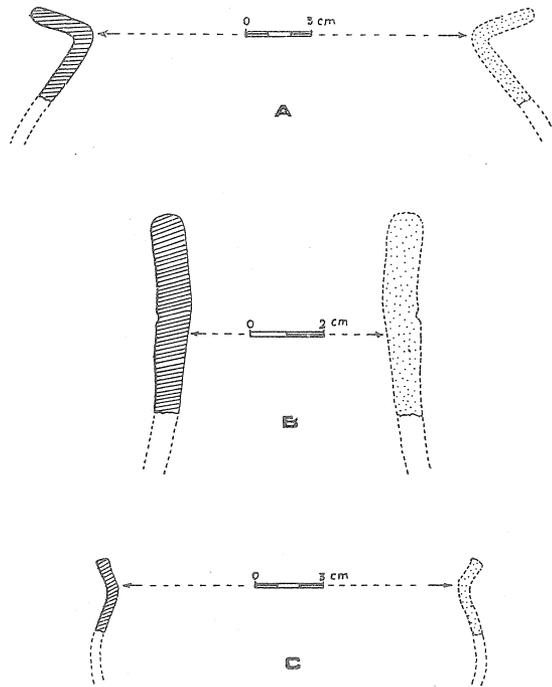


Fig. 12 — Três fragmentos de bordos pertencentes a outros tantos vasos.

Fragmento (bordo) de um vaso com um diâmetro de boca de, aproximadamente 16,5 centímetros. Tem uma cor castanho-clara, uma espessura de 7 mm e abundante material fino, com predominância de pequenos grãos de quartzo (Fig. 12-A).

Fragmento (bordo) de um vaso com cerca de 5,7 cm de diâmetro na boca, de cor branco-amarelada, de aspecto poroso não se identificando, à vista desarmada, grãos de qualquer espé-

cie mineral. Tem uma espessura de 9 mm e, exteriormente, 2,5 cm abaixo do bordo, apresenta um sulco horizontal pouco profundo (Fig. 12-B).

Fragmento de um vaso (bordo), com um diâmetro de boca de cerca de 16 cm, cor cinzento-escuro, espessura de 4 mm notando-se, à vista desarmada, a presença de pequenas palhetas de mica branca (Fig. 12-C).

Deste material recolhido tentaremos fazer algumas reconstituições, mesmo que parciais. Depois de estudado, todo este material dará entrada no Museu da Região Flaviense (Chaves).

Guimarães — Outubro de 1982.

TAREFA EM OUTUBRO-NOVEMBRO DE 1982 POR J. R. S. J.

Também neste ano de 1982 se trabalhou no Castro da Curalha em duas tarefas. A primeira por A. M. F. no mês de Setembro, e a segunda por J. R. S. J. de 29 de Outubro a 4 de Novembro.

Em 29 de Outubro cheguei a Chaves.

No dia 30 fui à Curalha com o Dr. Adérito Medeiros Freitas que veio de Carrazedo de Montenegro onde estava a passar o fim de semana.

Com este dedicado companheiro no estudo do Castro da Curalha fomos ver, mais uma vez, o que ele fez na campanha do mês de Setembro, em que pôs a descoberto a base da segunda muralha num comprimento de mais de 30 m, e que refez com a muita pedra caída de um e do outro lado da mesma.

Esta segunda muralha está a mostrar algumas particularidades de muito interesse, como A. M. F. realça no relato da sua tarefa publicado neste mesmo artigo.

Demos uma volta pelo castro. Em troca de impressões, programámos os trabalhos a fazer na campanha de 1983.

Infelizmente, por várias razões, e especialmente por falta de pessoal, os trabalhos não poderão realizar-se com a amplitude e a profundidade que impõe a natureza daquele castro. Aquilo que já foi descoberto em 7 campanhas é garantia de que, com o prosseguimento do seu estudo e restauração, aquele castro virá a ocupar lugar de certo realce no grupo dos monumentos arqueológicos proto-históricos do norte do nosso País.

Na aldeia da Curalha procurei, sem êxito, conseguir jornaleiros para alguns dias de trabalho.

Só havia possibilidade de contratar raparigas.

Como o serviço no reduto intramuralha continua a ser especialmente o corte e arranque do mato o serviço pode ser feito por mulheres.

O Sr. Eng.º Branco Teixeira, prestigioso Presidente da Câmara Municipal de Chaves prontamente acedeu a emprestar ferramentas, como nos anos anteriores, e pôr à nossa disposição o jeep da Câmara para nos levar à Curalha e ir-nos buscar ao fim da tarde.

Aproveito o ensejo para fazer grata referência ao Sr. João Baptista Martins, vereador do Pelouro da Cultura que sempre nos tem ajudado a resolver problemas que surgem e a aplanar dificuldades sempre que ocorrem.

A tarefa programada para esta minha tarefa compreendia essencialmente levar por diante a limpeza do mato à volta das paredes das casas que foram descobertas na minha campanha do ano passado, quatro a norte do pinheiro manso e a outra a sul do pinheiro.

Um das dessas paredes, as do norte do pinheiro estavam indicadas por fiadas de pedras soltas. Afastaram-se bastantes daquelas pedras soltas e descobriu-se a base da parede em perfeito estado de conservação. Suposemos tratar-se da parede frontal de grande casa rectangular, de que ainda se puseram a descoberto duas fiadas de pedras soltas apontadas à muralha, consideradas indicadoras das paredes laterais dessa

grande casa. Supus tratar-se de uma grande casa como escrevi no relato da minha tarefa no Castro da Curalha em Outubro de 1981 na pág. 284 de *O Castro da Curalha — 7.^a campanha de escavações — 1971*, por A. M. F. & J. R. S. J., in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Fasc. II, vol. 24, Porto, 1982, págs. 265-291, 24 Figs. A Fig. 23 da pág. 289 mostra o alinhamento de pedras soltas, esboroadas a indicar «a parede fronteira de uma ou mais casas».

A outra Fig. 24, na mesma página mostra outro alinhamento de pedras soltas, o desmoronado da parede lateral da casa de que vimos a parede fronteira.

Na campanha de 1982 prosseguiu-se na limpeza do mato que cobria aquele alinhamento que levamos até 25 m.

Aquilo que tínhamos descoberto apenas com 10 m de comprimento, é, sem dúvida, parede fronteira não de uma casa mas de pelo menos 2 casas (Fig. 13) a que seguem mais 2.

A primeira destas 4 casas está a 5 m da porta do lado norte e fica a uns 25 m do pinheiro manso.

Em frente e junto da casa n.º 4, a do lado nascente, foi encontrada e arrancada uma grande pedra talhada em tronco de pirâmide quadrangular com 70 cm de altura, base rectangular com lados de 35 × 42 cm, no topo cimeiro um pequeno rectângulo, um pouco mais pequeno que o da base.

Não houve tempo de averiguar se as paredes meiras daquela fiada de 4 casas vão ou não entestar na muralha. A série das casas de um e do outro lado da porta do nascente todas estão encostadas à muralha que lhe serve de parede de fundo. Por isso é de crer que nas 4 casas agora descobertas suceda o mesmo.

Mas no troço da muralha correspondente aquelas 4 casas há uma rampa de acesso à mesma (Fig. 13). Isto parece implicar a existência ao longo da face interna da muralha de uma faixa livre de construção com pelo menos um metro a um metro e meio de largura, que, pode dizer-se, seria como que o caminho de ronda.

A situação das paredes fundeiras destas 4 casas é um dos temas a procurar esclarecer em próxima campanha de trabalhos, bem como ver se a comprida parede fronteira das 4 casas, que já tem 25 m de comprimento, se continua. Se tal se der provavelmente aparecerão mais casas, o que talvez determi-

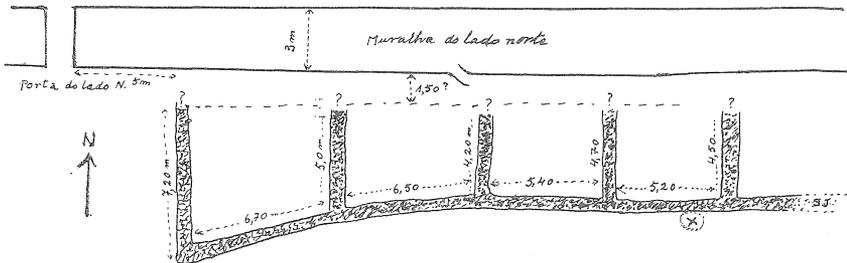


Fig. 13 — Série de 4 casas ao longo da face interna da muralha. A cruz marca o sítio onde se densenterrou uma pedra em tronco de pirâmide com 70 cm de alto e base rectangular de 42×35 cm.

nará a junção com a fiada das pelo menos 6 ou 7 casas que, à direita da entrada da porta do lado nascente, se estendem em fiada, encostadas à face interna da muralha que também lhes faz da parede fundeira.

Fiadas de pedras soltas foram descobertas na campanha de 1981 a sul do pinheiro manso, e sensivelmente no mesmo alinhamento N S das 4 casas que acabamos de referir.

A casa é rectangular, tem 10 m de comprimento por 4 m de largura.

É dividida em dois compartimentos por uma paredinha com 2,75 m de comprimento por 90 cm de largura, que deixa uma passagem de quase metro e meio de largura (Fig. 14).

O compartimento que se encosta à muralha é o maior; tem 5,10 m de comprimento por 4,0 m de largura.

O outro é um quadrado com 4,0 m de lado.

As paredes estão indicadas por montões de pedras em fiada, o que, por não ter sido possível remover tanta pedra, não se conseguiu averiguar a largura das mesmas.

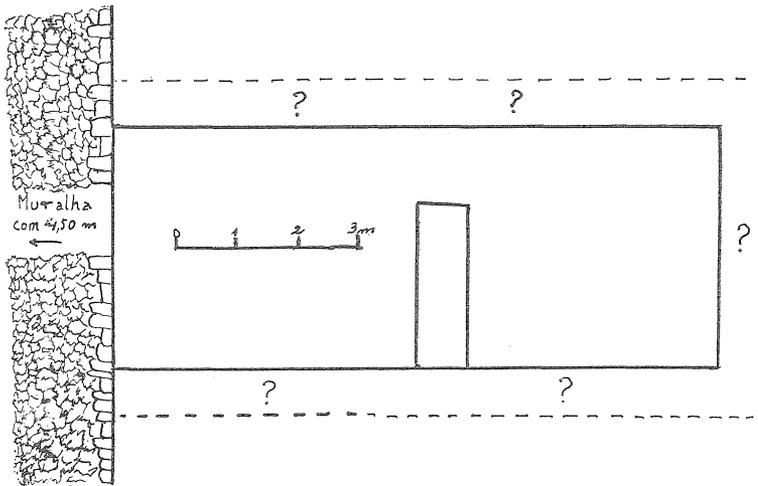


Fig. 14.— Casa com dois compartimentos na vertente sul do reduto castrejo.

Se bem que não se tenha dado conta de outros vestígios de paredes é bem possível que na face interna da muralha do lado sul haja mais casas a ela encostadas.

Para já contam-se no castro 22 casas: isoladas apenas 4; uma quadrada, e sensivelmente a meio do terreiro intramuralha; outra circular sobre os rochedos que, ao lado do pinheiro manso dominam o reduto castrejo; duas rectangulares das quais uma junto do lado interno da porta norte e a outra, também entestada à face interna da muralha, cerca de 12 m abaixo da anterior. Todas as outras são rectangulares ou subquadradas, pegadas à muralha e com paredes meeiras; 5 em fiada a meio da metade do lado poente junto e abaixo da casa quadrada, as

restantes, de um e do outro lado da porta leste, todas encostadas à muralha, que lhe faz as vezes de parede fundeira.

Verifica-se que a maioria das casas se encontram pegadas com paredes meeiras, e como que ordenadas segundo um plano urbanístico, particularidade encontrada nos castros durante o séc. IV. Pode por isso atribuir-se àquele castro cronologia tardia. No entanto, e repetindo o que se disse de entrada, enquanto não se fizerem escavações sistemáticas não se pode aventar com segurança a sua cronologia que talvez se estenderá ao período suévico.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências — Universidade do Porto
Maio de 1981.

Os lavradores de Mindelo lavravam a terra e o mar

(Notas de vida agrária) ⁽¹⁾

POR

J. R. dos Santos Júnior *

Prof. jub. de Antropologia e Sociologia da F. C. da Universidade do Porto
«Membre titulaire» da Société d'Ethnographie de Paris

Mindelo é freguesia do concelho de Vila do Conde, limitada a norte por uma lingoeta da freguesia de Fajozes, a leste pelas freguesias de Fajozes e Gião, a sul pelas freguesias de Modivas e Vila Chã.

Especialmente a partir de 1953 as minhas idas a Mindelo passaram a ser frequentes e a fazer ali estadias de acampamento de duas a três semanas, durante muitos anos, na quadra de Agosto e Setembro.

Por ter conseguido a criação da Reserva Ornitológica de Mindelo e a permissão de ali se caçarem rolas à rede, para serem anilhadas e logo soltas, tive ensejo de contactar com os lavradores de Mindelo, apaixonados caçadores de rolas à rede.

Algumas vezes visitei as suas casas de lavoura e muitas vezes falamos sobre a evolução da exploração agrícola regional, que esteve, durante longos anos, em estreita dependência do mar, o que aliás sucedia noutras povoações da orla marinha.

(1) Este trabalho apresentei-o ao Colóquio «Santos Graça» de *Etnografia Marítima* realizada na Póvoa de Varzim em Outubro de 1982.

* Quinta da Caverneira — Águas Santas — 4445 Ermesinde.

Mindelô tem cerca de 2 km de costa marinha.

Se é certo que muito aprendi com as falas de alguns velhos e amigos lavradores mindelenses, as notas, sobre o que foi e como evoluiu a vida agrária em Mindelo, que me propuz trazer a este *Colóquio «Santos Graça» de Etnografia Marítima*, resultaram, sobretudo, de informações colhidas em conversas com o meu amigo António Jesus Pereira, filho e neto de lavradores de Mindelo.

As estreitas relações do lavrador mindelense com o mar vinham de longe, e exerceram acentuada influência na economia agrária da região.

O velho costume de os lavradores proprietários irem ao mar, e até terem um *criado de ir ao mar*, vinha de tempos remotos. Era corrente há 100 anos e estendeu-se ainda até cerca de 1930.

O *criado de ir ao mar* era o criado melhor pago entre os 4, 5 ou 6 criados que geralmente tinham as grandes casas de lavoura.

Há 100 anos os criados *de ir ao mar*, no geral, vinham das freguesias a norte do rio Ave.

Soube-se que alguns vinham fugidos à alçada da justiça, por várias razões, geralmente pequenos delitos, nomeadamente por cenas de pancadaria desencadeadas nas romarias.

Nos velhos tempos depois de os desordeiros passarem o rio para a margem esquerda as autoridades da margem direita não os perseguiam.

Muitos, para maior cautela, mudavam de nome. Viviam num certo grau de desassocêgo. Mas outros, mais confiados estadiavam em Mindelo, e alguns terminavam por ali casar.

Todos os grandes lavradores tinham barcos e redes *de ir ao mar*.

António Jesus Pereira, filho e neto de lavradores informa que na casa de seu pai havia dois barcos e redes.

Na praia apanhavam o sargaço arrastado pelo mar.

De barco, com um grande ancinho, a *gravêta*, com uns 6 metros de cabo, apanhavam o sargaço do fundo do mar.

Esta apanha do sargaço era feita nas quadras de mar chão, especialmente no sítio da Portela, junto da penedia fronteira à praia, mas também noutros lugares.

Pelo S. João, com o *foucinhão* segavam as compridas algas presas às pedras chamadas rabo de Maio, carregavam os barcos e traziam-nas para secar na praia.

A partir do S. João realizava-se a *companha do mexoalho* ou *pilado* (1).

Iam ao mar os dois barcos, um geralmente um pouco maior que o outro, e cada um com dois homens.

O aparelho da apanha do *mexoalho* ou *pilado* era rede de arrasto, formada por dois passos de rede, cada um com 50 m de comprimento, ligados a um grande saco de malha mais miuda e mais forte.

As pontas dos panos da rede prendiam-se dois cabos ou *fieiras*, e cada um deles a seu barco.

Um dos barcos ficava parado e ancorado, era o chamado *barco do ferro*, o outro ia ao redor, era o chamado *barco do lanço*, que puxava a rede à volta do cerco.

(1) *Mexoalho* ou *Pilado* é um pequeno caranguejo da família Portunidae, espécie *Polybino Henslowi* Leach.

O Dr. Augusto Nobre, que foi distinto Professor de Zoologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e notável investigador da nossa fauna marinha, no seu livro *Crustáceos decápodes e stomatópodes de Portugal*, Porto, 1936, 213 pág. e 138 figs., nas págs. 29 a 31, ocupa-se deste crustácio que no norte é conhecido pelos nomes vulgares de *mexoalho* e *pilado* e no sul do país pelo nome de *Carraça*.

O Prof. Augusto Nobre, pág. 30, diz que este pequeno caranguejo de «carapaça achatada, luzidia, muito pouco espessa, quase membranosa» era de extrema abundância no noroeste de Portugal, especialmente para norte da Nazaré, «sobretudo na costa do Porto», onde «os pescadores, da Afurada, Matosinhos, Póvoa e para além, se empregam na sua pesca, para venda destinada ao adubo dos campos». Informa que em Aver-o-Mar o secam na praia, para depois ser moído para adubo.

Este caranguejo, o mais abundante do norte do nosso país aproxima-se do litoral na Primavera, encontrando-se no verão as fêmeas com os anéis abdominais carregados de ovos de cor alaranjada ou avermelhada. Depois da desova afasta-se da costa.

Completado o rodeio vinha encostar ao *barco do ferro* e era a ele amarrado.

Entre os dois barcos punha-se a *molhêla*, bola, rolo ou molhada de redes velhas e velhas sarapilheiras para não coçar o breu com que todos os anos os barcos eram embreados no no início da *companha*.

Depois os 4 homens, dois em cada barco, puxavam a rede a arrastar pelo fundo, com a ajuda dos *viradouros*, cilindros de madeira e nele cravado um eixo de ferro com manivela na ponta que um dos homens ia manejando enquanto o companheiro colhia a *fieira*, (o cabo) e a ia enrolando no fundo do barco.

A rede e as *fieiras*, ou cabos, antigamente eram feitas do linho, semeado, colhido e preparado na múltipla sucessão de voltas, até à *estriga*, depois fiado e tecido no amanhã conveniente.

As próprias linhas de pescar eram também de linho.

Os lavradores iam ao mar para o *mexoalho* ou *pilado* e para o sargaço.

Mas também iam à pesca do congro, de fanecas pequenas e de outros vários peixes, com o *parrucho*. Este era um roda-fole formado por uma roda de verguilha de ferro com 1,30 a 1,50 m de diâmetro e amplo saco de rede que se passava no fundo do mar. Três cordinhas ligadas a três pontos da roda de ferro vinham amarrar à ponto de uma corda pendente da borda do barco.

A isca eram sardinhas enfiadas em arames finos.

Quando os peixes vinham comer a isca o homem puxava o *garrucho* e trazia até ao barco o que tivesse ficado no saco.

Os locais em que se pescava ao *garrucho*, bem como o *mexoalho* com a rede de arrasto, eram aqueles que ofereciam especiais condições de pesca frutuosa; eram segredo de ofício, constituíam como que um bem de família, que era transmitido de pais a filhos.

O *mexoalho* ou *pilado* parava nos fundos lodosos do mar, onde a rede se podia arrastar, sem se rasgar. Nos fundos de pedra não se devia arrastar pelo inconveniente de se rasgar a rede.

Às vezes num único lanço carregava-se um barco de *pilado*.

Com frequência bastavam dois lanços para carregar os dois barcos.

O meu prestimoso informador disse que há uns 40 anos foi muitas vezes, com o pai ao mar, ao arrasto do *pilado* e com frequência trouxe no carro de bois as *caniças* ou *empanas*, feitas de vimes e de vergas de castanho, atestadinhas de caranguejo miudo, o *pilado* ou *mexoalho*.

Mais informa que no arrasto do *pilado* vinham alguns peixes, e com frequência *catacholas* ou *caranguejos* ⁽¹⁾, às vezes às 200 e 300.

Algumas cozinhavam-se. Porém as muitas restantes metiam-se nas pilhas de mato, onde ficavam a apodrecer e a curtir o mato e outros vegetais das pilhas.

Há 100 anos o lavrador só ia ao mar para serviço próprio.

O *pilado* era utilizado *em verde*, isto é trazido nos carros de bois e logo espalhado nos campos, como sucedia por exemplo na preparação das terras para nabal. Mas também, muitas vezes, era estendido na praia e depois armazenado em seco.

Todos os grandes lavradores de Mindelo tinham casa na praia, a chamada *casa do mar*, feita de pedra com porta ampla a toda a largura do barco, porta de gonzos, isto é, sem dobradiças e fechadura de madeira. A cobertura era de junco ou de palha.

(1) A *Caranguejola* ou *Centola*, a que os lavradores mindelenses chamavam *catachola* é o grande crustáceo *Cancer pagurus* L. da família *Cancridae*. No sul os pescadores chamam-lhe *sapateira*.

O Prof. Augusto Nobre no seu livro *Crustáceos decápodes e stomatopodes marinhos de Portugal*, cit., ocupa-se deste grande caranguejo nas págs. 49-50; e di-lo comum em toda a costa do noroeste.

É muito apreciada a sua carne, pelo que actualmente atinge alto preço como o da lagosta e o dos lavagantes.

Na *casa do mar* se guardavam os barcos, os apetrechos da pesca, o sargaço e o pilado secos.

Evolução da casa agrícola mindelense

Há cento e tantos anos a casa dos ascendentes de António Jesus Pereira, então do seu trisavô, era chamada *Casa da Vila*.

Foi herdeiro de metade da casa seu bisavô Filipe cuja lavoura, quanto a cereais, era sobretudo de trigo, algum centeio e pouco milho. O trigo era então a cultura largamente dominante.

Um ou dois campos eram reservados para nabal, especialmente para o gado.

Os bois de engorda eram então a importante fonte de receita da lavoura mindelense, como aliás o foi em toda a região das chamadas terras da Maia que se estendiam a norte do Douro até ao rio Ave.

No tempo de seu pai, Narciso Pinho Pereira, 2.^a e 3.^a décadas deste século, quanto a cereais, lavrava-se milho, cevada, centeio, trigo e aveia. A cultura do milho era a dominante.

A colheita cerealífera na sua casa paterna era em média de 20 carros de milho e apenas 2 carros de trigo.

Como o *carro* na contagem agrícola minhota tem 40 alqueires ou razões de 20 litros, colhiam-se 16 000 litros de milho e apenas 1600 litros de trigo. O milho dez vezes mais do que o trigo.

A partir da década de 1920, os lavradores de Mindelo venderam os bois e passaram a ter só vacas.

Passou-se a cuidar da exploração do leite e da criação e engorda do gado bovino, especialmente de vitelos.

Durante muitos anos do século passado e até à cerca de 50 anos, a economia da casa de lavoura de Mindelo baseava-se em grande parte no mar. Dali traziam o *mexoalho* ou *pilado* e o sargaço para adubar as terras, e o peixe para alimentação, utilizado quer em fresco quer depois de salgado e seco ao sol,

que depois era metido nas arcas do milho onde acabava de secar.

A lavoura estava tão estreitamente dependente e tão ligada ao mar, que, com toda a propriedade se pode dizer que o lavrador de Mindelo, com os seus bois lavrava a terra e com os seus barcos lavrava o mar.

Isto aliás era corrente em grande parte da costa atlântica do nosso país.

Com a frequência dos arrastos feitos com barcos motores e com a pesca intensiva, de tal modo diminuiu o *pilado* ou *mexoalho* que os lavradores deixaram de ir ao mar.

Ainda vi, na década de 40, velhas redes e um barco meio apodrecido na casa de lavoura do meu amigo António Jesus Pereira, meu gentil informador.

Actualmente em Mindelo só há 3 barcos e não de lavradores.

Até há cerca de 60 anos, havia uns 50 barcos a maioria dos quais eram de lavradores proprietários.

Há 100 anos, a lavoura em Mindelo era agrícola e pescadora.

A sua economia era quase de autosuficiência.

Colhiam cereal em abundância, bem como feijão, nabijas, nabos, grelos e couves. São famosos os seus *coivões*. Foi a partir de 1930 que cresceu a cultura da batata.

Semeavam linho que fiavam e teciam.

Tinham algumas ovelhas cuja lã também se fiava e tecia.

Nos seus próprios teares urdiam e teciam quer o linho quer a lã, e assim tinham pano para as suas roupas de vestir.

Dos diferentes tipos da fibra tinham panos de linho fino, de *estopa bica* (estopa fina), de *estopa meã* e de tomentos.

De linho se faziam redes, cordas ou cabos, e linhas para pescar.

Criavam porcos, galinhas, patos e coelhos.

Caçavam à rede dezenas e mesmo centenas de rolas que punham em gaiola e lhes davam milho à farta. As rolas fica-

vam tão gordas que chegavam a ficar parcialmente depenadas. Um arroz destas rolas engordadas em cativeiro era um requintado acepipe ⁽¹⁾.

Os grandes lavradores matavam em cada ano 3 porcos bem gordos, a pesarem cada um a 12, 13 e 14 arrobas e algumas vezes mais.

A matança fazia-se pelo mês de Novembro a meio da sementeira do trigo.

A carne gorda era salgada numa arca toda junta.

A fêvera era para rijões, chouriças e salpicões.

Os rijões eram metidos em pingue, as chouriças e salpicões depois de fumadas e bem enxutas eram metidas no milho das arcas.

Os presuntos, dois de cada porco, depois de fumados eram tratados com clorau e azeite e voltavam ao fumo até ficarem bem enxutos para também serem metidos no milho, tal como sucedera às chouriças.

As refeições eram três. O almoço, o jantar e a ceia.

Ao almoço, pela manhãzinha, especialmente durante o inverno eram migas de unto com côdeas de borôa e peixe. A borôa era cosida todas as semanas.

Ao meio-dia, jantar, era o caldo com muito hortaliça onde cosera carne de porco.

Como presigo talhadas de carne gorda salgada que cada um cortava por onde lhe aprazia.

Até ao Natal os caldos eram feitos com as partes miudas dos porcos, pernis, ossos do espinhaço (ossos da suã), ossos da cabeça e *caluga*.

⁽¹⁾ A caça de rolas à rede, que desde tempos remotos se fazia em várias terras do nosso litoral atlântico deve, desde há muito, ter sido tão corrente em Mindelo, que o apôdo tópico alusivo a algumas freguesias do concelho de Vila do Conde, se refere à paixão dos mindelenses pela caça às rolas.

Subi ao alto de Canidêlo
Vi os tolos em Fornêlo
Os fidalgos em Vairão

Vi lavradores em Fajozes
Vi roleiro em Mindelo
Entrudos em Vila Chã.

Depois do Natal os caldos eram feitos com carne gorda salgada e sempre com muita hortaliça. O presigo eram talhadas de carne gorda salgada cosida com couves.

Os caldos do meio-dia ficavam sempre para a ceia.

Os rijões em pingue iam-se comendo de quando em quando ao longo do ano.

Não alongo as considerações sobre o regime alimentar que ao longo do ano era sempre abundante. A criação e matança dos porcos constituia um elemento de suma importância no regime de autosuficiência em que viviam os abastados lavradores mindelenses.

A preparação dos campos em masseira

Na evolução agrária de Mindelo, no começo deste século e durante cerca de 20 anos ali chegaram os *seareiros*, jornaleiros que vieram fazer os campos em masseira, levando a areia para as bordas do campo em que se projectava pôr a descoberto a terra humosa, que havia sido tapada pelo *correr das areias*.

Talhava-se o *valo*, ou seja o alinhamento das bordas do campo.

A areia junto das bordas era baldeada à pá, a outra areia era levada ao gigo e despejada por fora do alinhamento. No final o campo ficava limitado por *combros* longitudinais de rampas aplanadas.

Do lado do vento dominante o *combro* era alteado.

Aquele serviço era feito na quadra do Inverno, de Novembro a Fevereiro, e feito da parte de tarde, a partir da 1 hora até ao pôr do sol.

As mulheres, de entrada, pelo trabalho de cada tarde ganhavam 10 tostões; depois passaram a ganhar 15 tostões, isto é, 1.500 reis, ou seja 1 escudo e 50 centavos.

Os homens que enchiam as gigas ganhavam o dobro das mulheres, e o homem ou mulher que ajudava a pôr as gigas à cabeça, também ganhava o dobro das mulheres.

Fora da época do Inverno, isto é, na Primavera e no Verão, trabalhavam-se os campos postos a descoberto pela tiragem da fina areia branca, que veio tocada pelo vento na quadra do chamado *correr das areias*, que, pelo que reza a tradição, deve ter ocorrido há pelo menos 500 a 600 anos.

Uma boa parte da área da freguesia de Mindelo é de bouças, ou seja matas de pinheiros com alguns, poucos, carvalhos, sobreiros e castanheiros à mistura, e mato ou tojo, sobretudo tojo arnal (*Ulex europaeus*).

Mas há muitos campos de lavoura no lugar de Paredes, nas agras de Paredes, de Silvares e de Riba, no lugar de Covelo, nas agras de Pinheiro e das Bouças da Ribeira, no lugar do Outeiro na agra do Outeiro e das Bouças de Beches.

Destes lugares o maior é o de Paredes, onde havia e há 10 boas casas de lavoura, nas quais se colhia antigamente muito trigo e depois de 1939 muito milho e feijão, bem como vinho, que, no geral, bastava aos gastos das casas.

Todas estas produções têm diminuído muito.

Na quadra de 1939 a 1950 em cada 1000 m² colhiam-se com frequência 40 arrobas (600 kg) de milho, em campos adubados com os recursos locais, isto é, com *mexoalho* ou *pilado*, sargaço e estrume do curral das vacas nos aidos astrados de mato.

Nos últimos 30 anos a produção cerealífera baixou rotundamente.

Actualmente a economia agrária de Mindelo assenta especialmente na produção de leite e na criação e engorda de bovinos.

Entre 1939 e 1950 Mindelo intensificou muito a produção do milho e feijão. Abriu poços, lançou muitos quilómetros de linha para electrificar os motores de rega assentes nos poços, e assim a produção de milho e feijão aumentou para mais do dobro; foi a cerca de 2/3 mais das colheitas anteriores a 1939.

Não havia subsídio à lavoura. O aumento resultou de uma boa parte da colheita se ter podido vender fora do preço da tabela, que então era de 27\$50 a arroba. Entregue ao celeiro

a parte correspondente à média das produções anteriores a 1939 o resto chegou a vender-se a 150\$00 a arroba, ou seja por mais de 5 vezes o preço da tabela.

Isto prova que o aumento extraordinário da produção do milho resultou da possibilidade do aumento do preço de venda do excedente da entrega ao celeiro.

O entusiasmo pela cultura do milho foi a tal ponto que até o chão das *barracas de palha*, que terá quando muito 50 m², também foi semeado de milho.

Não havia um palmo de terra que não fosse aproveitado para semear milho.

A intensificação da cultura do milho foi tão grande que, em média, pode calcular-se a produção de cada lugar da freguesia de Mindelo em 200 toneladas.

Actualmente a produção de cada lugar baixou para pouco mais de 20 toneladas.

Em face do caso concreto do que se passou em Mindelo, parece poder admitir-se a possibilidade de o nosso país poder vir a ser grande produtor de milho.

Em equilibrado condicionamento do aumento de preço do milho e dos outros cereais, as produções seguramente aumentarão a ponto de Portugal se bastar a si mesmo, e sem necessidade da atribuição de subsídios.

Lagar comunitário da cera Felgueiras — Moncorvo

POR

Prof. J. R. dos Santos Júnior *

«Membre titulaire» da Sociéte d'Ethnographie de Paris
Bolseiro do Inst. Nac. de Investigação Científica
Presidente da Soc. Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Ao insigne e talentoso etnógrafo
galego Joaquim Lorenzo Fernandez

O. C. D.

Felgueiras é uma grande aldeia, sede de freguesia, do concelho de Moncorvo.

Dista 7 km da sede do concelho e fica a leste da crista da serra do Roboredo, crista que se ergue altaneira de nascente a poente e a separa da vila de Moncorvo.

É terra de gente laboriosa e trabalhadores da cera. Chegou a ser sede de concelho há muito extinto. Foi importante centro de fabrico de velas de cera, e tem um velho lagar comunitário de prensa de vara, onde todos os cereeiros de Felgueiras, que foram muitos e hoje estão reduzidos apenas a cinco, *vão fazer a cera.*

O lagar *comunitário da cera* é casa velha, de paredes de xisto, na borda do lado norte do povoado, na margem direita da Ribeira de Santa Marina, que vem do alto do Roboredo e vai passar ao fundo da aldeia. A casa do lagar tem duas casas pegadas. A do lado nascente é um forno de pão que a separa da Ribeira, a outra é casa de habitação.

* Quinta da Caverneira — Águas Santas — 4445 Ermesinde.

O lagar é pequeno de chão térreo, rectangular, com 7 m de comprido por 6 de largura (Fig. 1), porta de 2 m de altura por 1,65 de largura e com telhado de uma água pendente sobre

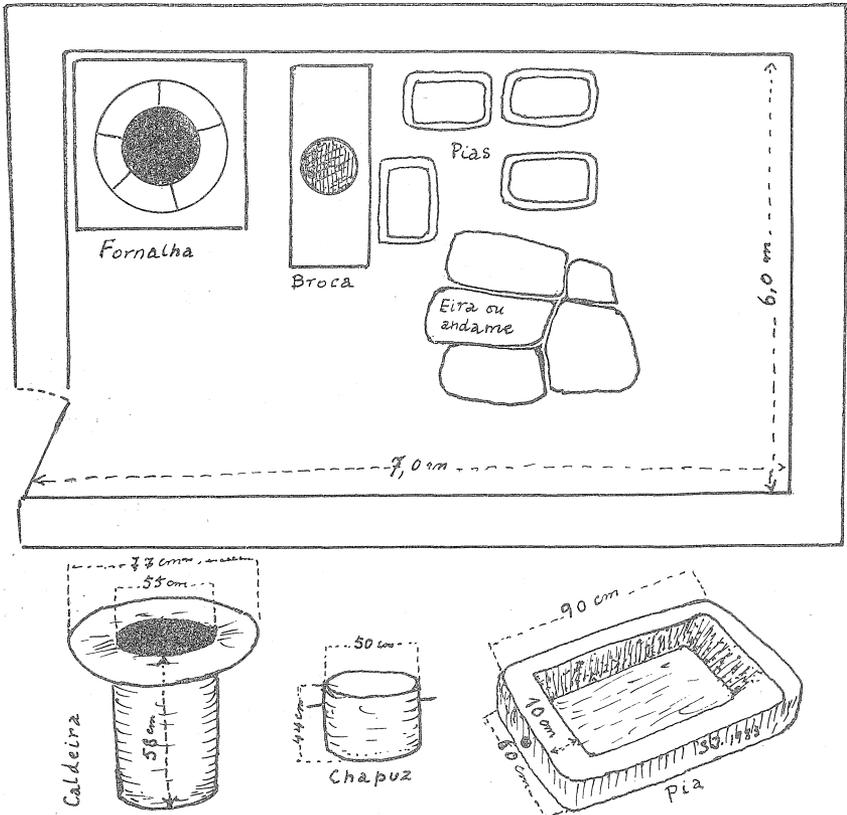


Fig. 1 — Planta do lagar da cera e três utensílios inerentes ao fabrico da mesma.

a ribeira. Não tem postigo nem janela. A luz de que dispõe é a que entra pela porta (1).

No terreiro, à esquerda da entrada está a fornalha de granito encostada ao recanto. A seguir e apenas a uns 50 cm

(1) Na altura em que fui ver o lagar a luz entrava a jorros por ter desabado quase metade do telhado, há um ano por compor.

é a *prensa de vara*, com as peças inerentes à mesma e são, além da vara com seu fuso e peso, a *broca*, o *chapuz* e seus *malhais*, e a *pia grande* que fica por baixo da *broca* e para a qual escorre a cera espremida pela prensa. Depois são 4 *pias* de granito, e ao lado a *eira*, *praça* ou *andame*, lejeado de pedras de granito, onde se esfarela o negro *estrume*, ou seja o que fica nos capa-

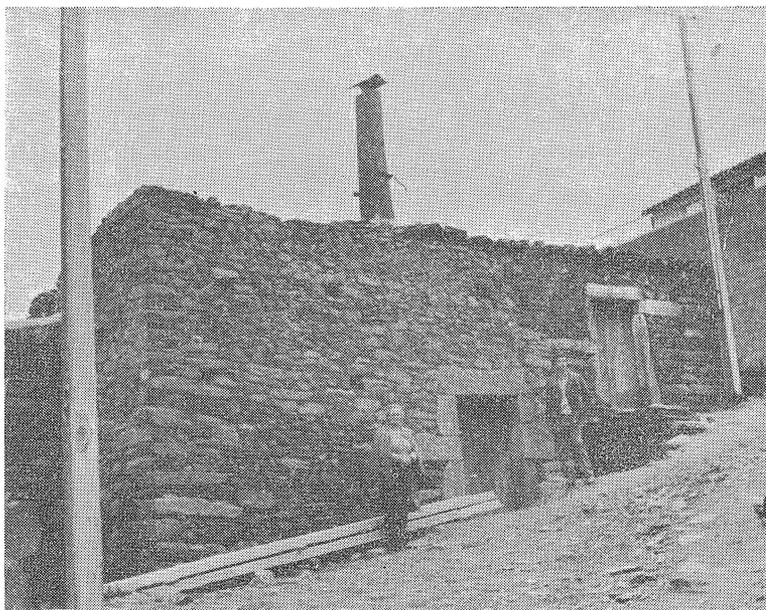


Fig. 1 — Casa do lagar da cera com sua porta e respectiva chaminé. A porta da direita com ombreira branca é de casa de habitação.

chos no fim da primeira espremedura, que depois de esfarelado torna a ser recozido na *caldeira* e prensado segunda vez.

Vejam os agora em sucinta descrição cada uma das coisas referidas que fazem parte do conjunto indispensável à preparação da cera, a que os cereeiros chamam o *fazer da cera*.

A *fornalha* fica ao lado esquerdo da porta de entrada e enche o canto esquerdo do terreiro ou chão do lagar. É feita

de pedras de granito num todo sensivelmente cúbico, com altura de 1,35 m: a frente da fornalha tem 1,65 m de largura e a mesma medida da face oposta encostada à parede que separa o lagar da casa do *forno do pão*. As faces laterais têm 1,40 de largura; a da esquerda encostada à parede da frente da casa e a outra virada para a *broca* e dela separada apenas 50 cm. A face superior da fornalha tem a meio um buraco circular com 83 cm de diâmetro onde há-de ser metida a *caldeira*.

A boca ou porta da fornalha é grande, mede 75 cm de altura por 55 cm de largura.

O buraco da fornalha foi revestido de barro que pela acção do calor secou e endureceu permitindo um quase perfeito ajuste do depósito cilíndrico da *caldeira* às paredes do buraco circular.

O buraco circular é rodeado por um rebordo de pedras de granito assentes em lavadouro, com 30 cm de rampa, o que leva o diâmetro daquele rebordo a 1,40 m. É naquela rampa que vai assentar a aba da *caldeira* de tal modo que quando a cera dos favos dos cortiços ou calmeias com água a ferver extravasa da *caldeira* para o rebordo em rampa não escorre pelo buraco circular, o que se tal sucedesse iria apagar o lume.

A *prensa de vara* (Figs. 2 e 3) é a bem conhecida e velha prensa dos antigos lagares de azeite e do vinho ⁽¹⁾.

(1) No belo artigo *Tradição e vinicultura da Lombada*, por Maria da Purificação Afonso, aluna de 2.º ano da Escola do Magistério Primário de Bragança, que li com aprazimento e vem publicado na revista de cultura «Brigantia», vol: II, n.º 4 Out./Dez. 1982, a autora refere-se à espremedura do bagaço do vinho e alude aos lagares comunitários de várias aldeias da região da Lombada. Publica duas fotografias do peso e parte do fuso de prensas de vara: uma na pág. 515 de Caravela e outra na pág. 517 de Guadramil. Na pág. 518 publica um quadro com o inventário dos velhos lagares do vinho, — todos certamente com sua prensa de vara —, que existiam na região da Lombada. Das 9 aldeias da Lombada, a de Babe tinha 2 lagares, as outras 8 cada uma o seu lagar. Dos 10 lugares que houve na Lombada, actualmente só há 6 e destes só 4 é que funcionam.

Bem era que os serviços oficiais (talvez o Inst. Portug. do Património Cultural) adquirissem um destes velhos lagares comunitários do vinho, cuja

A vara da prensa do lagar da cera é porção inferior do grosso tronco de um olmo, ou negrilho, com 4,5 m de compri-



Fig. 2 — Cabeça da vara com seu fuso e peso. No colo do raizeiro vê-se o topo da *concha*, taboão rectangular onde foi talhada a rosca do parafuso. É atravessada pelo fuso, que rodando à direita ou à esquerda faz subir ou descer a vara.

defesa e conservação ficaria a cargo da autarquia local, como verdadeiro momento etnográfico que podia ficar adstrito ao museu brigantino.

Na pequenina aldeia chamada Quinta de S. Pedro, anexa da freguesia de Meirinhos, concelho de Mogadouro, houve 3 lagares de azeite todos com prensas de vara: um deles era da minha família e tinha 2 prensas.

mento, tendo como cabeça parte do raízeiro. Foi esquadrado, tendo a meio 45 cm de cada lado e no colo da cabeça do raízeiro 46 cm dos lados e 44 cm nas faces superior e inferior.

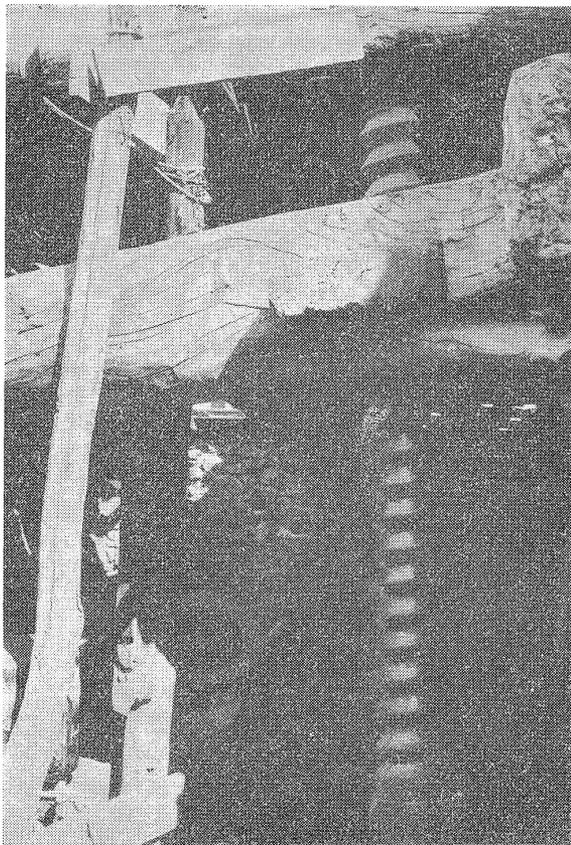


Fig. 3 — Além da vara, concha e fuso, vêem-se os dois *juizes*, paus que, fixos em cima e em baixo, evitam deslocamentos laterais da *vara*.

A *vara* tem a ponta metida num buraco da parede, atravessada por um grosso ferro cilíndrico, a *agulha*, cujas pontas estão fixas e bem cravadas nas pedras da parede.

A *agulha* é o eixo horizontal no qual gira a *vara* quando obrigada a subir ou a descer pelos movimentos do fuso, ora num sentido ora em sentido contrário.

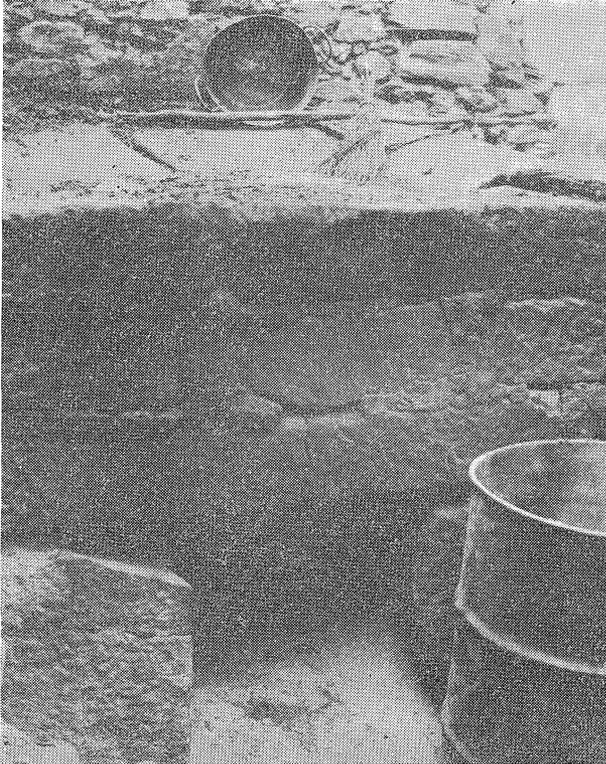


Fig. 4 — A fornalha, mostrando em cima o rebaixo em lavadouro. Na bordo um pau, para mexer a fervura da cera dos favos na água, e a *caldeirinha* para tirar cera a ferver em cachão para o *mandim*, encaixado no buraco da *conha*. No primeiro plano um bidão de 200 litros com água.

No colo do raizeiro foi rasgada de lado a lado uma fenda rectangular. A *vara* foi furada no meio, acima e abaixo da fenda, para deixar passar o fuso. Naquela fenda entra e assenta a *ósquea*, pedaço de grosso taboão de negrilho que, roscado

com o mesmo passo do parafuso, será a porca que fará descer ou subir a vara desandando o parafuso à esquerda ou à direita.

O fuso foi rasgado num delgado tronco de sobreiro, com as roscas, *machos*, talhadas no mesmo passo das roscas, *fêmeas*, da *ósquea*.

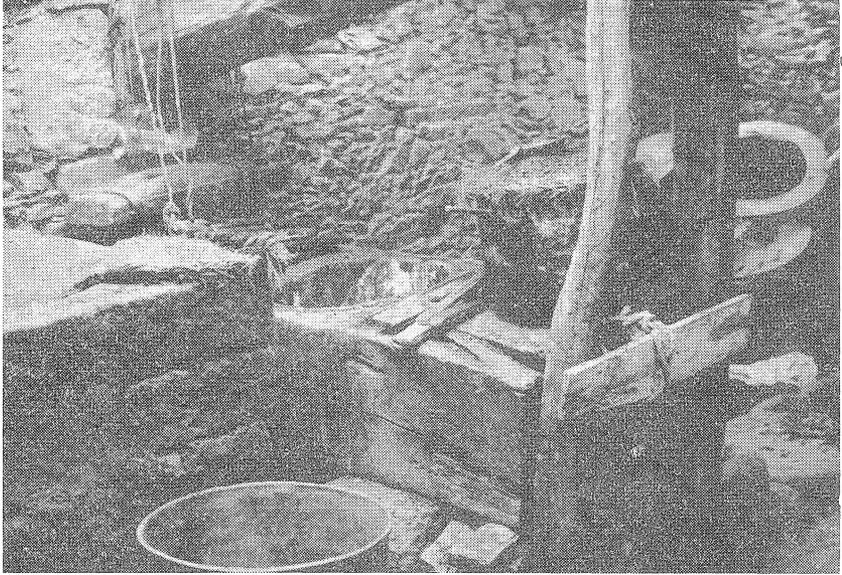


Fig. 5—A seguir ao cunhal de pedras de granito da fornalha vê-se a maior parte da *broca*, cêpo de castanho que foi broqueado a meio com um buraco circular, junto do qual algumas *talas* que serão postas à roda do *mandim*. Junto das *talas* vê-se parte do *chapuz*. A seguir parte inferior dos *juizes*, paus que amparam a *vara* da prensa. À direita último plano parte da boca de *caldeira* com a sua aba ou rebordo.

O fuso, no topo inferior e numa extensão de cerca de 50 cm conserva as 4 faces, atravessadas duas delas a meio por um buraco com 5 cm de diâmetro onde entrará um ferro que andando à roda fará desandar o fuso à direita ou à esquerda e descer ou subir a *vara*. (Fig. 2).

No topo inferior tem um espigão de ferro com rebarba que é abraçada por argola fortemente cravada no topo cimeiro do bloco de granito.

O peso, bloco de granito, talhado em tronco de cone tem 80 cm de altura, a superfície superior com 60 cm de diâmetro e a inferior com o diâmetro de 65 cm.

O complexo da prensa de vara é constituído pela *broca*, o *chapuz*, os *malhais* e a *corda*.

A *broca*, foi talhada em paralelepípedo numa grossa torada de castanho; tem 2,10 m de comprimento, 87 cm de largura, 48 cm de altura e assenta, pelas pontas, em duas pedras de granito. A meio foi broqueado um buraco circular com 67 cm de diâmetro, de paredes verticais com 37 cm de altura até ao fundo, que é vasado de 13 buracos subquadrados com cerca de 5 cm de lado, 5 a meio e 8 à roda. Aquele vasado cilíndrico perfeitamente broqueado tem de fundura, isto é da borda ao fundo esburacado 37 cm. É neste fundo esburacado que assentará o primeiro *capacho*, e à volta o *mandim*.

Por baixo do cepo da *broca* e em correspondência com o estrado fundeiro vasado de buracos subquadrados do broqueado cilíndrico, fica a *pia grande*, espécie de *arefa* para onde escorre a espremedura da cera, que ferveu em cachão pelo menos meia hora.

A cera sobrenada, e antes que arrefeça, tem que ser rapidamente tirada para uma *pia de pedra* onde solidifica em *barra*. A *broca*, como mostra a fotografia da Fig. 7, tem, do lado das *pias*, um rebaixo em crescente para permitir a passagem da caldeirinha de cobre e tirar, na altura conveniente, a cera quente e fluída que flutua na *pia grande*, e a seguir vasada numa *pia* onde arrefece e solidifica em cera amarela.

O *chapuz* é um grosso e pesado troço cilíndrico de sobreiro com 44 cm de altura e o diâmetro de 50 cm.

Tem espetados em posição diametralmente oposta dois pedaços de vergulha de ferro, os *pegadoiros*, com 10 cm de

comprimento, nos quais se enfiam as argolas da corda que passa por cima da vara, para, subindo a trave arrancar o *chapuz* do meio do *mandim* no fim da espremedura (Fig. 8).

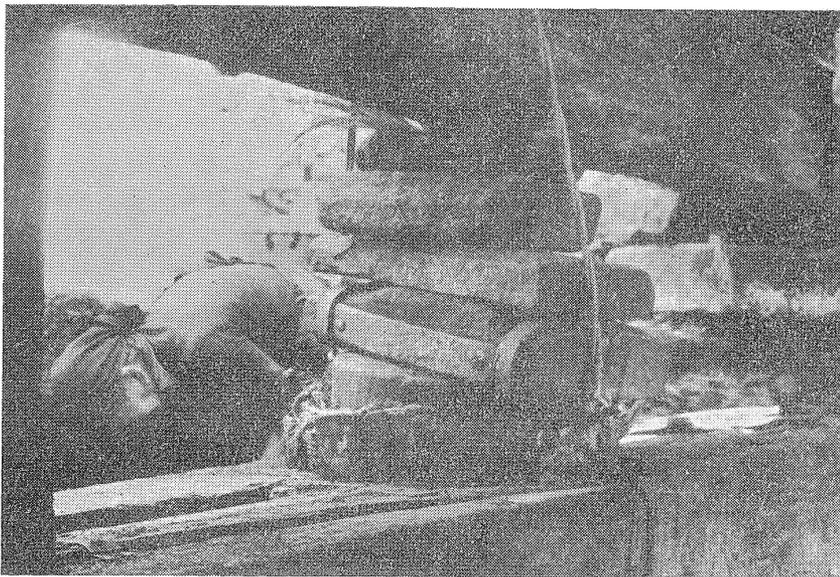


Fig. 6—Fim da prensagem com o malhal inferior a topar na fiada das talas intercaladas entre o *mandim* e a *concha*. A corda que abraça a vara já está com as argolas enfiadas nos ferros ou pegadeiras do *chapuz*.

Os *malhais* (Figs. 6 e 7) são grossos pedaços de madeira rija, talhados em paralelepípedos oblongos e pouco altos, que se empilham assentes sobre o topo superior do *chapuz*, enterando-o no *mandim* a comprimir a cera e água ferventes, das 5 ou 6 camadas separadas por *capachos* circulares de *barcejo* ⁽¹⁾.

O malhal inferior, o maior, tem os topos reforçados por duas abraçadeiras de ferro.

⁽¹⁾ O *barcejo* ou *baracejo* é a *Stipa arenaria* Brot. gramínea de colmos lisos própria de terrenos incultos de Norte a Sul do país.

A corda está sempre lançada por cima da *vara* e de pontas argoladas pendentes, serve, como já dissemos, para acabada a espremedura, arrancar o *chapuz do mondim*.



Fig. 7 — Face lateral do cepo da concha que fica sobre a *pia grande* mostrando o rebaixo da aresta inferior para permitir o manejo da caldeirinha para tirar a cera da água da *pia grande*.

Peça também comunitária, embora não faça parte do complexo da *prensa de vara*, é a *caldeira*, que é, digamos, um balde

cilíndrico de folha zincada com 58 cm de comprimento e 55 cm de diâmetro de boca, com bordo em anel com 11 cm de largura.

É nesta *caldeira* enfiada no buraco da fornalha e cheia de água que são lançados na água os pedaços da cera dos favos.

Água e cera flutuante, sob a acção do lume intenso da muita lenha metida na fornalha, depressa aquecem. Há que deixar ferver em cachão durante pelo menos meia hora. Ao mesmo tempo que o ajudante vai metendo lenha bem seca na fornalha, o cereeiro, com uma vara, vai mechendo a água da caldeira onde flutua a cera fervente.

Com a fervura em cachão, que deve manter-se cerca de meia hora, água e cera derretida, já mais ou menos flutuante, extravasam da caldeira e derramam-se pelo enconchado em lavadouro da face superior da fornalha.

Se a cera dos favos for boa a água fervente com cera vem até meio da rampa do enconchado em lavadouro. Se a cera dos favos não for tão boa fica mais abaixo.

A faina do *fazer a cera* começa pela aquisição dos favos dos cortiços ou dos quadros ou alças das colmeias.

Dantes os cereeiros iam pelas aldeias comprar os cortiços das abelhas. Metiam os cortiços nas fontes ou ribeiros e matavam as abelhas afogando-as. Depois passaram a matar as abelhas queimando enxofre na boca do cortiço.

Agora *há que poupar o gado*. Ajusta-se a boca do cortiço com abelhas e mel à boca dum cortiço vasio; tira-se o tampo ao cortiço cheio e afumam-se as abelhas, que vão passando ao cortiço vasio, previamente borrifado com vinho adoçado com açúcar ou com mel.

Ao cortiço cheio de favos, e já sem abelhas, com a *crestadeira*, faca de lâmina comprida, estreita, de ponta rombuda e cabo soerguido a modo das colheres dos trolhas, vão despegando, os favos da cortiça e das cruzetas. É também com a *crestadeira* que cortam os favos dos quadros ou alças das colmeias.

Os favos são prensados em prensas de aros em grade para lhe tirar o mel.

Depois de tirado o mel, fica a cera dos favos fortemente prensada em blocos compactos, depois partidos em bocados pequenos e mais ou menos esfarelados.

Metida em sacos esta cera dos favos é levada para o *lagar da cera* onde vai ser fervida com água na série de manipulações a que chamam *fazer a cera*.

O lagar comunitário da cera com sua *prensa de vara* e o complexo inerente à mesma, *broca*, *chapuz*, *malhais* e *corda* e mais a *fornalha*, a *caldeira* e as *pias*, está sempre pronto a trabalharem nela os cereeiros.

No entanto cada um depois de levar a lenha seca que fica estendida no chão junto da parede fronteira do lagar, leva o seu *mandim*, e uma *caldeirinha* ou um *caço*, para tirar a cera, sobrenadante na água fervente da *caldeira*, para o *mandim* encafuado no buraco da *broca*, e amparado a toda a volta pelas *talhas*, tabuinhas de 40 a 50 cm de comprimento por 5 a 7 cm de largura. No fim da espremedura há que tirar a cera da *pia grande* para as *pias* onde solidifica por arrefecimento.

O *mandim* é uma manga cilíndrica com 60 cm de comprimento e bocas com diâmetros de 50 cm.

Mandim e *capachos* são feitos de barcejo na aldeia de Bezelga do concelho de Penedono.

Os *capachos* são cilíndricos com 50 cm de diâmetro e 1,5 a 2 cm de espessura.

Vi duas *caldeirinhas* de cobre com duas grandes asas, e cerca de 4 a 5 litros de capacidade.

O *caço* é um púcaro de cabo curto, sensivelmente com a mesma capacidade das *caldeirinhas*.

Durante muito tempo foram muitos os cereeiros em Felgueiras. Eram pelo menos 20, e a ocupação passava de pais a filhos.

Actualmente são só cinco. António Cruz, Luís Alves, António Martins, Acácio Póvoa e Júlio Fernandes. Só este último tem o filho António a trabalhar consigo, como seu ajudante.

Fui ver *fazer a cera*, duas vezes. Sempre com 3 pessoas a trabalhar. O cereeiro, como mestre da faina, a esposa e um ajudante.

Enfiada a *caldeira* no buraco da fornalha, enchia-se com uns cântaros de água e, despejava-se-lhe um saco da cera dos favos bem *esparticados*.

Aquece-se até ferver em cachão.

Assente um *capacho* no grosso estrado fundeiro da *broca* vasado de 14 buracos, subquadrados é encafuado o *mandim*, faz-se o enceiramento.

Sobre aquele *capacho* deitam-se 3 caldeirinhas, cada uma com 5 a 6 litros, da cera que sobrenada fervente na *caldeira*, juntamente, como é óbvio, com alguma água. A seguir 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º e às vezes o 7.º *capacho* deitando sobre cada um deles 3 caldeirinhas da cera que sobrenadava na água fervente da *caldeira*.

Dois homens colocam o *chapuz* sobre o último *capacho* e encastelam os malhais sobre o *chapuz*.

Desandando o fuso descem a *vara* da prensa, de começo em aperto suave. Depois de ter escorrido uma boa parte dão-se voltas ao fuso até levantar o peso do chão que fica pendente a exercer forte prensagem.

O cereeiro junto da *pia grande* subjacente à *broca* vigia o nível da cera na *pia grande*, podendo sangrá-la escorrendo alguma água por um buraco junto da sua base (Fig. 9).

Com um pausinho vai medindo a espessura da camada de cera flutuante. Quando calcula que a quantidade daquela cera basta para uma *barra* ou *pão*, colhe-a com a caldeirinha e vai-a despejando numa *pia*, onde arrefece e solidifica em cera amarela, que é tirada no dia seguinte deitando-lhe por cima um pouco de água fria.

Terminada a prensagem, desandam o fuso até o peso assentar no chão. Agora com o levantar da *vara* há que arrancar o

chapuz do meio do *mandim* onde, pela prensagem, ficou fortemente encaixado. Depois de arrumados os 4 malhais, entra em

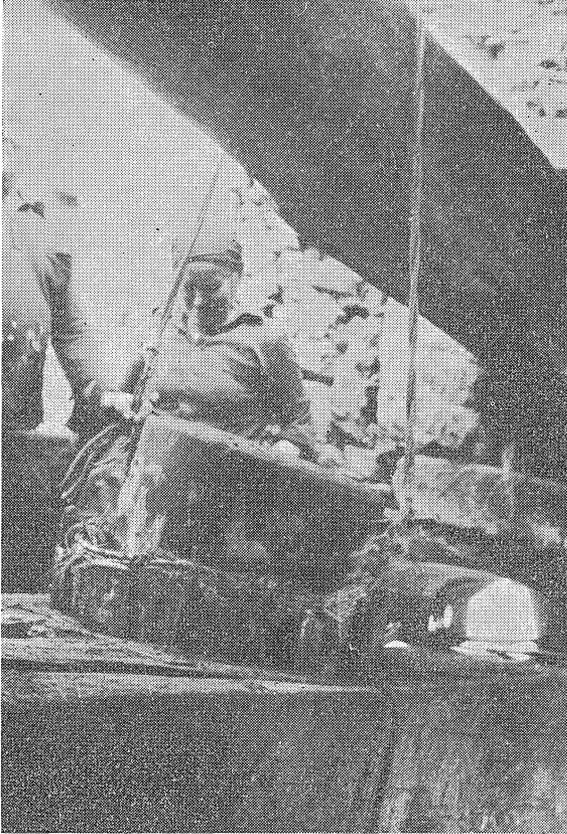


Fig. 8 — Ao levantar a vara a corda enfiada nos ferros do *chapuz* puxa-o para fora do *mandim*. Depois os homens, um de cada lado soerguem e arrastam o *chapuz* para o topo da *broca*, como se vê na fig. 5.

função a corda lançada por cima da vara, metendo as argolas das pontas nos ferros do *chapuz*.

Soerguido o *chapuz* Fig. 8 é depois retirado por dois homens e arrumado à ponta do cepo da *broca* (Fig. 5).

Agora há que tirar os *capachos* que trazem agarrado o *estrume* negro.



Fig. 9 — O cereeiro vigia o escorrer da prensagem e segura na mão direita um pau que medirá a espessura da camada de cera flutuante, para, no momento oportuno, tirar com a *caldeirinha* a cera derretida e deitá-la na pia ao lado, onde vai arrefecer e solidificar.

Os *capachos* são batidos e sacudidos nas pedras da *praça* ou *andame* e aquela massa negra, o *estrume*, é esfarelada; este serviço geralmente é feito pela mulher do cereeiro.

Aquele *estrume* da primeira prensagem torna à *caldeira*, é recozido e de novo prensado para lhe retirar alguma cera que ainda tem.

O *estrume* da segunda prensagem é espalhado e guardado depois de seco para ser empregado para fertilizar a terra, e daí o nome de *estrume* que lhe é dado. É considerado um excelente fertilizante.

Cada *barra* ou *pão* de cera amarela, mede de 65 a 70 cm de comprimento por 40 cm de largura, 13 a 15 cm de altura, e tem o peso de 35 a 40 quilos.

Em 1981 o quilo daquela cera amarela valia 180\$00. Em 1982 passou a custar 350\$00 escudos.

O FABRICO DAS VELAS DE CERA

Felgueiras é, como vimos, terra de cereeiros, de tão velha tradição, que deve ter séculos.

Pode dizer-se que em velhos tempos uma grande parte, se não a maior parte da sua população, se ocuparia em *fazer a cera* a partir dos favos das abelhas depois de espremido o mel, e, como complemento, a fazer velas.

Era natural que, preparando a cera amarela no seu lagar comunitário, logicamente se impuzesse o fabrico de velas, que compreendia essencialmente duas fases: preparação da cera branca a partir da cera amarela e, depois, o fabrico das velas.

BRANQUEAMENTO DA CERA

Para ter a cera branca há que manipular a cera amarela, para o que eram precisos o *raro*, o *rebolo* e a *eira*.

O *raro* era uma espécie de gamelinha feita de lata com o comprimento de cerca de 50 cm, bordos altos de 20 a 25 cm e o fundo da largura de 12 a 15 cm, com 6 a 8 fiadas de furos feitos a prego.

O *rebolo* era um cilindro de madeira da grossura da coxa de um homem com 20 a 25 cm de diâmetro, que assentava nos bordos de uma pia cheia de água, de tal modo que metade do cilindro ficava mergulhado. O cilindro tinha numa ponta uma manivela que o fazia girar sobre dois eixos fixos nas bordas da pia.

A *eira* era de pedra lousinha, ou seja de lajes de xisto conveniente ajustadas.

O *raro* estava montado por cima do *rebolo*, de tal modo que a cera amarela nele deitada em *meio derreter*, ao sair em cordões pelas fiadas de buracos ia cair no rebôlo em movimento e logo se espalmava em fita.

A manivela mantinha o *rebolo* em rápido movimento de rotação que levava as fitas à água as fazia arrefecer desprender da superfície do cilindro e cair no fundo da pia.

Não consegui ver nem a gamelinha de lata, nem o *raro*, nem o cilindro de madeira com manivela, o *rebôlo*, porquanto, segundo informação do cereeiro Sr. Acácio Mendes, «há já bem 30 anos ou a passar», que se deixou de fazer cera branca, ou ainda no seu preciso dizer, «há mais de 30 anos que se não *folhadou a cera*».

A cera amarela em fitas caídas no fundo da pia era tirada aos punhados e levada em cestas para a *eira*, onde era estendida ao sol e regada de vez em quando com água.

Em geral duas regadelas de manhã e duas ou três da parte de tarde era quanto bastava. Mas se o tempo era de sol aberto e bem quente havia que regar mais vezes.

FAZER AS VELAS

As velas fazem-se na *roda* que tem o tamanho da roda de um carro.

A que vi mostrou-me o Sr. Acácio Mendes, que foi amável informador e me acompanhou à sua oficina de fabrico das velas, pequena casa, de porta e janelo, com a *roda* montada ao lado da lareira.

Aquela *roda* é um arco com 86 cm de diâmetro, feito de verga de olmo, rachada a meio, vergada em verde e fixada por uma cruzeta de uma tábua, com 30 cm de largura e uma ripa com 9 cm de largura (Fig. 10).

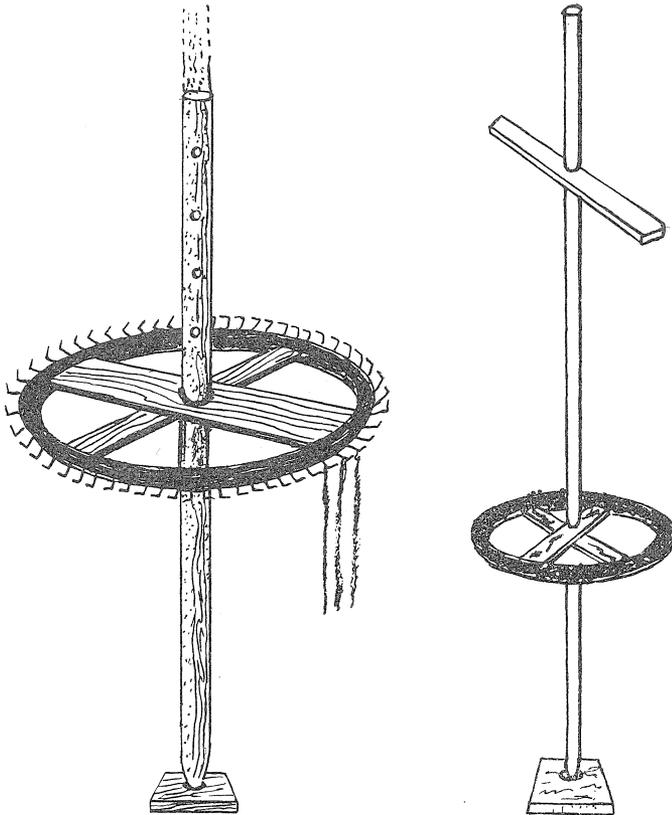


Fig. 10 — A roda de fazer as velas.

A mais larga é furada a meio para passar a grossa haste do eixo da roda, que é de pinheiro e da grossura de um braço.

A verga de olmo tem de altura 3 a 4 cm, uma largura de cerca de 3,5 cm, e pregados a toda a volta 57 pregos dobrados

em gancho, onde se irão prender os pavios de fios de algodão. Cada pavio é formado por 3 ou 4 fios de algodão bem torcidos passados com cera para não destorcerem e ficam pendentes.

O eixo da *roda* tem a ponta de cima um pouco adelgada em redondo a girar num buraco aberto numa tábua pregada a duas ripas do telhado de telha vã (Fig. 10).

A ponta inferior gira em pião numa tabuinha de castanho pregada no soalho.

O eixo da *roda* tinha a toda a altura 6 buracos entremeados de uns 25 a 30 cm para poder fixar a roda a diferentes alturas, de acordo com o tamanho das velas que se vão fazer. A roda apoia num pedaço de madeira metido no buraco da altura conveniente.

Abaixo da roda, que vi montada e estava a 1,60 m do chão, o eixo tinha outro buraco que permitia ao cereeiro trabalhar sentado.

Para manter a horizontalidade da *roda*, esta é fixada ao eixo por meio de cunhas.

Um cavalete de 5 degraus permite pôr a cera nos fios de algodão das velas compridas até 2 metros de altura.

O TACHO DE COBRE ESTANHADO

Peça inerente ao fabrico das velas, que vi na oficina do Sr. Acácio Mendes, é um grande tacho de cobre estanhado por dentro, com 86 cm de diâmetro da boca, com 35 cm de comprimento da aba e afunilado, pois a sua base tem apenas uns 10 cm.

Naquele tacho é derretida a matéria de que se vão fazer as velas.

Antigamente as velas correntes eram feitas com uma mistura de 15 % de cera e 85 % de parafina ou de estearina.

Actualmente não entra a cera, pois está cara, e só entra parafina, a que se junta um pouco de carnaúba para dar rijeza à vela.

O tacho fica junto do *eixo da roda*, assente de maneira que fique por baixo dos pavios da orla da roda, a que se vai deitando a parafina derretida, e assim aquilo que pingar cai no *tacho* e não se perde.

Com uma grande colher vai-se deitando, a pouco e pouco, parafina derretida nos pavios pendentes da *roda*, e esta impulsionada pela mão esquerda em movimento rotatório suave para parafinar o pavio seguinte.

Numa hora a uma hora e um quarto estão feitas 57 velas de tamanho médio.

O *tacho* está assente numa tripeça de ferro, um pouco alteado para ter por baixo uma fogueirinha.

O fabrico das velas em Felgueiras foi relativamente grande e quase todos os cereeiros as faziam.

Actualmente informaram que só fazem velas Fernando Ferreira António Francisco Martins, o seu parente António Augusto Martins, Luís Alves e Acácio Mendes. O segundo e o quarto também *fazem a cera* no lagar comunitário e apuram e vendem mel.

NOTA COMPLEMENTAR

Cada cortiço custa actualmente 1500\$00 a 2000\$00.

Dantes, há cem anos atrás, as abelhas dos cortiços comprados eram afogadas, mergulhando os cortiços em água ⁽¹⁾. Depois passaram a matar as abelhas queimando um pouquinho de enxofre à boca do cortiço.

(1) Era assim que procediam os ursos roubadores das colmeias.

Levavam o cortiço debaixo do braço até um charco ou ribeiro onde afogavam as abelhas para depois comerem o mel.

Dantes, como já dissemos atrás, os cereeiros, tal como faziam os ursos, afogavam as abelhas nas fontes ou nos ribeiros.

Este velho uso de afogar as abelhas transparece nos jacosos mandamentos de ladrão de colmeias publicado por Francisco Manuel Alves

Actualmente não se «mata o gado», passam-se as abelhas para um cortiço vasio da seguinte maneira.

O cortiço vasio é deitado e calçado com duas pedras para não rolar; às vezes é borrifado com vinho açucarado.

Dá-se um pouco de fumo no cortiço que tem abelhas para as afastar da boca e fazê-las subir.

Tapa-se a boca do cortiço com um saco e vai-se deitar, em frente do cortiço vasio, boca com boca.

Tira-se o saco que tapava a boca do cortiço com abelhas, arrancar-se-lhe o tampo e fumega-se. O gado vai passando para o cortiço vasio, no qual, ao mesmo tempo vão dando pancadinhas secas e repetidas em ritmo mais ou menos compassado.

O lagar comunitário da cera é muito antigo.

Um dos cereeiros informadores disse que o lagar tinha mais de 200 anos, ao que, um outro, reforçando a sua grande antiguidade, disse que *o lagar era de toda a vida*.

A grande diferença de nível da rua fronteira à casa do lagar, e o seu terreiro ou chão, que é de pelo menos de 35 a 40 cm, pode ser tomada com índice de ancianidade do lagar.

O Sr. Acácio Mendes informou que em Jou, concelho de Murça, havia um lagar de cera também com prensa de vara, e que outro velho lagar de *fazer cera*, com prensa de vara, era em Cogulo, concelho de Trancoso.

(Abade de Baçal) no 9.º Vol. das suas *Memórias Arqueológicas Históricas do Distrito de Bragança* Porto, 1934, pág. 336, que rezam assim:

- O 1.º Mandamento é tirar a colmeia do assento.
- O 2.º Voltá-la c'o cimo p'ró fundo.
- O 3.º *Afogar as abelhas num ribeiro*.
- O 4.º Mel e cera no saco.
- O 5.º Escolher o favo mais limpo.
- O 6.º Quem assim não fizer não tem jeito.
- O 7.º Quem assim não fizer não tem préstimo.
- O 8.º Andar com muito cuidado.
- O 9.º Olhar que não venha o dono.
- O 10.º Manda mais isto: levar o mel e não deixar o cortiço.

Caiu quase metade do telhado do lagar comunitário, cujas reparações ficam a cargo dos cereeiros, que, como se disse, actualmente são apenas 5. Quando eram 20, ou até mais, as despesas de conservação e reparações do lagar repartidas por todos tocava pouco a cada um. Como agora só há 5 cereeiros a despesa da reparação do telhado, a repartir só por cinco cabia a cada um pesado encargo. Por isso o telhado esteve por compor há mais de um ano.

Julga-se de marcado interesse conservar aquele velho lagar, que pode ser considerado, digamos, como um monumento etnográfico.

A Câmara Municipal de Moncorvo, está na disposição de ajudar à reparação do telhado, para que aquele lagar se conserve e se mantenha na sua velha feição.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências — Universidade do Porto
Outubro de 1983.

V Á R I A

31.^a Campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos—1982

No prosseguimento do estudo do Castro de Carvalhelhos, a que o povo chama *Castelo dos Mouros* fez-se mais uma campanha de trabalhos de 24 de Julho a 10 de Agosto de 1982.

Em 24 de Julho abalei do Porto às 7 h da manhã.

Em Vila Real desviei para ir ver os trabalhos feitos no Castro de Sabrosa pelo Dr. Carlos Ervedosa.

Ao mesmo tempo, ali tirei fotografias de uma lápide epigrafada aparecida a fazer degrau numa porta da muralha virada a nascente.

Em *Campanha de trabalhos no Castro de Sabrosa—1981*, por Carlos Ervedosa, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Fasc. 2.º, Vol. 24, Porto, 1982, págs. 351-355, se refere o aparecimento do «bloco granítico com inscrições» (pág. 352) e na pág. 353 se publica o desenho da face epigrafada e as interpretações daquela lápide sepulcral. As Est. II e III, figs. 5, 6 e 7, são as fotogravuras daquela lápide funerária.

No dia 25 domingo fui a Bêça para arranjar pessoal para trabalhar no Castro. Nada consegui.

Cada ano que passa é cada vez mais difícil conseguir pessoal jornalheiro.

Continuei na busca de pessoal. Consegui falar com 2 rapazes de 16 anos a ganharem 450\$00 por dia, e que trabalharam 4 dias na primeira semana.

Na segunda semana consegui mais 2 rapazes, e a Empresa das Águas de Carvalhelhos cedeu-nos 2 dos seus empregados.

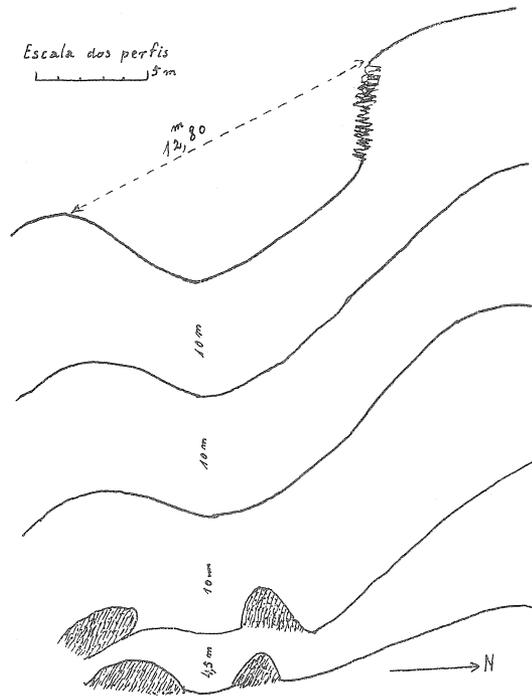


Fig. 1 — Esquema dos perfis da regueirão, fosso incipiente, de 10 em 10 m. No fundo, início do regueirão, os 2 perfis, estão ladeados por rochedos.

No plano de trabalhos para esta campanha figurava o prosseguimento do desentulhamento do terceiro fosso que no ano anterior ficou em meio fazer por se ter avariado a máquina escavadora; acabar a limpeza do fundo dos outros fossos; iniciar a prospecção do fosso incipiente que se estende de baixo



Fig. 2 — Porção cimeira do regueirão. O rapaz do 1.º plano está no meio do regueirão; o do 2.º plano marca o ponto onde acaba.

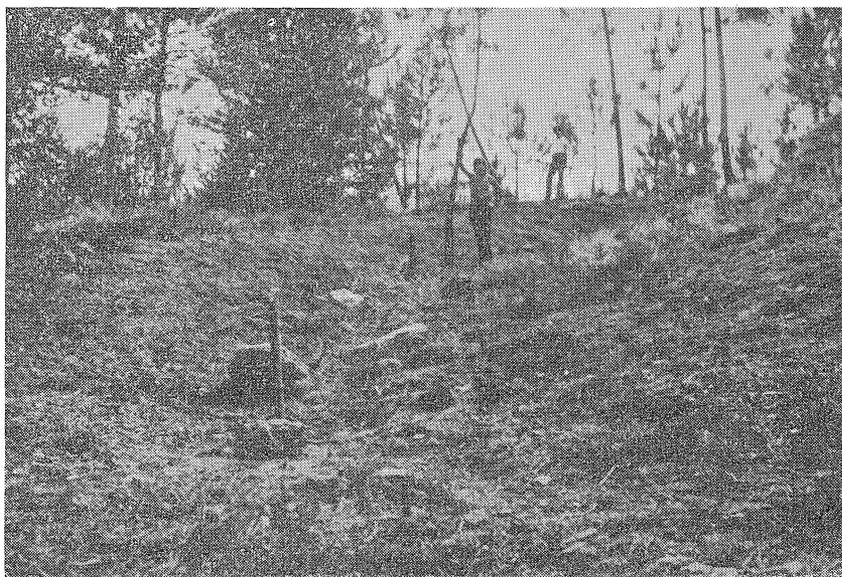


Fig. 3 — Outro aspecto do regueirão um tanto encurvado. As duas estacas espetadas a meio do mesmo estão separadas de 10 metros.

a cima na vertente do lado leste, e sensivelmente paralelo aos 2 profundos fossos que lhe ficam pelo norte.

Havia como nos mais anos o problema do mato, urze, carquejas, giestas, silvas, etc. que nos anos anteriores se tem cortado, e, sempre que possível, arrancado.

Como todos os anos o mato crescia viçoso, o que obrigava a cortes anuais, que acarretavam despesas e tempo perdido, resolvi iniciar nesta campanha, como experiência, o emprego de herbicidas e arbusticidas em pulverizações.

Compraram-se os arbusticidas Roundup e Monticida.

Uma camioneta da Empresa das Águas de Carvalhelhos levou ao terreiro junto do castro 3 bidões de 200 litros de água para a diluição dos arbusticidas (Figs. 6 e 7).

Nos dias seguintes um empregado da Empresa com um atomizador fez a pulverização da vegetação que cresce entre as pedras fincadas (Fig. 8). Depois foi pulverizado o reduto intramuralha (Fig. 9) e as cumieiras de separação dos vários fossos.

Por observação feita no mês de Outubro de 1982 e em Maio de 1983 verificamos que muitas das plantas pulverizadas secaram e outras estavam absolutamente emurchecidas. Isto nos leva a prosseguir com o emprego de arbusticidas na próxima campanha.

A Empresa não conseguiu máquina escavadora para rematar o desentulhamento do 3.º fosso, que, em campanha anterior, foi suspenso por avaria da máquina.

Bem era que se acabasse de desentulhar o que falta para limpar aquele fosso, o que se deve fazer em pouco mais de um dia a dia e meio de trabalho.

Procedeu-se à limpeza dos fundos dos fossos que convém todos os anos ficar bem limpos para a água da chuvas poder escorrer livremente consoante os respectivos pendores.

Aquilo que se pode considerar como um fosso incipiente é um regueirão, ligeiramente encurvado, com 44,5 m de com-



Fig. 4 — Parte cimeira do regueirão.

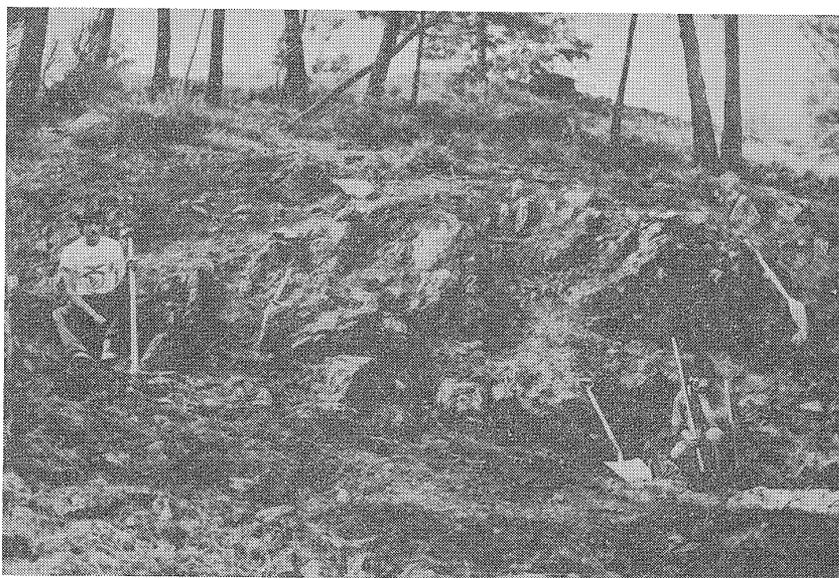


Fig. 5 — Afloramento de xisto que forma no alto a borda direita do regueirão.

primento, e boca de vários m, difícil de medir com precisão, dado que os lados são suavemente ascendentes, e o lado mais baixo, do sul, é em lombro de terra com altura variável. A fundura do regueirão é pequena, à volta de 1 m. Em alguns sítios um pouco mais.

No meio do regueirão havia algumas pedras relativamente pequenas, de vários tamanhos; algumas de granito.

O regueirão estende-se de cima a baixo, ou, melhor, de baixo a cima.

No seu começo, ao fundo da ladeira, há, como que uma entrada com 2,40 m de largura entre duas pequenas fragas de granito. Semelha um portelo.

Acima 4,5 m há outras duas pedras de granito que deixam entre si uma passagem de um pouco mais de 3 m (Fig. 1). Ali espetei a meio do regueiro uma estaca, e depois mais três estacas de 10 em 10 m, para, tomadas como referência, fazer esquemas dos perfis do regueirão segundo as linhas a passar pelas estacas (Fig. 1).

O talude à direita, ou seja do lado norte, é sempre rampa empinada, entre 10 e 11 m, de comprimento. Pela esquerda, lado sul, o regueirão é limitado por um baixo combro roliço, que parece ter sido feito apenas de terra.

Toda a rampa do talude do lado norte é de terra, menos no alto onde é rocha viva, de xisto, com 5 a 6 m de comprimento por 3 a 4 m de altura (Fig. 5).

Fiz sondagem neste afloramento de rocha viva que assentava em terra negra (vegetal?) com 1,00 a 1,20 m de altura a que se seguia o salão formado por saibro amarelo.

Na primeira oportunidade far-se-á escavação dum troço de 2 a 3 m da zona média do regueirão para averiguar se foi aberta em rocha, ou, como mais parece, em terra, e apurar a natureza do seu entulhamento.

Este regueirão, que durante muito tempo passou despercebido por densamente tapado pelo mato, afigura-se-nos bem estranho.

Pode interpretar-se como um fosso incipiente que apenas foi começado.



Fig. 6 — Camionete da Empresa das Águas de Carvalheiros que levou 3 bidões de 200 litros de água para aplicação dos arbusticidas.

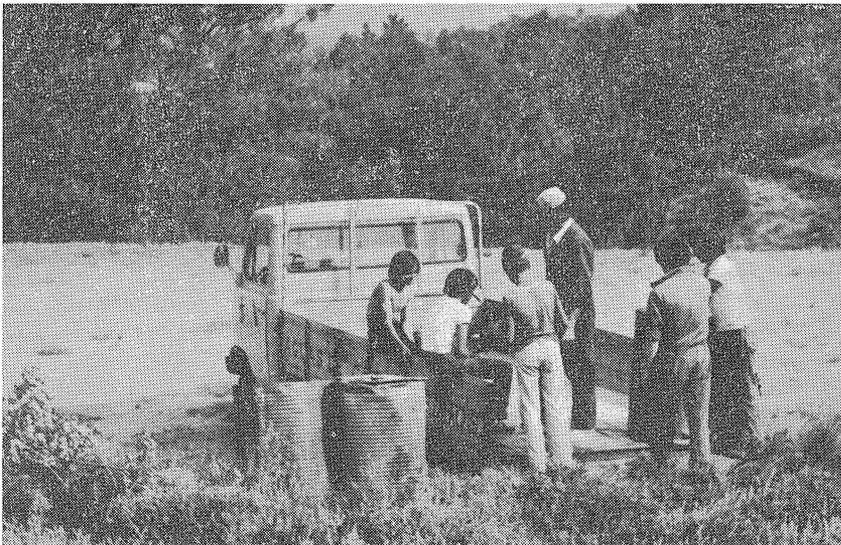


Fig. 7 — A descarga dos bidões da água.



Fig. 8 — Pulverizando o mato crescido entre as pedras fincadas.



Fig. 9 — Pulverizando o mato, sobretudo carqueja, no recinto intramuralha.

Mas por que não teria prosseguido o seu afundamento?
E também pode perguntar-se.

Para quê mais um fosso, pelo lado de fora e paralelo aos dois grandes e fundos fossos que, ao lado e paralelamente, descem a encosta do castro virada a nascente?

Talvez tenha havido o propósito de o afundar a reforçar a linha de defesa formada pelos dois grandes fossos referidos, que se situam paralelos pelo lado norte.

Se houve intento de abrir mais um fosso talvez com a mesma fundura dos dois que se lhe seguem ao lado, pode também perguntar-se.

Que razão ou razões teriam levado a parar com o trabalho e a desistir no propósito de abrir mais um fosso, se é que houve tal propósito?

Ao olhar e ao percorrer aquele estranho regueirão não consegui uma explicação justificativa do mesmo.

É mais um problema que fica em suspenso, o que aliás não é raro suceder em vários aspectos do vasto e complexo âmbito de tantas particularidades arqueológicas.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências — Universidade do Porto
Abril de 1983.

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR *

Bolseiro do Inst. Nac. de Investigação Científica
Presidente da Soc. Portug. de Antropologia e Etnologia

* Quinta da Caverneira — Águas Santas — 4445 Ermesinde

Campanha de Trabalhos no Castro de Sabrosa em 1982

Durante a campanha deste ano prosseguimos os trabalhos de limpeza e restauro do castro, realizando-se as seguintes tarefas:

1. Limpeza do reduto cimeiro
2. Limpeza de parte da 2.^a muralha

3. Restauro do torreão
4. Restauro de uma porta na 2.^a muralha

As duas primeiras tarefas foram executadas com a colaboração de cinco estudantes de Sabrosa, inscritos na O.T.L. (OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES PARA JOVENS) e que nos foram dispensados pelo Centro de Emprego de Vila Real.

A limpeza do reduto cimeiro consistiu no corte do mato que todos os anos ali cresce. É formado principalmente por fetos e arbustos de pequeno porte, como carqueja e giesta.

A limpeza da 2.^a muralha foi realizada em todo o seu troço virado a norte e em parte do seu troço nascente, até à porta que fora descoberta e desobstruída durante a campanha anterior.

Numa distância de oitenta metros, desembarçou-se de mato, terra e pedras a face externa daquela muralha que se encontrava praticamente soterrada em quase toda a sua extensão. Ficaram assim a descoberto as pedras faceadas, desde o chão até cerca de 1 a 1,50 m de altura (Fig. 1).

O entulho que se retirou era constituído principalmente por pedras resultantes do desmoronamento da própria muralha (pedras faceadas e pedras de enchimento) e por terra com alguns fragmentos cerâmicos, provenientes de níveis superiores do castro, acima da 2.^a muralha.

O chamado torreão é uma estrutura aproximadamente tronco-cónica, macissa, situada no interior do reduto cimeiro e encostada parcialmente à 1.^a muralha ou muralha principal do castro. Encontra-se no recanto NO daquele reduto que é também a área mais elevada do castro e onde aquela muralha forma um cotovelo.

Pelo lado de dentro do reduto, o torreão está amparado por três paredes semi-circulares que, por sua vez, suportam três patamares de terra e pedra (Fig. 2).

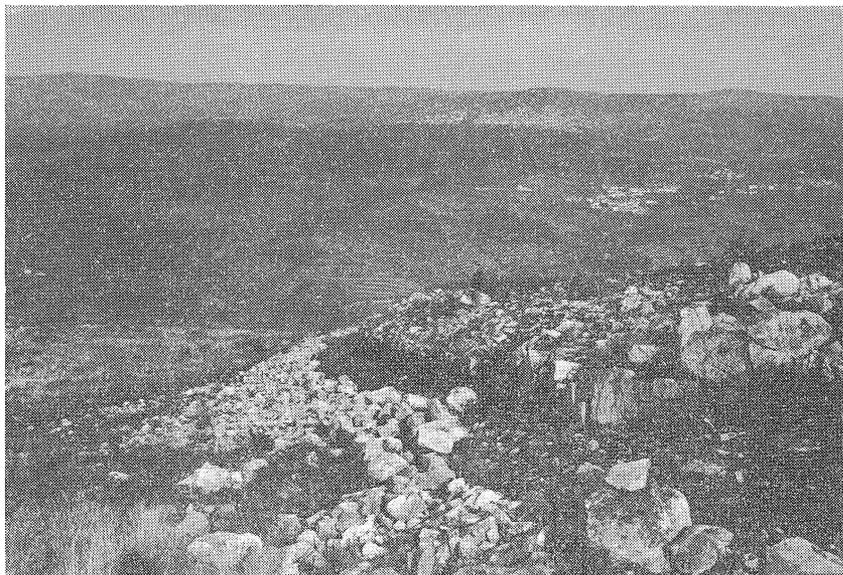


Fig. 1 — Face externa da 2.^a muralha desobstruída de pedras e terras no seu troço virado a norte.

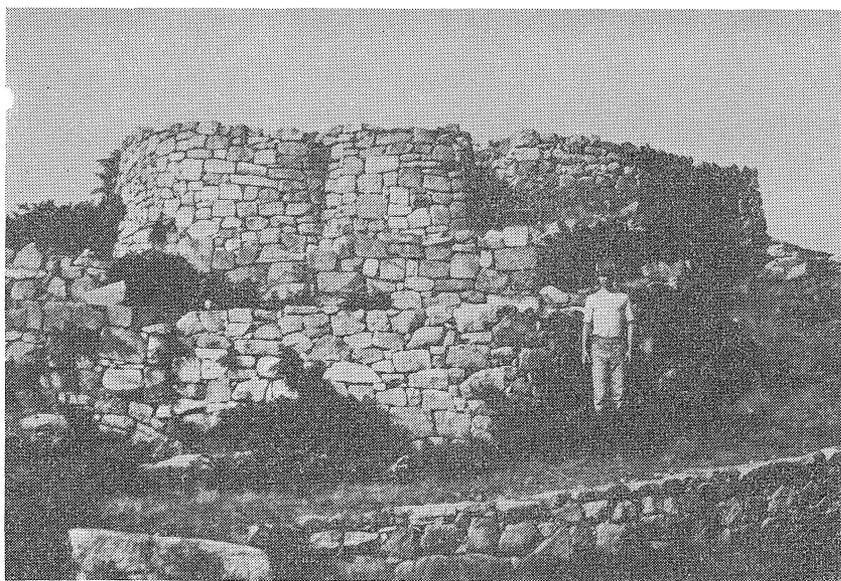


Fig. 2 — Aspecto do torreão do castro, fotografado pela parte de dentro do reduito cimeiro.

Pelo lado de fora, a face do torreão é, desde a base até 2,50 m de altura, a própria face externa da muralha. Daí para cima, e recuado 1,00 m para dentro, levanta-se a face própria do torreão num altura de 1,10 m. Muralha e torreão têm a

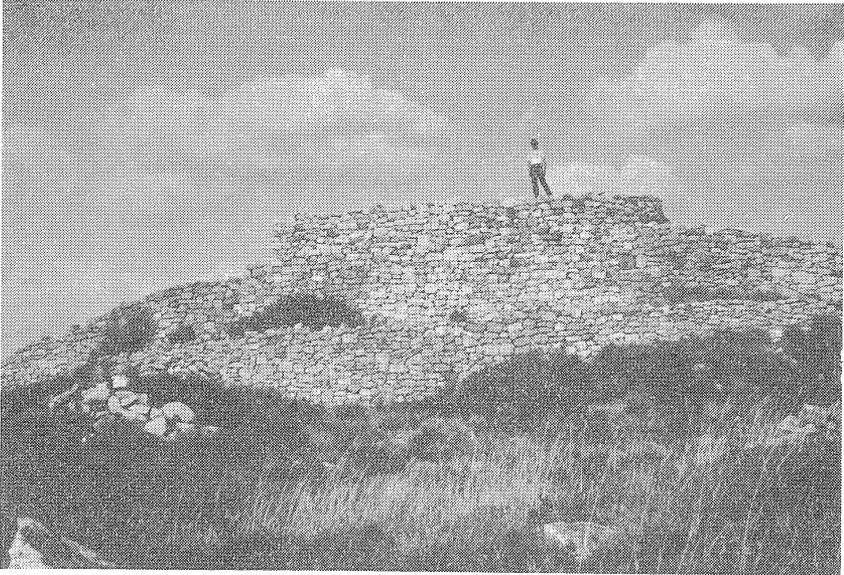


Fig. 3 — Torreão do castro, fotografado pela parte de fora. Vê-se no primeiro plano um muro de suporte, depois a muralha externa do castro, e a seguir, em nível mais alto, o torreão propriamente dito.

aguentá-los, pelo lado de fora, um contraforte formado por parede e patamar com 21 m de comprimento com 1,45 m de altura no seu ponto mais alto (Figs. 3 e 4).

Aquele troço da muralha e do torreão desmoronaram-se há cerca de dez anos, já depois de restaurados em 1970. Supõe-se que por acção de um sismo ou do peso do enchimento do torreão, tudo desabou, de alto a baixo, para o lado de fora.

O restauro efectuado nesta campanha procurou dar ao torreão uma maior solidez, tornando-o menos vulnerável aos agentes naturais e aos «vândalos» que, todos os anos, ali deixam assinalada a sua passagem.

Deste modo, depois de retiradas todas as pedras caídas, voltou a levantar-se a face externa da muralha e do torreão, segurando-se previamente e a vários níveis, com anéis de cimento armado, o seu enchimento. Só depois o pedreiro assentou as pedras faceadas do exterior.

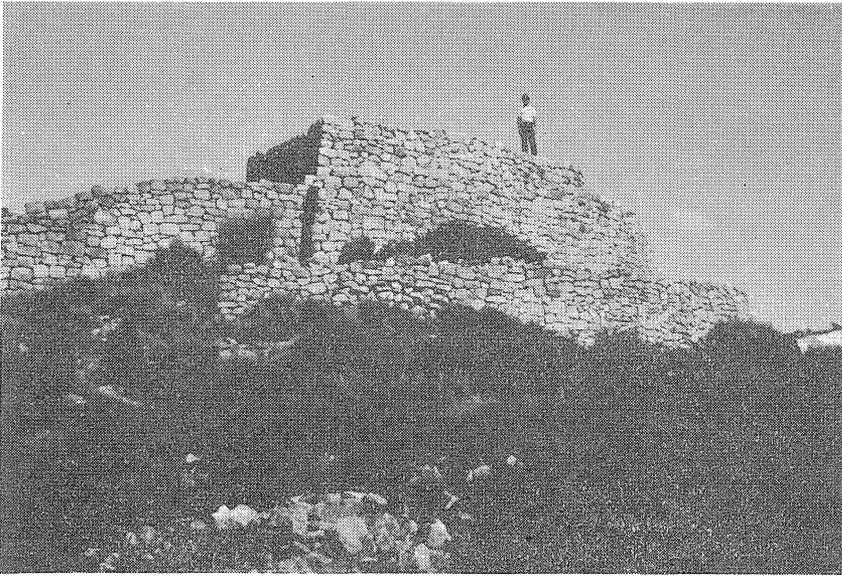


Fig. 4 — Ainda o torreão, fotografado do lado de fora, como na figura anterior, mas dum ângulo mais a norte.

Os trabalhos abrangeram uma área de 10 m de comprimento por 3,50 m de altura e desenvolveram-se com uma certa morosidade, dado que foi necessário proceder-se ao transporte, por carreiro acidentado, dos sacos de cimento, da areia, do ferro e da água.



Fig. 5—Um aspecto da porta restaurada na 2.^a muralha, no seu troço virado a nascente e fotografado pelo lado de fora da muralha.

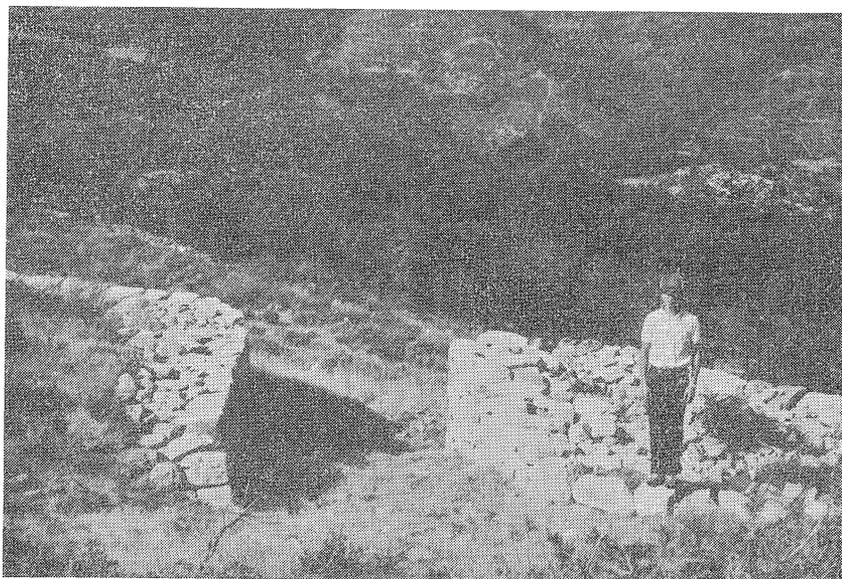


Fig. 6—Outro aspecto da porta restaurada, em fotografia tirada pelo lado de dentro da muralha.

Quando, na campanha do ano anterior, seguíamos o alinhamento dos alicerces da 2.^a muralha, no seu troço virado a nascente, verificou-se que, em determinado sítio, ela inflectia para dentro, o mesmo sucedendo cerca de 2,50 m adiante, formando uma entrada, totalmente entulhada com pedras e terras.

Ainda na campanha anterior se procedeu à limpeza e desobstrução desta entrada ou portal, ficando à vista uma sucessão de três toscos degraus, num dos quais se encontrava incorporada uma lápide funerária romana. Na campanha deste ano foi restaurado o portal que, aliás, é o único existente em todo o perímetro daquela muralha.

Deste modo, do lado da ombreira norte levantou-se parede numa extensão de 11,80 m com 1,35 m de altura no seu ponto mais alto. Do lado sul levantou-se parede numa extensão de 11,0 m de comprimento com a altura de 1,45 m no seu ponto mais alto (Figs. 5 e 6).

Atendendo à natureza do restauro efectuado, não se encontrou espólio digno de menção especial. Tudo se reduziu a alguns pequenos fragmentos de tegula e de cerâmica lisa.

Os trabalhos realizaram-se com a colaboração do Prof. Santos Júnior e mercê de subsídios que nos vieram apenas do Instituto Português do Património Cultural e da Fundação Gulbenkian.

Sabrosa, 10 de Julho de 1983.

CARLOS ERVEDOSA *

Assistente do Instituto Universitário
de Trás-os-Montes e Alto Douro e
sócio da Sociedade Portuguesa de
Antropologia e Etnologia.

* 5060 Sabrosa.

A remota ZOOLATRIA e a lápide do Castro do Monte de St.^a Luzia (Freixo de Espada-à-Cinta)

É grande o número de estátuas de vários animais, sobretudo porcos e touros mas também javalis e, pelo menos, 1 bode e 1 urso encontrados no norte de Portugal que tive ensejo de estudar ⁽¹⁾ e que, em grande parte estão no Museu de Bragança.

Alguns foram descobertos em castros trasmontanos, os outros, pelo que reza a tradição, é de supor admitir serem também provenientes de castros.

No trabalho *Mais três berrões proto-históricos de Freixo de Espada-à-Cinta*, cit. nas págs. 119-120 indico o número de berrões achados no Nordeste do nosso país que era de 58.

(1) Em 1975 publiquei nos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia, Fasc. 4.º Vol. 22, Porto, 1975, o trabalho *A cultura dos Berrões no Noroeste de Portugal*, págs. 353-515, com 31 desenhos e LIII Est., com 100 fotografuras. Neste trabalho dei a conta de 49 berrões.

Os Berrões do noroeste do nosso país, alguns têm 2 metros de comprimento e outros são pequenos apenas com 30 cm de comprimento verdadeiras estátuas votivas, que me levaram a pensar que tais estátuas, grandes e pequenas, constituíam claras manifestações dum velho culto zoolátrico, no qual certos animais foram considerados sagrados, possuindo, seguramente mágico poder tutelar.

O trabalho foi reeditado pela Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, Lisboa, 1975, com o título *Berrões protohistóricos no nordeste de Portugal*, 167 págs. com os mesmos desenhos e gravuras do trabalho anterior.

Posteriormente publiquei *Novos elementos da remota zoolatria em Trás-os-Montes*, in «Trab. de Antrop. e Etnol.», revista da Soc. Portug. de Antrop. e Etnol. Fasc. 1.º Vol. 23, Porto, 1977, págs. 5-18, com 8 desenhos e X Est. com 12 fotografuras da zona do castro do Monte de Santa Luzia (Freixo de Espada-à-Cinta. Em 1978 publiquei *Mais um berrão da zona de Castro do Monte de Santa Luzia — Freixo de Espada-à-Cinta*, in id. id., Fasc. 2.º e 3.º, Vol. 23, Porto 1978, págs. 333-340, com 7 fotografuras. Em 1981 publiquei *Mais três berrões proto-históricos de Freixo de Espada-à-Cinta*, in id. id., Fasc. 1.º, Vol. 24, Porto, 1981, págs. 101-120, com 1 desenho e 15 fotografuras.

Juntando o berrão de Baião, os dois se Sabroso, o de Paderne e o de Paredes da Beira ⁽¹⁾, o número de berrões no norte de Portugal sobe para 63.

Dado este grande número de berrões do Nordeste de Portugal e em especial de Trás-os-Montes, é lícito considerar que, na região desta nossa actual província, houve um importante núcleo de florescimento espiritual do culto zoolático.

Poderia talvez juntar-se mais um mal feito touro de granito aparecido me 1956 ao demolir uma parede dum campo na freguesia de Gemeses, concelho de Esposende, publicado no n.º 1 do «Boletim Cultural de Esposende», por Manuel Albino Penteadado Neiva & Manuel Alves Coutinho, com o título *Estátua zoomórfica de Gemeses — Esposende, um touro proto-histórico*, Esposende, 1982, 9 págs. e 9 figs.

Esta estátua de Gemeses, que não fui ver, apesar de neste sentido me ter dirigido ao primeiro dos signatários do trabalho referido, sai fora dos moldes habituais dos berrões até agora conhecidos no nosso país. Pela estranha macrocefalia, pela singular correlação somático cerebral, em que o corpo é, quando muito, duas vezes o comprimento da cabeça, a rotunda exuberância dos membros, a anómala divergência das patas posteriores e a ausência de qualquer vestígio das bolsas testiculares, são outros caracteres que conferem aquela grosseira estátua um ar amostregado que, pela falta de comprovação arqueológica, não sei se poderá ser considerada como proto-histórica ou apenas como desastrada tentativa dum pedreiro inábil.

Há muito que no meu espírito se formou e cresceu a ideia de que tais estátuas e múltiplas gravuras e pinturas rupestres de animais, deviam ter motivação espiritual, isto é, serem resul-

⁽¹⁾ Agostinho Campos Ferreira & Maria Clara Figueiredo C. Ferreira, O «Porco de Pedra» de Paredes da Beira (*Berrão Proto-Histórico*), in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Fasc. II e III, VI, XXIII, Porto, 1978, págs. 340-345 e 6 figs.

tantes de culto e veneração prestados aos referidos animais, ou seja, manifestações concretas de ZOOLATRIA.

Com a descoberta do Berrão de Picote ao deslido da aldeia raiana de Picote no *Castelo dos Mouros*, do *Poio* ou do *Castelar*, castro onde fiz escavações, os materiais ali achados constituíram irrefutável confirmação da ZOOLATRIA, como expuz nas págs. 429 a 438 do trabalho *A cultura dos berrões no Noroeste de Portugal* cit.

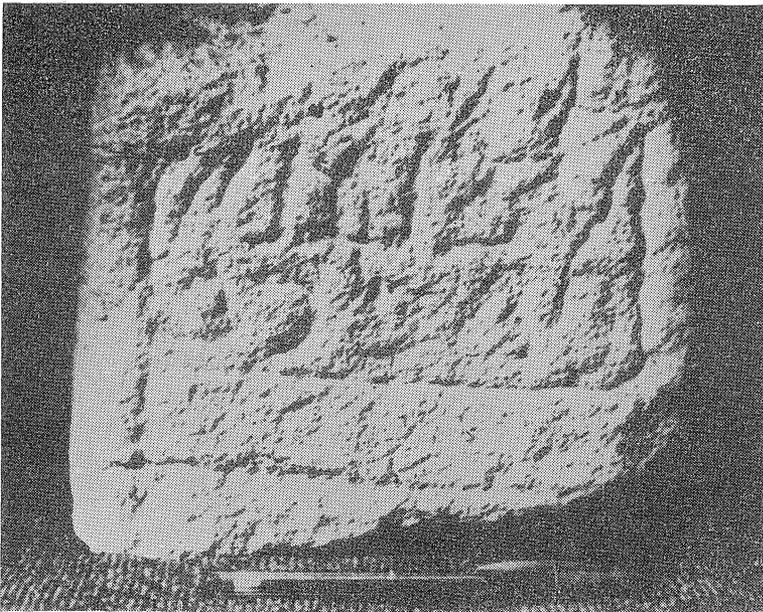


Fig. 1 — Lápide do Castro do Monte de Santa Luzia — Freixo de Espada-à-Cinta. A caneta mede 14,5 cm.

No monte do Castro de Santa Luzia (Freixo de Espada-à-Cinta) apareceram, porções maiores ou menores de 15 esculturas zoomórficas de granito atribuídas a 13 porcos e 2 touros e várias pedras, entre as quais a lápide que reproduzo na Fig. 1.

No livro BRONZE AGE AMERICA ⁽²⁾ publicado em 1982, simultaneamente nos Estados Unidos, em Boston, e no Canadá em Toronto, o seu autor Barry Fell, Prof. da Universidade de Harvard e distinto antropologista, refere-se à interpretação que fiz dos «Berrões», estátuas proto-históricas zoomórficas, considerando-as como manifestações de culto e veneração aos animais insculpidos, interpretação que pode estender-se aos animais desenhados ou pintados em muitas gravuras rupestres, umas e outras justas concretizações zoolátricas.

Da pág. 142 do livro indicado transcrevo o que segue:

« The carvings in stone in northern Portugal also include numerous examples of animals, so much so that Professor Santos Júnior, President of the Anthropological Society of Portugal (Sociedade de Antropologia e Etnologia de Portugal) has inferred that a special zoolatry (religious worship of animals) took place there. One of the examples he found was attached to a stone tablet carrying an inscription, which he sent to me. Like others from the region, where Basque place names occur, the inscription proved to be written in the ancient tongue, using the ancient syllabary (Figures 6-8). The inscription disclosed that it was a dedication to the Laminak, subterranean monsters that are still the object of superstitions dread among the Basque country people today.»

Na pág. 144 o Prof. Barry Fell publica a gravura de uma estátua (Fig. 1) de um «Bison» descoberto em Massachusetts (Fig. 2) e alude às similares esculturas descobertas em Portugal e na Espanha. De novo cita o meu parecer de que a motivação de tais estátuas reflecte um sentimento religioso de ZOOLATRIA.

Na pág. 147 publica a legenda da pedra que achei no monte do Castro de St.^a Luzia (Freixo de Espada-à-Cinta) que publi-

(2) Barry Fell, *Bronze Age America*, Edit. Little Brown and Company Boston — Toronto, 1982, 304 págs e dezenas de boas fotografuras e muitos desenhos.

quei na Fig. 64, Est. XVIII do meu trabalho *Berrões proto-históricos no nordeste de Portugal* cit. e que reproduzo na Fig. 1.

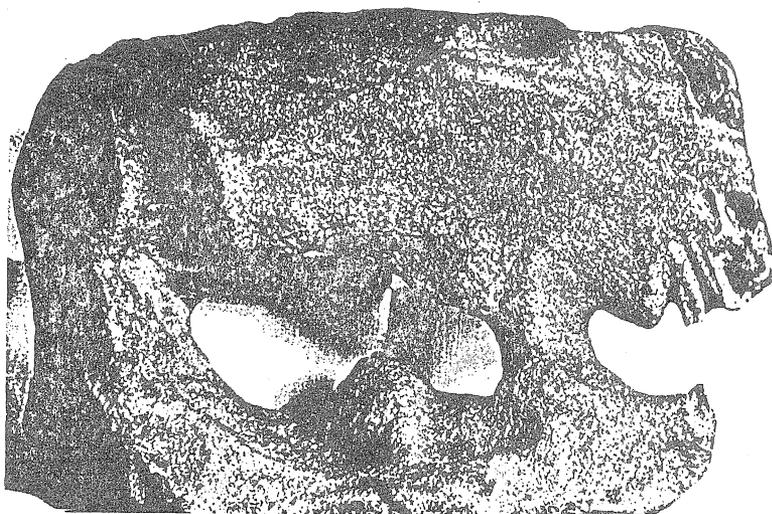


Figure 6-5. Bison sculpture discovered in the valley of the Merrimack River, near Lawrence, Massachusetts. The style, and the occurrence in a region where megalithic chambers and dolmens occur, suggests comparison with corresponding crude statues of bulls found in Spain and Portugal and especially in regions where Basque inscriptions, written in ancient syllabic script, occur. Professor Santos Junior has suggested that these statues imply a former religious veneration for certain animals (zoolatry). *Photo Malcolm B. Pearson*

Fig. 2—Escultura de um bisão descoberta em Massachusetts que corresponde às estátuas dos touros de pedra encontrados em Portugal e na Espanha.

Interpreta-a como escrita na antiga língua basca e como dedicada aos monstros subterrâneos e antropófagos Laminak, «that is still the object of superstition dread among the Basque country people today» (Fig. 3).

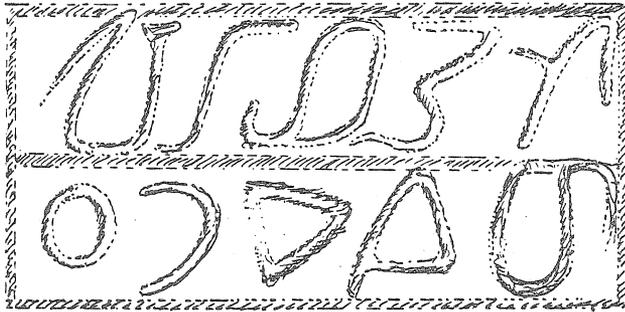
A legenda gravada no granito em duas linhas interpreta-a assim:

1.^a linha — «To the Laminak (ogres);

2.^a linha — «make prayers offerings.

que se pode traduzir: aos Laminak (papões, no sentido de «maneaters», ou seja antropófagos), reza e concede oferendas.

Nas Figs. 6-8, pág. 147, da legenda em «ancien Basque syllabary», volta a referir-se ao meu parecer «as implying the worship of beasts in ancient Iberia, specially at Trás-os-Montes. Perhaps the Laminak are in some way connected with this religion».



(1) La — mi — no — ya — ri

(2) o — to e — gi — ni .

Translation

(1) To the Laminak (ogres)

(2) make prayer offerings.

Figure 6-8. This previously undeciphered stele was reported by Professor Santos Junior, president of the Sociedade de Antropologia e Etnologia. It was associated with numerous stone images of animals, found in the district of Berroes in north-east Portugal, adjacent to a dolmen-bearing zone where early Basque inscriptions were disclosed by my decipherments. This stele also is Basque, written in the Euskera syllabary. The Laminak (plural of Lamina) are usually stated by present-day Basques to be "mountain dwarfs," still feared in country districts of the Basque lands. But the great Basque scholar and lexicographer Resurrección María de Azukue cites the word as having the sense of *pythoness* or priestess where it is used in the Basque Bible, and other ancient sources speak of them as female monsters that inhabited the Basque lands prior to the coming of Christianity. Professor Santos Junior regards his finds as implying the worship of beasts in ancient Iberia (Santos Junior, 1977), especially at Trás-os-Montes. Perhaps the Laminak are in some way connected with this religion.

Fig. 3 — Reprodução da Fig. 6-8 publicada na pág. 147 do livro *Bronze Age America*, do Prof. Barry Fell.

Pode parecer chocante a interpretação e leitura feita por Barry Fell da lápide que encontrei no castro de Santa Luzia, Freixo de Espada-à-Cinta, e reproduzo na Fig. 1.

No entanto, quem ler os primeiros capítulos do livro *Bronze Age America* fica ciente de que tal interpretação é baseada no meticoloso estudo analítico de esquemáticos e remotos sistemas de grafia, num labor altamente meritório.

Inscrições consideradas indecifráveis foram enviadas ao Prof. Barry Fell, por espanhóis e bascos, as quais «nothing was known in Spain and Portugal as to the language of the writing», pág. 146. A solução e leitura das mesmas por Barry Fell, provou que as tribos Cree e Ojibway e outras tribos ameríndias «have preserved this same syllabary to-day, and still used it in their letters, their newspapers and other contexts». Tal sistema de escrita é anterior às mais antigas inscrições romanas de Portugal e da Espanha, e os bascos continuaram a usá-las até aos princípios da Idade Média.

Diz ainda Barry Fell, na mesma pág. 146, que submeteu as suas interpretações e leituras à apreciação do estimologista e epigrafista basco. Dr. Imanol Agire, que confirmou a sua interpretação e deu uma tradução do mesmo texto no basco moderno.

É sem dúvida, notável o resultado dos trabalhos do Prof. Barry Fell e seus colaboradores, na interpretação e leitura das lápides consideradas anteriores às primeiras inscrições romanas na Espanha e em Portugal, pelo que os seus autores merecem louvores.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências — Universidade do Porto
Setembro de 1983

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR *

Bolseiro do Inst. Nac. de Investigação Científica
Presidente da Soc. Portug. de Antrop. e Etnol

* Quinta da Caverneira — Águas Santas — 4445 Ermesinde.

The «berrões», protohistoric stone statues of the boars,
worshipped as idols, object of zoolatry (1)

Os «berrões», estátuas de pedra proto-históricas de porcos,
venerados como ídolos, pura manifestação de zoolatria.

«Berrão» is the popular Portuguese word for the male pig, otherwise called a boar in English, and is the name that archaeologists have taken for the protohistoric stone statues of the boars after generalized to other animals the most of them bulls.

About half of the fifty eight of these statues, found in northern Portugal, are known to have been found or brought from «castros».

The «castreja» proto-historic culture in northern Portugal as we shall see, had the boar as an idol, which was worshipped and paid homage to.

Mankind maintains the capacity of living from the fundamental elements of life, which essentially are «air», «water» and «food». These, basically are plants and animals.

Water was considered by the ancients as a divine gift.

(1) Fui convidado, em Dezembro de 1981, a participar no XI Congresso Internacional das Ciências Antropológicas e Etnológicas a realizar no Canadá, em Québec e Vancouver, de 12 a 25 de Agosto de 1983, e a propor tema para um Simpósio que seria por mim organizado com a participação de colegas internacionais.

Dei parte deste honroso convite a várias entidades nacionais salientando os avultados gastos da viagem e da estadia de 15 dias no Canadá, Nenhuma das 5 entidades oficiais a quem me dirigi pôde conceder subsídios. A Fundação Gulbenkian dispôs-se a conceder-me 100.000\$00 e a Comissão organizadora do Congresso conceder-me-ia à minha chegada ao Canadá 1.000 dólares canadianos.

No decorrer do ano de 1982 procurei organizar o Simpósio sobre *Zoolatria pré e proto-histórica*, tema que propuz e foi aceite.

Infelizmente um forte e arrastado ataque de reumatismo não me permitiu participar no Congresso

Preparei a minha comunicação que não pude ir lá expor e defender, mas enviei, e que agora se publica. (S. J. Setembro de 1983).

All over the world exist water springs, fountain, wells (eg Jacob's Well) and even rivers (eg the Ganges River) to which waters were attached rare and exceptional virtues, and, so, were worshipped as in some cases are even still objects of cult and veneration.

In Portugal, as in other regions of the world there are places with names of Holy Waters.

There are also many plants, and above all trees, some of which are till considered by the people of various regions of Portugal as sacred trees.

Meat has been part of the human diet for a long time. Logically, animals were considered to be of enormous usefulness that Nature put at the disposition of mankind.

Hunting and fishing were, in certain periods of human evolution, fundamental activities to ensure a food supply.

Many paintings, engravings and sculptures of animals have been found in pre-history and proto-history periods.

During the Neolithic period, man, escaping from the casualty of hunting, fishing and simple picking of wild vegetables and fruit, start to sow harvest and breed animals. He then became a farmer and shepherd.

In the evolutionary animal breeding, the pig is the most important animal because of the quality of its meat and its facility for breeding in captivity, either in pig-sties or in fields by pasturing.

THE PICOTE BOAR

In April 1952, in «Castro do Poio», in the parish of Picote, and borough of Miranda do Douro, Province of Trás-o-Montes, northeast Portugal, a boar made of granite was discovered in the middle of a circular place with stone walls, followed by a corridor of 9 metres in length by one metre and a half in wide. The granite boar had no head which apparently had been broken by hammering; it has one metre and fourty four centimetres long, maximum width at the back of fifty four centimetres and seventy five centimetres in height.

Together with the base it reaches a little over one metre in height. It is a male pig for breeding, a boar, in other words a «berrão», as can be seen by its testicles well sculptured. It was standing, well upright, with the head pointing towards the corridor, and fixed on a ballast or bag of stones, well balanced on the sides by big and small stones.

The back legs have folds to which people give the name of «ronchos», and which are a particularity of the domestic pig, when fat.

SPOIL

In the excavation effected a few stones were found at the base of the wall in the circular place, which was almost destroyed when removing the «berrão».

Also found was about half of a circular millstone of granites, a hand millstone, also of granite, with a well-polished surface worn out by milling, a beam millstone, and some smaller granitic stones, also with polished and smooth surfaces, rolling millstones of the hand mill.

During the earth-sifting process some teeth and many bones, very fragmented were found. The bones were studied by Dr. Ivo Soares, Professor of Anatomy of the Higher School of Veterinary Medicine in Lisbon, who classified them as belonging to oxen, goat, sheep and rabbit.

The small bone pieces gave the idea that they had been used in food preparation.

In the classification of the one hundred and four of those bones, I repeat, considered as food remains, fifty one were considered as belonging to ox, forty four of sheep or goat, six of pig and three of rabbit. Some bones were so thin and friable that could not be classified—but were considered bird-bones.

It was in the corridor that the largest quantity of bones were found. Also found were coal, and lots of ceramic fragments, a few hand-made pieces of pottery and others of earthenware. Of the latter were found some-pot-bellied high

vases suitable for liquids, and others of the lower and flat type, like flat-plates, suitable for solid substances like meat, fruits of food.

In the circular place at one metre and a half deep and above fifty centimetres of the bottom, a small bronze coin in bad state of conservation was found, which, however, it was possible to attribute probably to Constâncio II, made in the Mint of Constantinopla by the monetary workshop 188 of Cohen, coined in the fourth century. Also found were a sewing needle made of bronze six centimetres long, without point, bent at two centimetres of the eye of the needle, a crushed fibule, tweezers and some small unidentifiable bits of bronze.

Two pieces of iridized glass were also found; one is a piece of a neck of a vase, the other is unidentifiable.

On the light of the above we may conclude that the «Berrão» of Picote, found in the middle of the circular place followed by a corridor of nine metres in length, was an idol, a false god, and object of devotion.

The many bits of ox bones, of small ruminants, sheep or goat, and also perhaps of birds, found mainly in the corridor, suggest that even oblations in food cooked with meat from the a false god, and object of devotion.

Also found in the corridor were broken pieces of post-bellied high vases made of ceramic, used for liquids, and pieces of flat plates that were used to put meat, fruit or other food.

We can therefore assume that the veneration to that idol was mainly done with ritual ceremonies, among them the offering of oblations.

The «Berrão» of Picote, the only one found in Portugal *in situ*, is an archaeological document of great interest, which explains to a certain degree something of the zoolatry of the «berrões».

It is possible that other animals were worshipped in multiple manifestation of zoolatry either in pre-history or in protohistory.

Another «berrão», or boar, was seen in the province of Galicia northwest of Spain, somewhere in the district of Corunha, by a Franciscan Friar Antonio Montero O. F. M. Monastery of Saint Francisco, Pontevedra, Galicia, Spain.

This Friar who was present at a conference presented by me in June 1977 at the Museum of Pontevedra, about «The Culture of the «Berrões»» in the northwest of the Iberian Paeninsula, north Portugal and Galicia, told me that he had seen a «berrão» about twenty years ago, at a parish of the district of Corunha, where he was in apostolic mission. In 1978 he wrote me a letter of which I report above this opinions.

Based on observations made by the keen-sighted friar, Antonio Montero twenty years ago, we can conclude that.

- a) the big stone statue of the boar of Galicia was found in the middle of a semicircular place surrounded by walls of one metre high;
- b) at the centre of the circular place there was a heap of stones making a base or pillar to support the statue of the boar;
- c) the statue and the walls were burnt by fire of pyre;
- d) the statue of the boar had the male sexual organs exaggeratedly sculptured.

The Friar, Antonio Montero, wrote that he had no doubts that the boar was over the pillar or «podium», and that he thinks it was meant to be an altar where the boar was worshipped as a god.

This information given by the Friar Antonio Montero confirms, as it were, the discovery of the «berrão» of Picote.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências — Universidade do Porto
24 de Junho 1983.

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR *
Prof. Emeritus of Antropology and Sociology
of Fac. of Sciences-University of Porto

* Quinta da Caverneira — Águas Santas — 4445 Ermesinde

A Derruida ou vila velha de Santa Cruz da Vilarica

A Derruida, ruínas da remota vila da Alta Idade Média, que em antigos documentos vem designada Vila Velha de Santa Cruz da Vilarica, fica no topo dum monte da margem direita do rio Sabor, que lhe corre no sopé pelo lado nascente, e a uns 500 m da Ribeira da Vilarica que lhe corre pelo poente, a meio da vasta chã que se estende, para o norte, ocidente e sul.

Aquele monte pertence à Quinta da Portela, na ponta sul da freguesia da Cardenha do concelho de Moncorvo.

A Fig. 1, planta da Vila Velha de Santa Cruz, feita pelo GAT — Gabinete de Apoio Técnico ao agrupamento de concelhos do Douro Superior — Moncorvo (1), mostra o reduto muralhado de forma subtriangular ainda patente em todo o seu alinhamento com quatro pequenos pedaços da muralha derruida, um dos quais no topo noroeste, onde deve ser a porta da muralha.

São muitos e alguns relativamente grandes, os restos de paredes de construções de vários tipos, distribuídas um pouco por toda a área que a muralha abrange.

São muitas as referências que têm sido feitas à Vila Velha de Santa Cruz da Vilarica, muitas vezes citada em forais e outros velhos documentos.

Na Enciclopédia Luso-Brasileira, vol. 32, pág. 217 lê-se pormenorizadas referências à Vila de Santa Cruz.

Numa carta dirigida pelo concelho da Torre de Moncorvo ao rei D. Afonso V, pág. 217, pedindo a cedência ao concelho de terrenos da coroa, entre eles uma elevação, quase rodeada das águas da Ribeira da Vilarica e do Sabor, onde se ergueu a

(1) Ao Sr. Eng. Carlos Salgado que dirige os serviços da delegação do GAT em Moncorvo são devidos justos e bem merecidos encómios pelo manifesto e inteligente interesse manifestado pelo levantamento topográfico da Vila de Santa Cruz.

extinta Vila de Santa Cruz, lê-se o seguinte: «em outeiro alto, que está acerca dela (ribeira de Vilarica) fora povoação em outro tempo, e porque era doentio se mudaram ir viver aa dita villa de Torre, e ficara o cerco derrivado e destruido de todo, e que a lugares se mostrava e a lugares nom».

O Prof. Leite de Vasconcelos que visitou aquelas ruínas da Vila da Santa Cruz escreveu: «Este outeiro é, no meu entender, um castro, visitado por mim há muitos anos (escrevia em 1936) e onde encontramos um tosco e deteriorado quadrupedezinho de granito... A retirada dos moradores não passa pois de lenda... e, como ela, contam-se muitas outras».

A lenda a que o Mestre Leite de Vasconcelos provavelmente se queria referir era à lenda de multidão de formigas que obrigaram os moradores a refugiarem-se em Moncorvo.

A Vila de Santa Cruz da Vilarica foi importante povoação muralhada na Alta Idade Média. Pode bem ser que tenha sido assente sobre um preexistente castro lusitano romano, alcançado naquele cabeço sobranceiro ao rio Sabor que lhe corre pelo sopé do lado do nascente e a umas centenas de metros da Ribeira da Vilarica que lhe corre pelo poente.

É possível que também tenha sido este mesmo parecer o do Mestre Leite de Vasconcelos, porquanto aquele cabeço oferece boas condições para satisfazer os requisitos necessários à implantação de um castro.

Afigura-se-me poder apresentar como provável que também a Vila de Moncorvo tenha crescido sobre um velho castro. A topografia do terreno em que assenta mostra típicas condições de instalação de um castro. É um cabeço que tem como eixo norte-sul a velha rua da Misericórdia, pelos lados nascente, norte e poente encostas mais ou menos empinadas, e, no lado sul, em cujo topo se erguia o castelo, é onde o terreno é ligeiramente ascendente, base da encosta da Serra do Roboredo.

A actual Praça da Vila de Moncorvo deve, muito provavelmente, corresponder a um fosso que ali tenha existido como reforço do reduto muralhado, porquanto seria por aquele lado que se nos afigura seria mais eficiente um ataque ao castro.

Para não alongar este trabalho limitar-me-ei quanto ao aspecto histórico das relações sociais entre a Vila Velha de Santa Cruz da Vilarica e a Torre de Moncorvo e seguir a pegada do Abade de Baçal no artigo *Moncorvo — subsídios para a sua história ou notas extraídas de documentos inéditos respeitantes a esta importante vila trasmontana*, in «Ilustração Trasmontana», 1.º ano, Porto, 1908, págs. 156-160.

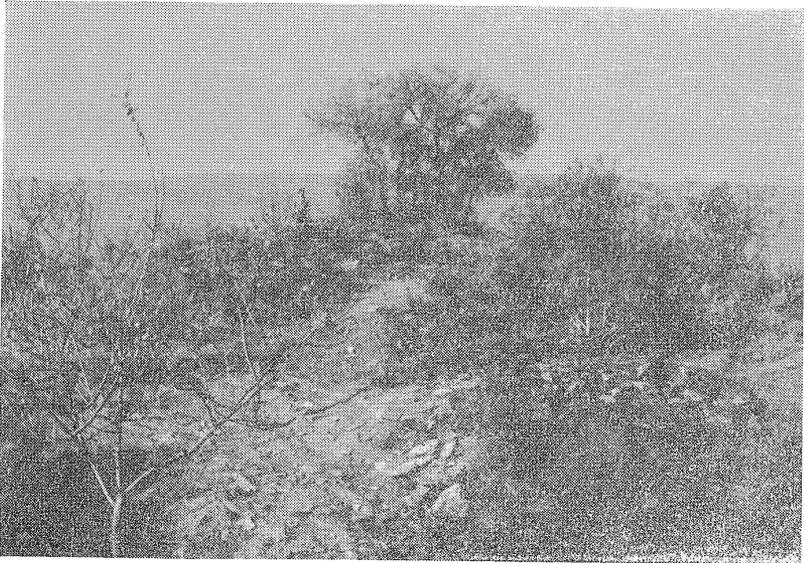


Fig. 1 — Cume do reduto muralhado visto do lado poente.

O P.º Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, no artigo que vamos seguir, diz logo de entrada: Gaspar Alvarez de Lousada, baseado num foral que teria sido confirmado pelo rei D. Afonso Henriques em 1128, e que outros dizem ter sido em 1140, conta que Moncorvo, atacado e destruído pelos árabes e pelos leoneses, despovoou-se e os seus habitantes foram viver para a Vila de Santa Cruz da Vilarica, que D. Sancho II fez vila dando-lhe foral «aos 8 dos idus de Junho da era de 1263 (6 de Junho de 1265)».

A vila de Santa Cruz da Vilarica sofreu idêntico infortúnio devido a multidão de formigas que devoravam tudo. Foi abandonada e a sua gente refugiou-se em Moncorvo.

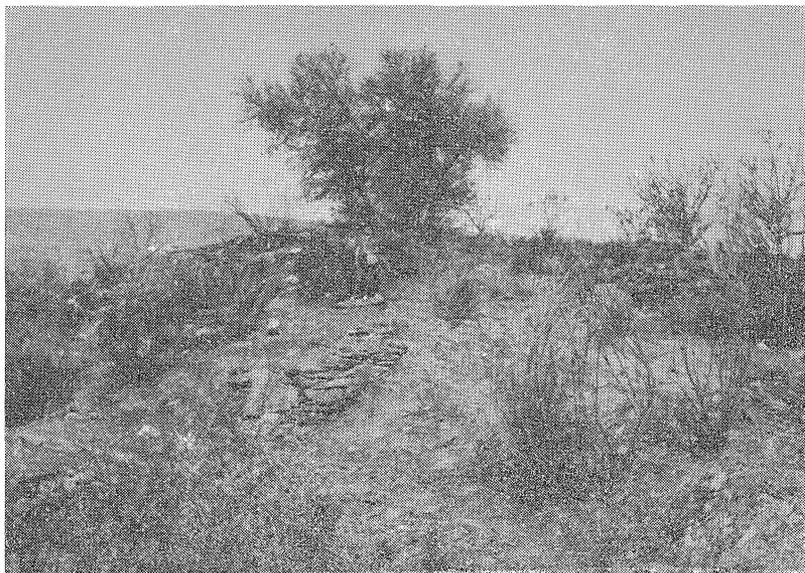


Fig. 2 — Cume do reduto muraihado visto do lado poente. O homem que se vê na fotografia marca o sítio da sepultura aberta na rocha.

A lenda das formigas é contada quanto a outros locais com ruínas castrejas.

Na pág. 157, do artigo que vamos seguindo, o Abade de Baçal diz: como nunca alguém viu o foral a que se refere Louxada, e como este não gozava de probidade histórica, por isso «não merece créditos, regeitamos *in limine*, as notícias que os autores apresentam dimanadas de tal procedência».

Seja como for o certo é que a Vila de Santa Cruz da Vilarica e Moncorvo coexistiram, como se infere das *Inquirições* de D. Afonso III, feitas em 1258, as quais o Abade de Baçal transcreve na pág. 157, e eu lhe sigo as pisadas transcrevendo-as

Dizem elas:

«Dommes Salvator de Turre de Menendo Corvo intratus et interrogatus dixit quod scit quod in ipsa villa de Turre de Menendo Corvo stat una Ecclesia et est sufraganea de Ecclesia de Sancta Cruce et scit quod ispa Ecclesia de Turre de Menendo Corvo tenent hereditatem forariam de ipsa villa quam sibi

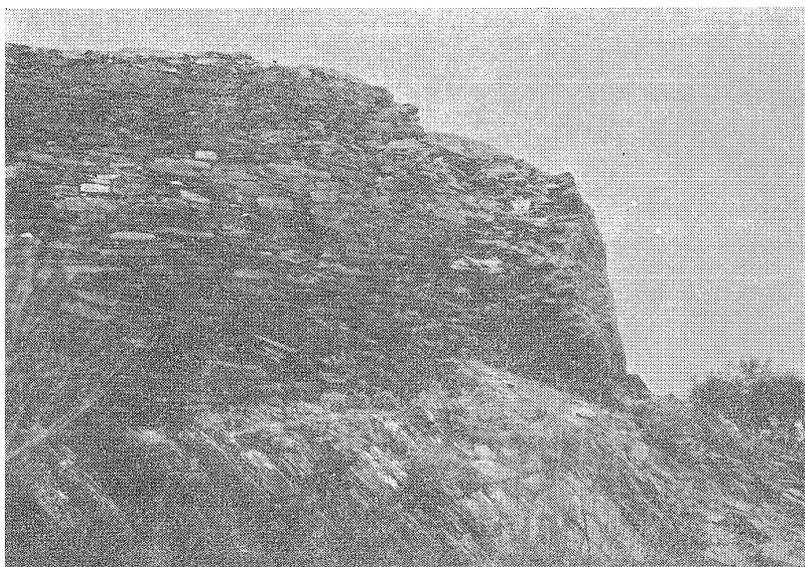


Fig. 3 — Muralha de 3 m de altura assente na rocha viva de xisto.

mandaverunt homines de ipsa villa pro suis animis in tempore Regis domny Sancii fratris istius et de suis antecessoribus et non facit inde forum sed faciunt inde forum illi qui remanerunt in erancia de illis qui mandaverunt hereditatem predicte Ecclesia. Gonçalvus menendi de Turre de Menendo Corvo intratus et interrogatus dixit quod scit quod homines de Sancta Cruce dederunt domno Poncio Alfonsy hereditates et domos in ipsa villa de Sancta Cruce quando populaverunt eam et ipse

domnus Poncius Alfonsy fecit ibi unum molinum et modo filii ipsius domny poncy Alfonsi tenent ipsum molinum et ipsas domos et hereditates et non faciunt inde forum domino Regi.



Fig. 4 — Porção da muralha do lado poente alinhamento do sul para norte.

Em nota de fim do artigo, o Abade de Baçal diz que, pela ocorrência do tempo, este Pôncio Afonso deve ser o «tenens» de Bragança.

Continuo a transcrever a Ilust. Trasmontana pág. 157.

«Pelo mesmo teor depõem mais duas testemunhas, também naturais de Moncorvo.

«De onde se mostra que já Moncorvo existia não só no tempo de D. Sancho II — regis domny Sancii fratris istius, mas no dos seus antecessores — et de suis antecessoribus».

Segundo tudo leva a crer, a Vila de Santa Cruz foi abandonada não pelo lendário ataque de formigas mas em conse-

quência do endemismo palúdico da Vilarça, que ainda há poucas dezenas de anos era manifesto.

Em 1924 ou 1925 fomos caçar para a Derruida. Dei uma volta pelo reduto muralhado que logo me impressionou; no entanto a volta fi-la como caçador e não como arqueólogo.



Fig. 5— O que resta duma parede com 1,10 m de grossura. Tem 20 m de comprimento com altura de 2,70 m convexidade da 1.^a porção e 3 m de altura na parte terminal atorreada.

Nos últimos 20 anos fui algumas vezes à Derruida que percorri atentamente.

A alguns Presidentes das Câmaras Municipais de Moncorvo sugeri a necessidade de estudar, defender e valorizar aquela Vila Velha de Santa Cruz da Vilarça. É grande o seu interesse histórico por se tratar de remota vila da Alta Idade Média, que tem sido considerada como antecessora da Vila de Moncorvo, tendo a sua gente, acossada pelas febres palustres abando-

nado a Vilarça, por altura do fim do séc. XII, e transferido para a Torre de Moncorvo, no sopé da encosta setentrional da Serra do Roboredo.



Fig. 6 — Base da torre em parte desfeita numa das faces.

Foi a actual administração da Câmara de Moncorvo, da presidência do moncorvense Eng.º Rui Marransa que deu andamento à minha sugestão, solicitando ao GAT o levantamento topográfico daquela remota vila muralhada, pelo que lhe são devidos louvores.

Especialmente nos últimos 10 anos várias vezes fui à Deruida.

Tirei fotografias que juntei a um sucinto relatório que mandei à Câmara de Moncorvo e ao Instituto Português do Património Cultural, do Ministério da Cultura.

A Câmara solicitou ao GAT para fazer o levantamento topográfico do reduto muralhado, que se reproduz na Fig. 1.

Espera-se que o Património Cultural tome a iniciativa de promover trabalhos de escavações para o restauro e conservação daquele monumento arqueológico de grande interesse histórico e que poderá também vir a ter não menos interesse turístico.



Fig. 7 — Lado sul da torre da fig. anterior.

Em conversa com Emilio Manuel Patarra, feitor da Quinta da Portela, de que a Derruída faz parte, soube que ele ali trabalha há 26 anos e que acompanhou a plantação de amendoeiras no reduto muralhado, feita há 17 para 18 anos.

Informou que foram muitas as sepulturas encontradas ao abrir as covas para plantar as amendoeiras.

As sepulturas, disse, eram feitas de duas pedras aos lados com tampa também de pedra.

Viram-se nelas ossos humanos alguns dos quais ao tocarem-lhe esfarelavam, mas outros inteiros. Em algumas sepul-

turas ainda havia cabelo nas caveiras, todas mais ou menos esmagadas.

Juntaram um montão de ossos que depois todos foram enterrados numa cova.



Fig. 8—Sepultura escavada na rocha xistosa. A bengala mede 82 cm.

Também apareceram algumas moedas de cobre, pequeninas com bordos delgados e denticulados.

Informou que no fundo das sepulturas apareceram alguns púcaros de barro, e *mais coisas*; não conseguiu que as especificasse.

Importa que o departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural promova e oriente, as escavações e os restauros daquilo que entenda ser possível fazer-se.

Convenientemente orientados alguns alunos das escolas de Moncorvo, especialmente dos últimos anos do seu liceu, prestariam certamente bons serviços se forem chamados a participar nos trabalhos a realizar no estudo e valorização das velhas ruínas da Derruída ou Vila Velha de Santa Cruz da Vilaríça.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências — Universidade do Porto
Agosto de 1983.

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR *

Prof. Jub. de Antrop. e Sociologia da F. C. U. P.
Bolsheiro do Inst. Nac. de Investigação Científica
Presidente da Soc. Portug. de Antropologia

* Quinta da Caverneira — Águas Santas — 4445 Ermesinde.

O Jogo da Bola em Quintã

Freguesia do Concelho de Vila Real — Trás-os-Montes

Nas aldeias de entre Marão e Albão, na década de trinta, altura da minha meninice, o *jogo da bola* constituía o polo de atracção dos homens, tanto casados como solteiros. Era sobretudo pelas tardes domingueiras que se jogava em tom solene, com os melhores desportistas da aldeia e até os mais afamados das povoações circunvizinhas. Também se jogava pelas horas de sesta, mesmo em dias de estio; e ainda em quaisquer momentos de vagar, quando a azáfama das lides do campo abria clareira ao descanso.

Outros desportos havia, todos eles com o normal interesse, mas o *jogo da bola* era, nessa altura, o desporto-rei.

Os taberneiros puxavam a brasa para a sua sardinha, procurando fazer o jogadoiro nas proximidades da taberna, com o intuito da venda das garrafas ou das canecas de vinho ou das rodadas de copos, como era usual.

O *jogo da bola*, hoje, creio que está totalmente em desuso, apesar de ter sido popularíssimo e empolgante. Apaixonava os intervenientes e a própria assistência, sempre numerosa. Era aparatoso, violento, reclamando habilidade e arte e também um pouquinho de boa sorte. Em plena segunda grande guerra ainda se praticava. Por essa altura já eu tinha pulso de modo a tomar parte activa neste desporto. Variadíssimas vezes me entretive em minha terra natal, pelas horas de sesta, no jogadoiro da Costarela. O local, optimamente escolhido por meus companheiros de infância, ficava a dois passos de casa e sob a frondosa ramagem dos castanheiros seculares, pertencentes à vizinha senhora Benedita de Baixo.

*

* *

O jogadoiro é um sulco escavado no chão, uma espécie de valeta côncava que poderá ter aproximadamente 70 cm de largura, com a profundidade mínima de 25 cm e a extensão de mais ou menos 20 a 30 m.

A depressão costuma ser levemente a subir do ponto de lançamento da bola para o topo. Neste coloca-se uma grande lage a servir de anteparo à bola ou então uma tábua, quando não exista qualquer suporte natural, v. c., uma barreira de terra.

*

* *

Vi no jogadoiro da contígua povoação de Pousada, à porta da taberna do Afonso Dias, uma tábua nessa função. A bola,

ao bater nela, provocava o som de um tiro de espingarda denunciado a longa distância, ouvindo-se em Quintã como ao pé.

*
* *
*

A poucos centímetros do anteparo, bem ao centro do jogadoiro, coloca-se o pino vinte. À distância aproximada de uns 60 cm, para o interior do teatro do jogo, colocam-se, em três

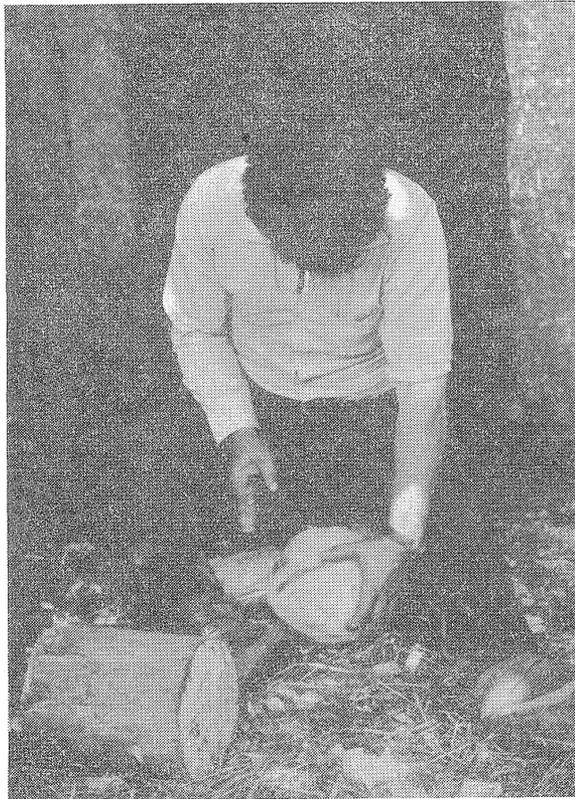


Fig. 1 — Fazendo a bola de um troço de pinheiro.

carreiras paralelas, os outros nove pinos. Ocupam estes nove pinos uma área de cerca de 30 cm ao longo do jogadoiro, por 30 ou 35 cm.

Os pinos, é costume serem feitos de troços de pinho ao natural, às vezes com a própria casca, serrados pelos nós que lhes dão uma base mais ampla, para melhor se colocarem de pé. Têm à volta de 30 cm de comprimento, 5 ou 6 de diâmetro, sendo «aguçados» como um lápis na ponta mais delgada. Tomam assim o aspecto de lápis agigantados.

«O pino vinte» é mais corpulento. Costuma, em altura, ter mais uns 10 cm que os outros nove, sendo na base, o diâmetro de 7 ou 8 cm, sempre mais largo do que eles. A sua ponta é sempre talhada em flâmula.

*
* *

Mais raramente, vi alguns pinos feitos de bidoeiro e também de carvalho.

*
* *

À frente dos nove pinos, coisa de mais ou menos 15 cm, faz-se a risca bem sinalizada no terreno, pois é coisa essencial para a contagem dos tentos ou pontos. Esta risca abrange toda a largura do jogadoiro. É bem visível e aprofundada, tendo por vezes dois pequenos marcos, um de cada lado, a assinalar a linha de contagem ou de demarcação para a valorização dos pinos.

*
* *

A bola será do tamanho da cabeça de um homem. Costuma ser feita de madeira de pinho, escolhendo-se um troço com a secção dos nós, para resistir mais tempo aos embates contra o

anteparo e não se desfazer em poucas semanas. Feita com a madeira verde, fica bastante pesada para o efeito; mas por isso mesmo, em secando lentamente na acção continuada do jogo, como que se adapta àqueles estremeções violentos. A própria seiva é obrigada a acudir à superfície e a torná-la macia e capaz de uma certa reacção contra os choques. Desta feita consegue a duração de alguns anos.

É que se a bola for feita da mesma madeira, mas já seca, há o risco de se esboroar logo aos primeiros choques contra a pedra da cabeceira do jogadoiro.

Também se usam bolas de carvalho ou freixo, embora muito raramente.

O peso desta esfera rondará pelos 4 quilos.

*

* *

O LANÇAR DA BOLA

Não se abarcando com uma só mão, o seu lançamento é fruto de equilíbrio um tanto ou quanto engenhoso e artístico, obrigando a tomá-la com ambas as mãos. Sendo feita por qualquer carpinteiro artesanal, este esmera-se para que ela seja o mais redonda possível. No entanto, há sempre uma depressãozinha aqui ou acolá. E essa, toda a gente a procura para colocação do dedo médio, pois redonda numa grande ajuda tanto para o equilíbrio como para maior rendimento em velocidade.

Cada jogador tem o seu próprio estilo, e o público olha muito às extravagâncias deste ou daquele, tornando-se notórios os olhos faiscantes de uns, os gestos nervosos de outros, o saltitar miudinho, após o despedir da bola, etc., etc.

Eleva-se geralmente a bola com ambas as mãos acima do ombro esquerdo, para a acompanhar ainda com elas ambas em parte da descida, na tomada do balanço elíptico, recuando depois

só na mão direita da cintura para trás, pela direita do joelho direito. O lançamento faz-se com violento impulso, ora mais longo, ora mais curto, segundo os cálculos de cada um.



Fig. 2 — Jogadoiro improvisado na Eira dos Costas contra o canastro do milho, com cerca de 20 m de comprimento. Os pinos: um lanço de bola.

Costuma ter-se em consideração o maior ou menor peso da bola e as condições mais ou menos favoráveis do piso nos sítios onde a bola principia a rolar. Pode haver sítios mais delectosos a favorecer o deslize da bola, ou afloramentos da rocha como transtorno ao seu rolar.

É muito frequente surgirem jogadas em que a bola se desvia do leito do jogadoiro, indo estabelecer o pânico entre a

assistência, por normalíssimo costume em grupos numerosos, a um e outro lado do jogadoiro, à beira dos pinos, a tomar parte na contagem e a sentir como se fora com todos e cada um a teima pela vitória.

*

* *

A fama dos jogadores, quando habilidosos e possantes, leva às vezes o público a tomar partido, favorecendo geralmente os mais débeis e os de jogadas certeirinhas, embora menos aparatosas. Todavia as exclamações nascem espontaneamente como prêmio para as boas jogadas, tanto dos valentões como dos menos dotados de força.

No meio de tanto ingénio, será pela mão da sorte que advirá o factor mais decisivo.

Nem o jogo seria jogo sem perigos nem incertezas. As surpresas que desenrola propiciam as maiores sensações. E estas serão talvez a sua vida e razão de ser.

COMO SE JOGA

Antes de mais importa saber que, num lançamento de bola, esta vale dez tentos ou pontos, se tombar ao menos um pino; e não vale tento algum, se não tombar nenhum pino.

Cada pino que se tombe vale dois tentos se ficar antes da risca ou sobre ela, se for projectado para além da risca, vale dez. Na dúvida, faz-se com um pino o avivar da risca. Se o pino tombado acusar o toque do outro com que se tira a prova, esse pino «não está livre» (da risca) e por isso apenas vale dois tentos.

O vinte, como o seu nome indica, vale vinte pontos todas as vezes que seja derrubado ou pela bola ou pelos outros pinos ou por areias projectadas.

UMA PARTIDA

Comummente jogam quatro pessoas, podendo também, o que é mais raro, jogar só duas.

Combinam ou desafiam-se dois parceiros contra outros dois. Também se pode resolver a escolha de parceiros mediante um lançamento. O que maior número de pontos fizer, escolhe o parceiro. Ao escolher, vai a preferência ou para o maior amigo ou para o melhor jogador.

Os quatro jogadores «levantam» os pinos. «Levantá-los» ou «erguê-los», é operação que interessa aos parceiros a quem pertence o lançamento, pois há conveniência, segundo as previsões e os gostos, em colocá-los ou mais para o centro ou mais para as bordas, uns 4 cm para cada lado, o que pode ser muito importante.

Quem vai começar, tem mais vantagem em relação aos parceiros contrários.

Suponhamos:

O primeiro lançamento deu como resultado ficarem dois pinos tombados sobre a risca, sendo outros dois levados, indo embater contra o vinte que derrubaram, ficando ambos junto dele.

A contagem é a seguinte: vinte do vinte, mais dez da bola, somam trinta pontos, ditos «trinta de baixo», metade do jogo, também, na gíria, «meia vaca»; os dois pinos livres valem vinte e dois por livrar são mais quatro. Total: vinte e quatro de cima.

Imagine-se que no seguinte lançamento, que pertence ao parceiro contrário, foram tombados seis pinos, ficando também dois livres, mas sem derrubar o vinte. A contagem é: vinte pontos dos dois pinos livres, mais dez da bola, «meia vaca»; mais quatro pinos em baixo, por livrar, perfaz oito de cima.

Vem a terceira jogada que pertence ao parceiro do que fez o primeiro lançamento. Imaginando que a bola, ao ser arremessada, foi embater na meia encosta do jogadoiro, seguindo

de borda em borda e sem tocar em pino algum. Chama-se a isto dar um descarte. E então iria o quarto interveniente fazer o seu primeiro lançamento, a ver se completaria a jogada do companheiro. Ora se a bola ao passar, apenas com o vento da deslocação do ar tombasse um pino, na terceira jogada, já não era descarte. E nesse caso somam apenas mais dois tentos aos vinte e quatro de cima que já tinham da primeira jogada, porque a bola só se conta uma vez em cada jogo.

Vai agora fazer o quarto lançamento o parceiro do que jogara em segundo lugar e que tinha feito oito de cima, à procura do «remate». Por azar, a bola deu «ũa çapoilada» contra o chão, perdeu a força, indo saltar para a base dos pinos, à conta de umas areias, ficando ali travada. É considerada uma vergonha tal jogada. E desde que a bola não ultrapasse a risca, não fica livre, e por isso a jogada perde todo o valor, nada contando. Surge em consequência o escárnio dos assistentes que aproveitam a ocasião para o chicotear humorístico: «Deixaste-la chocar os ovos»... «cincaste»... «fizeste coisa pior do que xi-xi»...

Trata-se de uma competição desportiva, entretenimento sempre agradável, um passar de horas de alegria e satisfação, com as boas graças do deus Baco, o jovial amigo, aquele que repõe as bagadas de suor através das gotas rosadas do néctar dos sonhos e dos retemperos.

Sendo assim, vai à procura do complemento do jogo, precisamente aquele que o havia começado.

— «Bou-me lá ber si o acabo».

E desse lança desprezencioso nasceu uma espantosa jogada: quatro pinos livres e o vinte no chão: sessenta pontos, quando só faltavam seis.

O segundo jogo pertence agora ser começado pelo que fez a segunda jogada, pois conserva-se sempre a ordem do início.

Para este lançamento, imaginemos que houve o seguinte resultado: três pinos tombados e livres, com o vinte também caído. É o jogo completo: «Está de ãa vez», dizem.

O vinte e a bola, são trinta de baixo; e os três pinos livres perfazem os trinta de cima.

Quando à primeira jogada de qualquer jogo se conseguir fazê-lo completo, com a bola, diz-se que «está de três». Nesse caso vai o adversário tentar fazê-lo de quatro, ou seja: se fizer



Fig. 3 — Pormenor do jogadoiro em que se realça a colocação dos pinos.

os sessenta pontos sem a bola, sem contar os dez tentos da bola, prevalece a sua vitória sobre o que apenas fizera os sessenta pontos contando a bola.

Surge então este termo da gíria: «Roubou-lho»!

Indo jogar para quatro (quatro pinos livres ou o equivalente: três livres e mais cinco tombados, mas por livrar, e o vinte caído também) e não o conseguindo, prevalece a vitória do que fizera os «três i ó binte». E então, o colega do que tentou roubar, de quatro, o segundo jogo, vai começar a «negra». Assim se chama o terceiro jogo: «a negra». Mediante ele, apura-se o vencedor da partida.

*

* *

Anote-se, acerca da importância deste jogo, como existem ainda três dos quatro jogadores na Lagoa da Quintã.

*

* *

No passado mês de Julho improvisei um jogador em Quintã, na eira dos Maios, com a ajuda de familiares e vizinhos, para ilustrar este trabalho com algumas fotografias. A bola e os pinos foram feitos à la diable pelos antigos jogadores: Américo Costa, José Costa, Albertino, e meu irmão José.

Fomos abrir novamente a página do velho desporto-rei em Quintã. O povo aceitou novamente este formidável desporto. Jogou todo o verão, e por vezes até às duas da manhã. Os aficionados das redondezas ali têm ido também, ajudando a ressuscitar o mais lindo de todos os jogos de Quintã. Muito me alegro com a notícia ouvida de um irmão, ao regressar do Brasil, no passado mês de Setembro.

ANTÓNIO DA EIRA *

Professor na Escola Preparatória de Rates, Póvoa de Varzim
Sócio da Soc. Portug. de Antrop. e Etnologia

* Bairro Agro Velho, 2 — Aver-o-mar, — 4490 Póvoa de Varzim

O «Carvalho Santo» e o «Coreto» de Campo d'Égua (1)

INTRODUÇÃO

Campo d'Égua é uma das treze povoações que formam a freguesia de Santiago da Ribeira d'Alhariz. Pertence ao distrito de Vila Real e constitui, em área, a maior freguesia do concelho de Valpaços. Como o nome indica, a sede de freguesia é Santiago. As restantes povoações são, além das duas já referidas, Adagoi, Alvites, Amoinha Nova, Cancelo, Chamoinha, Esturãos, Parada, Paradela, Sanjusenda, Vila Nova e Vilela, aqui indicadas por ordem alfabética (Fig. 1).

A freguesia de Santiago da Ribeira d'Alhariz está rodeada por uma série de freguesias, pertencentes ao concelho de Chaves, umas, e incluídas no concelho de Valpaços, outras. Citemos, entre elas, as freguesias de Carrazedo de Montenegro (a mais importante), S. João de Curveira, Serapicos, Moreiras, Nogueira, Friões, Ervões, Vassal e Argeriz.

Os termos Parada (paragem), Paradela (pequena paragem) e Santiago parecem estar, na análise de alguns estudiosos, relacionados com a passagem de peregrinos a caminho de Santiago de Compostela.

Geograficamente falando, podemos considerar esta freguesia dividida em três zonas (Fig. 1):

Com altitudes inferiores a 600 m. Com altitudes compreendidas entre 600 a 800 m. Com altitudes superiores a 800 m.

A primeira destas zonas, com altitudes inferiores a 600 m pertence, já, à chamada «terra quente transmontana». Situam-se nesta área as povoações de Alvites, Cancelo, Parada e Sanjusenda. Sob o ponto de vista geológico predominam as forma-

(1) Trabalhos apresentados, como aluno da cadeira de Antropologia da Fac. de Ciências da Univ. do Porto, no ano de 1961.

ficas antigas, xistosas. A cultura da oliveira desaparece, praticamente. A cultura da videira não ultrapassa, em geral, os 700 m. O pinheiro vai dando lugar ao carvalho e surge a cul-

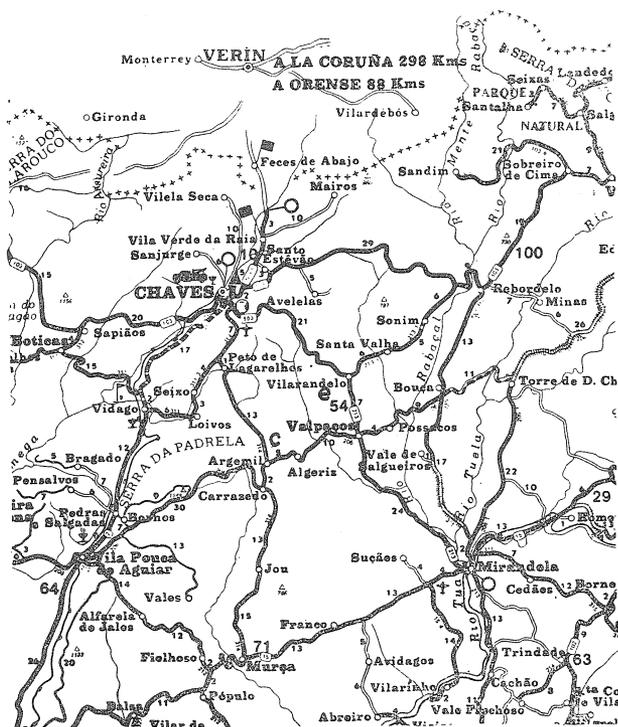


Fig. 2 — Posições de Campo d'Égua (c), de Argeriz e de Ervões (e), relativamente à aldeia de Carrazedo de Montenegro, às vilas de Vila Pouca de Aguiar, Murça, Mirandela e Valpaços e à cidade de Chaves (Mapa das Estradas de Portugal do A. C. P. na escala de 1/550000).

tura do castanheiro, principalmente nas proximidades das povoações de Chamoinha e Esturãos. Situam-se, nesta área, as povoações de Chamoinha, Esturãos, Vila Nova, Santiago e Paradela.

A terceira área geográfica, com altitudes superiores a 800 m, pertencem as povoações de Amoinha Nova, Vilela e Campo d'Égua. Sob o ponto de vista geológico esta área é predominantemente granítica, relativamente plana e, no domínio agrícola, sobressaem as culturas da batata, do centeio e da castanha. Os olivais e vinhedos desaparecem e o carvalho e o castanheiro, por vezes seculares e de grande porte, substituem quase totalmente o pinheiro.

Uma freguesia tão vasta e de características tão variadas, não podia ser pobre sob o ponto de vista histórico-cultural: *lendas, tradições, monumentos arqueológicos*. Cumpre a todos aqueles que estão sensibilizados para estes domínios dar a conhecer tal património evitando, assim, a sua perda total e irreparável, por terem caído no poço do esquecimento.

É muito, já, o que se fez até hoje, mas muito há, ainda, que desbravar e, principalmente, que preservar. O Instituto de Antropologia desta Universidade, sob a orientação do seu director Prof. Doutor Santos Júnior, não se tem poupado a esforços, no sentido de criar nos seus alunos, o verdadeiro interesse por tudo que cabe no domínio da Antropologia. E assim, anualmente, os alunos das licenciaturas em Ciências Geológicas e Ciências Biológicas são solicitados, como complemento ao programa desta cadeira, a apresentarem um «*trabalho especial*», à sua escolha, sobre um assunto relacionado com aquele importante ramo do saber.

Estou certo que têm sido recompensados os esforços feitos; pelo menos assim o prova a última exposição de trabalhos inaugurados no dia 11 de Abril de 1961, que esteve patente ao público durante 3 dias e foi muito visitada.

Os inúmeros assuntos que podem ser tratados tornam, por vezes, difícil a escolha. O domínio desta ciência é, por assim dizer, ilimitado, e os temas a estudar são, por conseguinte, inesgotáveis.

Escolhi a aldeia de Campo d'Égua, muito rica de tradições, por me ter servido de berço e ali ter vivido, permanentemente, até aos 11 anos.

Muitos são os assuntos, relacionados com a vida das gentes desta pequena povoação, que poderia tratar num trabalho desta natureza: a *Muda do Santo*; a *Partida do Burro*; as *Comadres*; a *Serrada da Velha*; os jogos da *Belharda*, da *Reca*, do *Malhão* ou do *Ferro*; a *Lenda do Carvalho Santo* e o *Careto*, entre outros. Dedici-me pelos dois últimos, pensando vir um dia a tratar os restantes.

LENDA DO CARVALHO SANTO

Foi na povoação de Campo d'Égua, no ambiente geográfico-geológico já descrito, no paraíso do Carvalho e do Castanheiro, protagonistas desta lenda que, ninguém sabe quando mas que foi, certamente, há muitos muitos anos, surgiu a lenda que vamos descrever e que chegou, até nós, contada de geração em geração.

A aldeia de Campo d'Égua situa-se a uma altitude de, aproximadamente, 820 m. Actualmente com 42 fogos e uma população que não ultrapassa as 150 pessoas, foi antigamente próspera em relação às suas vizinhas. As suas ruas são relativamente largas; as suas casas, ainda há poucos anos totalmente construídas com o granito da região e, por isso, completamente integradas na paisagem de onde emergiram. No entanto, a pouco e pouco, irreversivelmente, como uma doença contagiosa sem possibilidade de tratamento, o cimento, a cal, as tintas sintéticas, vão aparecendo como cicatrizes que alteram, para sempre, o monocromismo existente. De onde a onde, algumas casas muito antigas, com paredes circulares, dão-nos a conhecer, possivelmente, uma remota influência castreja.

A aldeia de Campo d'Égua propriamente dita, situa-se numa pequena depressão, aberta para noroeste, talhada ao longo dos anos por um pequeno curso de água de regime torrencial e tendo em frente, lá muito longe, a serra espanhola da Sanabria, a maior parte do ano coberta de neve e que é responsável, quando o vento sopra daquelas bandas, pelo intenso frio de alguns dias de inverno.

A cerca de 200 m a SE desta povoação, numa eminência rochosa, granítica, encontra-se a capela de N.^a S.^a da Encarnação. Com a frontaria virada para nascente, ela encontra-se completamente escondida deste lado pela presença de um imponente aglomerado granítico (Fig. 3). Esta capela é diferente de



Fig. 3 — Capela, muro limitante do adro capeado com grandes pedras de granito e o «Carvalho Santo».

todas as outras existentes na freguesia e, mesmo, diferente das estruturas religiosas que, vulgarmente são designadas por «capelas». Possui apenas um altar, mas o corpo da capela está dividido em duas partes: o corpo principal, mais largo, com uma escada do lado esquerdo que dá acesso ao coro e que tem, mais ou menos a meio, um púlpito de granito e com balaustrada de madeira e a capela-mor, mais estreita, para a qual se passa por um baixo degrau e que está encimada por um arco perfeito de granito.

O limite do adro, rectangular, é estabelecido por um muro também de granito sem qualquer material de ligação ou revestimento. A largura varia entre 70 e 80 cm e está capeado em toda a sua extensão, com grandes pedras igualmente de granito, medindo, algumas, mais de 1 m de comprimento e atingindo, mesmo, 1,60 m. Estas pedras coberturas ou «cápeas», possuem duas faces mais ou menos planas, interceptando-se a meio segundo um ângulo obtuso, tal como acontece com os telhados de duas águas. As cápeas situadas junto das portas de acesso ao adro possuem três águas com idêntica inclinação, interceptando-se duas a duas segundo uma aresta e originando, no ponto de intercepção das três faces, um vértice (Fig. 3). Em média o muro eleva-se a 1,20 m de altura, do lado interno. O acesso ao adro faz-se através de duas portas voltadas, respectivamente, para Sul e para Norte, sendo esta, a mais larga, que os habitantes de Campo d'Égua normalmente utilizam, pois que é aquela que se encontra voltada para a aldeia. Dado o desnível do terreno, o acesso a esta porta faz-se através de alguns compridos degraus que, tal como o muro, são feitos de granito.

Dentro do adro, do lado W, atrás da capela, encontra-se um velho tronco de uma árvore que mede, na base, 1 m de diâmetro e atinge, ainda, 4 m de altura (Figs. 3 a 6). Reconhece-se, pela presença de numerosos ramos, um deles com cerca de 60 cm de diâmetro na base, que se tratava de uma frondosa árvore. Encontra-se encostada ao muro, mas este não mostra sinais de ter sido deslocado durante o período normal de crescimento.

E eis o que nos diz a «Lenda do Carvalho Santo», acerca deste velho tronco que, enquanto pujante de vida, devido à cobiça humana, de «castanheiro» se transformou em «carvalho»:

Noutros tempos, este velho tronco, sustentando frondosos ramos, era um esbelto e nobre castanheiro que, indiferentemente, oferecia no Outono de cada ano a quem dele se abeirasse, as suas abundantes e saborosas castanhas. Entre as pessoas que tanto ambicionavam tal dádiva surgia, ano após

ano, um mês de permanente agitação. Naturalmente que eram os mais jovens, os mais fortes, os mais rápidos ou os mais madrugadores que ficavam com a maior parte do bodo. Tal situação de permanente disputa levava, frequentemente, a «zara-



Fig. 4 — O «Carvalho Santo», o adro e o cunhal posterior esquerdo da capela, bem como uma porção da cornija.

gatas» de consequências imprevisíveis, entre os habitantes desta povoação, normalmente pacíficos, amigos uns dos outros e sempre prontos a qualquer acção de entreatajuda.

E, a verdade, é que ninguém dormia o último sono pois, mal a manhã rompia, logo que o «buraco luzia», toda a gente,

novos e velhos, ainda estremunhados, com a cesta na mão e o saco a tiracolo ou a servir de capuz, a acabarem de se vestir pelo caminho, corriam a apanhar as castanhas que jaziam dis-



Fig. 5—O «Carvalho Santo». Fotografia do lado do adro, vendo-se que o grosso ramo, à esquerda, foi decepado com uma serra.

persas no solo sagrado do adro da capela, libertadas dos ouriços depois de amolecidos pela chuva e fustigados pelo vento.

Uma velhinha, porém, ou por ser menos rápida ou porque madrugava menos nunca conseguia, por mais esforços que

fizesse, apanhar «algumas mãos cheias que fosse», das tão desejadas castanhas. E, certo dia, depois de açoitada pelo vento forte, molhada e enregelada pela chuva, ter percorrido o caminho que



Fig. 6 — O «Carvalho Santo», visto do lado de fora do adro.

culmina com a subida da encosta que conduzia ao adro da capela sem conseguir, mais uma vez, a recompensa tão desejada, diz-nos a lenda, proferiu a seguinte praga: «*oxalá que, de hoje em diante te transformes num carvalho e que, em vez de castanhas, passes a dar bolotas*».

O dia passou com a normalidade habitual, numa aldeia e numa época do ano em que as ocupações são bem poucas. A velhinha nunca mais pensou na praga proferida pela manhã, bem cedo, no adro da capela e junto do frondoso castanheiro. Qual não foi porém o seu espanto e de todos os habitantes de Campo d'Égua que na manhã seguinte acorreram, mais uma vez, para apanharem as saborosas castanhas ao encontrarem, em vez do seu conhecido castanheiro, um frondoso carvalho e em vez de castanhas, muitas, muitas bolotas que jaziam dispersas pelo solo, umas, enquanto que outras se encontravam lá no alto, presas aos seus ramos. Mudos de espanto, vencidos pela evidência, regressaram a suas casas, a passo lento e de olhos posto no chão. Só então a velhinha se lembrou da praga proferida no dia anterior e o povo compreendeu que a ganância de uns redundou em prejuízo de todos. Acabaram as inimizades... porém, tarde demais! O carvalho continuou sempre carvalho e a transformação inversa nunca mais se verificou.

Do antigo castanheiro ninguém se lembra. Quanto ao «Carvalho Santo», várias pessoas afirmaram terem-no conhecido ainda com frondosos ramos, folhas e bolotas.

Ao «Carvalho Santo» não era permitido cortá-lo e quando, com o tempo, qualquer ramo seco caía, era «arrematado», entrando a receita para as despesas do culto.

Por volta de 1944 (?) realizou-se um período de celebrações religiosas conhecidas por «Muda do Santo» e que tinha como objectivo pedir a interferência divina para pôr fim a um prolongado período de seca. Todos os peregrinos, vindos muitos de terras distantes, queriam levar, um pequeno fragmento que fosse, do velho tronco. E este assalto verificou-se, também, aos jovens carvalhos que cresciam junto, do lado de fora do adro da capela e dos quais quase só ficaram as raízes, porque se encontravam protegidas pelo solo. No dizer dos peregrinos que ali acorreram a elevar as suas preces para o fim da estiagem, estes jovens carvalhos eram «filhos» do velho e ressequido tronco.

Ano após ano, enquanto que o «velho tronco» vai, lentamente, desaparecendo, novos carvalhos, do lado de fora do adro, tal como aqueles que no ano de 1944 foram levados, aos bocadinhos, como relíquias, continuam a crescer e a revestir-se de folhagem em cada Primavera.

O «CARETO» DE CAMPO D'ÉGUA

O entusiasmo com que o Prof. Doutor Santos Júnior, Prof. de Antropologia e Director do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, falava, nas suas aulas, dos mascarados trasmontanos da região de Bragança, muito dos quais por ele minuciosamente estudados, fez nascer em mim a ideia de em trabalho especial ⁽¹⁾ dar a conhecer os mascarados e outros «caretos» de algumas das vizinhas povoações de Carrazedo de Montenegro, concelho de Valpaços, pois se me afigurava, pelo conhecimento directo que deles tinha, apresentarem características bem específicas e diferentes, portanto, dos mascarados brigantinos.

Como aluno de Antropologia no ano lectivo de 1960-61, escolhi, para este trabalho, o «Careto» de Campo d'Égua. Farei ainda, por me parecer de grande interesse, uma breve referência aos «caretos» de Argeriz e de Ervões, pois que possuem algumas características perfeitamente específicas que não só os distinguem entre si, mas os distinguem, também, dos «caretos» de Campo d'Égua.

Nesta aldeia, bem como noutras, ainda que poucas, pertencentes ao concelho de Valpaços (Paradela, Santiago, Pereiro, Argeriz e Ervões) mantém-se bem viva, ainda, esta festa tão característica, que se realiza no intervalo de tempo que vai do

(1) O Prof. Santos Júnior sugeria aos seus alunos a elaboração de um trabalho pessoal quer de Antropologia Física, quer de Arqueologia ou de Etnografia de temas à escolha de cada um.

Domingo Magro (Domingo da Sexagésima), isto é, o penúltimo Domingo antes da Quaresma, até ao dia de Entrudo propriamente dito.

O Entrudo que vou descrever já não é mais que uma sombra do que era há alguns anos atrás; creio bem que, daqui a uma dúzia de anos, ele não seja mais do que uma sombra de actualmente.

O «Careto» de Campo d'Égua é uma personagem que se apresenta sob três aspectos diferentes, mas cada qual com características muito específicas de acordo com um lugar bem marcado, isto é, com um papel a desempenhar muito distinto de todos os outros: os «mascarados» ou de «campainhas», as «madas» e os «cinzeiros».

«MASCARADOS» OU DE «CAMPAINHAS» (Fig. 7)

Como o próprio nome indica o «mascarado» apresenta, como característica principal, a face coberta por uma máscara, a «careta», de indústria caseira ou comprada no mercado. No primeiro caso, podem ser feitas de cartão, de lata ou, até de pele de coelho; no segundo caso, são normalmente feitas de cartão ou então, recentemente, de borracha o que as torna mais caras e, por conseguinte, menos acessíveis às magras bolsas da maioria.

A acompanhar o uso da máscara, ou careta, o mascarado de Campo d'Égua utiliza todo um conjunto de peças de vestuário, sendo umas de origem feminina e outras de origem masculina. Assim, prendendo a parte superior da «careta» à altura da testa e tapando o resto da cabeça que aquela deixa a descoberto, usa um «lenço de cabeça» de mulher, espécie de véu de algodão de cores garridas ou estampado; duas das pontas descem da testa e, encobrindo as orelhas, vão apertar na região posterior do pescoço; as outras duas pontas, apertando na região anterior do pescoço servem, apenas, para evitar que o lenço seja deslocado pela acção do vento; enfunando, na cor-

rida, faz lembrar uma enorme cabeçorra cheia de ar, cujo volume e forma vão continuamente variando. Uma camisola de lã normalmente de cores carregadas, umas calças interiores de mulher, geralmente de cores claras (brancas, cor de rosa,



Fig. 7 — Mascarado de Campo d'Égua.

azuis, etc., frequentemente estampadas) e feitas de flanela, compridas até ao joelho e umas meias, também de mulher, compridas até acima do joelho, são as restantes peças de vestuário. Como calçado, normalmente botas de cabedal.

Por cima da camisola, o «mascarado» usa um par de coleiras de bois, com campainhas em grande quantidade, cruzando no peito e nas costas. Na mão direita usa um «chicote» que é, normalmente, um grosso cinto de cabedal e umas luvas de lã a fim de, mais dificilmente, ser identificado e reconhecido.



Fig. 8 — Mascarados de Argeriz.

O «mascarado», como aliás acontece com todos os outros tipos de «caretos», goza de privilégios especiais que, naturalmente, a sua indumentária lhe concede, privilégios esses que se encontram perfeitamente expressos no seguinte ditado carnavalesco: «*No Entrudo passa tudo*».

E, na verdade, toda a gente toma as suas precauções neste período festivo, pois que o «careto», senhor da sua grande liberdade, entra em todas as casas e em todas as suas dependências desde o momento que se encontrem abertas; mexe e remexe em tudo que se encontra ao seu alcance, chegando



Fig. 9 — Grupo de mascarados de Argeriz.

mesmo a apoderar-se, na presença das pessoas da casa, de uma peça de fumeiro (alheira, chouriço ou salpicão) sem que esta sua atitude seja considerada um roubo ou qualquer falta grave que mereça um reparo ou repreensão.

A visita de «mascarados» ou qualquer outro «careto» a uma casa é, mesmo, uma prova de muita estima e consideração.

Muitas famílias há, que aproveitam o Entrudo para, transformados em «caretos», visitarem os seus amigos, divertindo-se em conjunto (dançando e cantando) depois de se darem a conhecer.

O «mascarado» só anda de dia; logo que escurece recolhe a casa e desaparece como «careto». Mas, nas poucas horas de vida que tem em cada ano, corre sem descanso por campos, ruas e carreiros, ouvindo-se à distância devido ao barulho das numerosas campainhas e fazendo vibrar violentamente no ar o seu chicote, como se ensaiasse um ataque a qualquer inimigo invisível; soltando continuamente sons guturais, ininteligíveis, qual grito de guerra, ele corre atrás da rapaziada alvo-roçada que ainda corre, normalmente, mais do que ele, com medo das chicotadas sem piedade do seu perseguidor. De notar também que, de uma maneira geral, os mascarados não andam isolados, mas sim em grupos. Na aldeia, o Entrudo é considerado tanto melhor, quanto maior for o número de mascarados a percorrer as suas ruas.

Alguns «caretos», incluídos na categoria dos «mascarados», não usam qualquer «careta» a cobrir a cara; limitam-se a «infortar» (enfulijar) a cara. Para isso, «untam» as mãos com azeite, esfregam-nas em seguida nas «padieiras» dos fornos passando-as, depois, pela cara. Este «careto preto» completa a sua imagem colocando, geralmente, uns dentes de cebola que sobressaem, pela sua brancura, do tom negro e luzidio da pele. As restantes peças que caracterizam este «careto» são as mesmas que já foram descritas.

«*Madamas*» (Figs. 10 a 14).

A indumentária deste tipo de «careto» é, ao contrário do que acontece com o «mascarado», muito mais variada nas suas linhas gerais dependendo, essencialmente, da imaginação de

cada um e, imaginação, é aquilo que menos falta nesta festa do ano: são raparigas que se vestem de rapazes e mesmo de velhos, com grandes barbas; são rapazes que utilizam, como disfarce, peças de vestuário de mulher; são pares de namorados, sol-

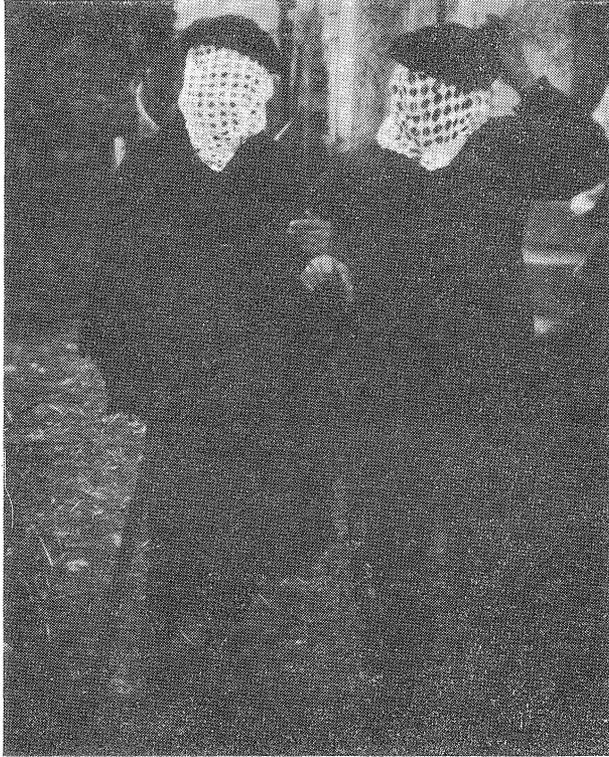


Fig. 10 — Madamas. Par de namorados.

dados, generais, reis e rainhas, corcundas, etc. Na Fig. 14 um dos caretos faz de «burro» ao qual não falta, mesmo, a albarda, enquanto que um outro se encontra escarranchado no seu dorso e, ao lado, o condutor da «besta», de pau na mão:

Mas nem sempre é o homem que se faz passar por burro. Num dia de Entrudo, em Campo d'Égua, um grupo de «caretos» levava um burro (um burro autêntico) pela arreata, obrigando o pobre do jumento a entrar em todas as casas mesmo naquelas em que era necessário subir íngremes escadas de granito com muitos degraus e, uma vez lá dentro, a dar uma volta completa à lareira!...



Fig. 11 — Grupo de 4 «Madamas».

Como é fácil reconhecer através das fotografias, uma característica, uma só, é comum a este tipo de «careto»: é que todos tapam a cara com um pano de renda branco, ou outro qualquer tecido mais ou menos transparente.

As «madamas», tal como acontece com os «mascarados», entram em todas as casas; dançam, ameaçam gesticulando, mas são todos «mudos» a fim de não serem facilmente «conheci-

dos. Formam, normalmente, grupos por vezes numerosos, deslocam-se a passo lento, cumprimentam toda a gente e andam quer de dia quer de noite.



Fig. 12 — Grupo de 6 «Madamas».

O «CINZEIRO»

Esta terceira encarnação anual, digamos assim, do «*coreto de Campo d'Égua*», caminha rapidamente para a extinção não sendo, já, muito frequente. Relativamente aos outros dois tipos descritos, ele tem sempre uma representação muito pouco significativa.

Normalmente, utilizam como vestuário uma manta velha ou um saco a servir de vestido, cara «inforatada» (enfulijada) e um chapéu velho enterrado na cabeça. Por baixo da manta,

quase sempre, a tiracolo, o cinzeiro leva, respectivamente, um saco ou um alforge cheio de cinza, de onde lhe vem o nome por que é conhecido. Às mãos cheias, ele vai lançando aquele produto sobre todas as pessoas que se encontram desprevenidas, que não deram pela sua aproximação e não tiveram tempo



Fig. 13 — Grupo de 3 «Madamas».

de fugir, ou que por ele foram apanhadas na fuga. Caminha devagar ou depressa, conforme mais lhe convém, a fim de cair sobre a sua presa.

Pelas razões apontadas, o «cinzeiro» é um «careto» que todas as pessoas procuram evitar, mas nunca molestar; é preciso não esquecer que se está no Entrudo e lá diz o ditado... À sua aproximação, caso seja assinalada, fecham-se portas e janelas, sempre que estejam ao seu alcance, pois a cinza atirada

para dentro das próprias casas pode ir, mesmo, parar à panela de caldo fumegante ou ao toucinho da frigideira...



Fig. 14 — Grupo de 3 «Madamas» com uma a fazer de burro.

ENTERRO DO «ENTRUDO»

À meia noite de Terça-feira de Carnaval e em cada ano, o Entrudo morre, para ressuscitar cerca de um ano depois. Ao fim da tarde, após o pôr do sol realiza-se o seu enterro.

Com quatro tábuas velhas é preparado um «esquife» onde é metido o Entrudo, um boneco feito de palha e de trapos principiando, então, através das ruas da povoação, o cortejo fúnebre: à frente do préstito segue, coberto com um lençol, o padre, vindo em seguida o «morto» transportado por quatro homens ao lado de cada um dos quais um outro transporta um alto

«fachuco» de palha. A fechar o cortejo segue toda a gente da aldeia que pretenda nele tomar parte, onde não falta a garotada chorando e lastimando-se como se se tratasse de uma pessoa da família e muito querida. Findo o cortejo e em local previamente escolhido pelos organizadores, o Entrudo não é enterrado, mas sim queimado.

Como se explica a presença ainda, através de uma festa tipicamente pagã, da «cremação» dos cadáveres?

«MASCARADOS» DE ARGERIZ E DE ERVÕES

Na aldeia de Ervões, sede da freguesia do mesmo nome, o «mascarado» apresenta uma característica muito interessante; não usa chicote como o de Campo d'Égua mas um comprido pau numa das extremidades do qual está preso um «odre» cheio de ar, com a qual «zurra» nas pessoas que lhe passam ao alcance na rua e mesmo naquelas que se encontram nas janelas e varandas mais baixas.

Em Argeriz o «mascarado» (Figs. 8 e 9) usa, além do chicote, na mão direita, um comprido pau na mão esquerda com, aproximadamente, 2 m de comprimento. Outra característica que o distingue consiste no uso de uma «faixa» de tecido em volta da cintura, bem como a cor das camisolas que é, regra geral, mais clara.

Estudar com mais pormenor os «caretos» de Ervões e de Argeriz, creio que teria muito interesse. Tal estudo ultrapassava, no entanto, o âmbito deste trabalho.

Guimarães, Setembro de 1983.

ADÉRITO MEDEIROS FREITAS *

Prof. de Geologia no Liceu Martins Sarmiento (Guimarães),
sócio da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia,
que foi aluno de Antropologia no ano lectivo de 1960-1961
na F. C. da Univ. do Porto.

* Rua Dr. Saraiva Brandão, 260 8.º - D.to — 4800 Guimarães.

Subsídios

Foram concedidos à Sociedade Portuguesa de Antropologia para actividades no ano de 1983, para trabalhos de campo e de gabinete, publicação de trabalhos, em especial da revista da Sociedade «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» e sua distribuição pelos sócios e entidades nacionais e estrangeiras com que se permuta, os seguintes subsídios:

Direcção-Geral do Ensino Superior (em 6 de Julho de 1983)	450.000\$00
Instituto Português do Património Cultural em 3 de Setembro de 1982 para trabalhos no Castro de Sabrosa	60.000\$00
No Castro da Curalha	60.000\$00
Câmara Municipal de Chaves (para trabalhos no Castro da Curalha — (em 27 de Setembro de 1982)	60.000\$00
Fundação Calouste Gulbenkian (em 23 de Fevereiro de 1983)	50.000\$00
Câmara Municipal de Boticas (para estudo do Castro do Concelho de Boticas — 8 de Março de 1983)	40.000\$00

REVISTA BIBLIOGRÁFICA

G. LOPEZ MONTEAGUDO — **Las esculturas zoomorfas «célticas» de la Península Ibérica y sus paralelos polacos**, sep. de «*Archivo Español de Arqueología*, Vol. 55, 1982, n.ºs 145-146 — C.S.I.C. — Madrid, 1982, págs. 3-25, e 8 Figs.

A autora manifesta amplos conhecimentos arqueológicos, atestados pelas múltiplas citações bibliográficas e pelas eruditas considerações feitas ao longo do trabalho que vamos analisar.

Pelos dizeres do título parece pôr a hipótese de que as esculturas «zoomorfas» são célticas, ou seja de origem celta.

Li o trabalho com atenção, admirei os vastos conhecimentos da autora, pelo que a felicito, mas confesso que não me convenceu quanto à origem céltica daquilo que há muito venho chamando *cultura dos berrões*, enxertada na cultura castreja.

Começa a autora por realçar o grande número de «esculturas zoomorfas que representam toros y cerdos» e que se distribuem pelo noroeste peninsular em número de mais de 200, como informa na pág. 24.

O meu trabalho *A cultura dos berrões no nordeste de Portugal*, in «*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*», revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1975, Vol. 22, págs. 353-516, com 31 desenhos, e 53 Est. com 99 fotografuras, foi reeditado em livro pela Direcção-Geral dos Serviços Culturais com o título *Berrões proto-históricos no nor-*

deste de Portugal, Lisboa, 1975, 167 págs., com os mesmos desenhos e fotografuras do trabalho anterior: neles fiz o estudo dos berrões que se conheciam em Portugal.

Nestes trabalhos realcei o facto de os «berrões» achados no norte de Portugal serem na sua maioria porcos e touros, mas também javalis e pelo menos 1 bode (Castro do Baldoeiro, Vilarça, Moncorvo — Vd. Trab. cit. pág. 480, 1 Fig.) e 1 urso, a erroneamente chamada *Porca da Vila* do pelourinho de Bragança (vd. Fig. 8 e 42 a 48 do mesmo trabalho).

Além dos animais referidos, porcos, touros, javalis, um bode e um urso, há no Museu de Zamora, que visitei em 1953, além de 2 touros, 1 carneiro e uma vaca, como indiquei na nota de fundo da pág. 497 do trabalho cit.

Importa não esquecer as estátuas dos vários animais indicados e não exclusivamente de porcos e touros, o que, em meu parecer, atesta a remota e ampla zoolatria.

Convidado a participar no XI Congresso Internacional das Ciências Antropológicas e Etnológicas, que se realizou no Canadá (Québec e Vancouver) em Agosto de 1983, e a dar um tema para esse colóquio, propuz *Zoolatria pré e proo-histórica*, tema que foi aceite, e do qual, por não ter podido ir ao Canadá, enviei a respectiva comunicação, *The «berrões», proto-historic stone statues of the boars, worshipped as idols, object of Zoolatry.*

Mas voltemos ao trabalho de G. Lopez Monteagudo.

Na primeira nota do fundo da primeira página do seu trabalho a autora esclarece que a finalidade que se propoz foi a de «exponer el possible significado o carácter de las esculturas de «verracos» principalmente a través del estudio comparativo con los ejemplares existentes en Polonia», de que só se conhecem apenas 2 exemplares. Na Fig. 6 publica em fotografura o «veraco» de Gleza (Polónia).

Dada a pequenês da cabeça dessa estátua e as grandes patas que a escultura bem patenteia, sou levado a crer que representará um urso.

Porém antes de emitir conclusões a A. julgou conveniente dar a panorâmica geral do «âmbito geográfico, cultural y cronológico en el que se enquadran los verracos».

Em 18 páginas (págs. 4 a 21 do seu trabalho) de prosa compacta faz uma ampla panorâmica da *cultura castreja*, nos seus múltiplos aspectos materiais e sociais, que identifica com a *cultura dos verracos*.

É de admitir que os *verracos*, ou *berrões* tenham origem essencialmente castreja. Dos 63 ou 64 *berrões* até à data indicados no norte de Portugal, um pouco mais de metade são de averiguada origem castreja. Aliás também na Espanha muitos *verracos* têm sido achados em castros.

Este facto permitiu criar dentro da vasta e geral *cultura castreja* um sector, precisa e tipicamente caracterizado pelas estátuas zoomórficas de granito de vários animais, e sobretudo de porcos machos ou de cobrição, os *berrões*, e tal sector foi arqueologicamente designado como *cultura dos berrões*.

Poderão considerarem-se sinónimas *cultura castreja* e *cultura dos berrões*? A primeira é definida por um amplo conjunto de elementos que a autora expõe, e bem, em 18 páginas do seu proficiente trabalho. A segunda é um sector da cultura castreja, tipicamente definido pelas estátuas zoomórficas encontradas no ambiente castrejo.

Tarefa a levar a cabo será averiguar a que período, a que séculos, da longa evolução castreja, computada como vindo talvez do fim do Bronze, do Neolítico, até ao século III-IV d.C., pertencem tais estátuas zoomórficas, que, salvo melhor parecer, considerámo-las como elementos indicadores do florescimento espiritual de um culto zoolátrico.

Quanto à origem céltica dos *verracos* ou *berrões*, embora vários autores tenham emitido tal hipótese, julgo-a desprovida de bases sólidas alicerçadas em dados suficientemente comprovativos.

Como expus no capítulo *Cronologia e Etnografia* do meu cit. trabalho, arrimado aos pareceres de Bosch Gimpera, emiti

a hipótese de que os berrões seriam pré-celtas e possivelmente esculpidos pelos estatuários da tribo dos Draganos que viviam «*bajo el sub nivoso maximo septentrion*».

Região que deve corresponder à nossa actual província de Trás-os-Montes, que, como escreveu Bosch Gimpera, «ficava afastada dos grandes caminhos» dos celtas. (Pedro Bosch Gimpera, *Los celtas em Portugal*, in «Homenagem a Martins Sarmiento no centenário do seu nascimento», Guimarães, 1933, págs. 54-72, e 2 Figs.).

Pelo que expus em pormenor no meu cit. trabalho julga-se que a hipótese que emiti de a cultura de berrões ser possivelmente pré-céltica e provavelmente florescente na tribo dos draganos, tem certa plausibilidade.

Aliás a A. na pág. 21 do seu erudito trabalho escreveu «Si las esculturas zoomorfas de «verracos» son consideradas monumentos celtas, hay que preguntar-se por qué aparecen solamente en parte da Polónia y de la Península Ibérica y no en el resto del mundo celta y cuales fueron las relaciones existentes durante el primero milenio a.C. entre ambas regiones tan alejadas geograficamente, que non han dejado testimonios intermedios».

A resposta é fácil. Não aparecem «verracos» no resto do mundo celta pela simples razão de que não devem ter sido os celtas nem criadores nem impulsionadores da cultura dos berrões ou «verracos», que na Península Ibérica atingiu extraordinário desenvolvimento, como atestam as mais de 200 estátuas de «verracos» que até à data são conhecidas em Portugal e em Espanha.

Tudo leva a crer que o notável florescimento zoolátrico da cultura dos berrões tenha sido de autocriação Peninsular, porquanto, até à data não se conhece nada a que possa ser atribuída acção influenciadora da criação da tal cultura, aliás circunscrita a uma faixa centro-noroéstica, formada essencialmente pelas províncias de Trás-os-Montes, Salamanca, Zamora, Ávila, Toledo e Cáceras. Podem admitir-se aculturações por influências

extrínsecas, e de facto as há, e, pelo menos, em muitos casos têm sido consideradas como tal.

Tem sido norma quase geral atribuir a muito daquilo que nos mostra a nossa arqueologia como resultante de influências orientais Mas nem tudo terá sido sempre assim.

Por que não admitir que as mesmas necessidades humanas criem nos homens de diferentes regiões da Terra, os mesmos problemas, que humanamente sejam resolvidos de maneira similar, sem necessidade de influência estranha?

Pelo que nos mostra o grande número de estátuas de pedra de vários animais, mais de duzentas, como informa a autora do erudito trabalho que analisamos, a cultura dos berrões, que supomos isenta de influência criadora céltica, pode considerar-se como pura criação peninsular.

E pelo que se pode inferir pelo achado de Picote (ver meu trabalho *A cultura dos berrões no nordeste de Portugal*, págs. 429 a 438), a cultura dos berrões reflecte um notável florescimento do culto zoolátrico.

SANTOS JÚNIOR

BARRY FELL — **Bronze Age America**, Edit. Little Brown and Company, Boston — Toronto, 1982, 304 págs., profusamente ilustrado com mais de 300 desenhos e fotografuras.

Barry Fell, Professor jubilado de Biologia da Universidade de Harvard, veio de Nova Zelândia em 1964, autoridade mundialmente consagrada em biologia marinha, especialista de línguas antigas, é Presidente da Epigraphic Society.

No livro que agora analisamos, bem como nos seus dois livros anteriores, *Saga America* e *America B. C.* trouxe um extraordinário conjunto de elementos colhidos na arguta decifração e leitura de remotas inscrições, que sempre foram consideradas indecifráveis, elementos que são de suma importância para a história e arqueologia da América do Norte.

Logo de entrada na pág. 13 o A. diz que a finalidade essencial do seu livro foi dar a conhecer a notável descoberta,

feita pela interpretação e leitura de remotas inscrições gravadas em pedra, de um rei escandinavo ter feito, cerca de 1700 a.C., uma viagem à América do Norte, e com os índios algonquianos trocar tecidos por lingotes de cobre, e ali estabeleceu um posto comercial antes de voltar à sua cidade natal na cabeça do fiorde de Oslo.

É impressionante a leitura dos 4.º e 5.º capítulos referentes àquele rei escandinavo King Woden Lithi. O 4.º intitulado *King Woden Lithi speaks* e o 5.º *King Woden Lithi Observatory*.

Os 10 capítulos seguintes das págs. 137-270 tratam da religião e dos deuses mitológicos da idade do bronze.

Segue-se o 16.º capítulo *How stone age language was preserved in bronze age petroglyphs*.

O 17.º capítulo tem o título *Who were the sea peoples*.

O 18.º e último capítulo é *The language of our bronze age ancestors*.

Pode à primeira vista parecer estranha e audaz a leitura das remotas inscrições gravadas em penedos ou escarpas rochosas em várias regiões da América do Norte, mas quem ler os primeiros capítulos deste livro notável, e tomar conhecimento dos alfabetos *Ogam* celta e do *Tifinag* dos berberes, Tuaregues da montanha do Atlas do norte da África, alfabetos sem vogais, só de consoantes, fica ciente que as leituras e interpretações das remotas inscrições americanas feitas pelo Prof. Barry Fell assentam em bases concretas do conhecimento dos dois velhos alfabetos *Ogam* e *Tifinag*, bem como do estudo de velhas línguas da Irlanda e da Escandinávia.

Na pág. 263, na Fig. 15-4 publica uma plaquete inscrita em caracteres ibéricos, aparecida num túmulo em West Virginia com um esqueleto de que reproduz a caveira de perfil, que é de tipo europeide. O A. em face daquela plaquete escreve. «The evidence is strongly in favor of an Iberian presence in Ancient America.

Que mais ensinamentos nos trará a decifração e leitura das velhas inscrições em pedra, sobretudo frequentes no West Virginia.

S. J.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

VOL. XXIV — FASC. III

SUMÁRIO:

AVELINO ALVES MIRANDA JÚNIOR, JOAQUIM NORBERTO DOS SANTOS e JOAQUIM R. DOS SANTOS JÚNIOR:

Castros do concelho de Boticas

ADÉRITO MEDEIROS FREITAS e J. R. DOS SANTOS JÚNIOR:

O Castro da Curalha — 8.^a campanha de escavações — 1982

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR:

Os lavradores de Mindego lavravam a terra e o mar — Notas de vida agrária

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR:

Lagar comunitário da cera — Felgueiras — Moncorvo

Vária: — 31.^a Campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos — 1982, (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR) (págs. 511 a 519); Campanha de Trabalhos no Castro de Sabrosa em 1982, (CARLOS ERVEDOSA) (págs. 519 a 525); A remota Zoolatria e a lápide do Castro do Monte de S.ta Luzia (Freixo de Espada-à-Cinta) (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR) (págs. 526 a 532); The «berrões», protohistoric stone statues of the boars, worshipped as idols, object of zoolatry, (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR) (págs. 533 a 537); A Derruída ou Vila Velha de Santa Cruz de Vilarica (J. R. DOS SANTOS JÚNIOR) (págs. 538 a 548); O Jogo da Bola em Quintã — Freguesia do Concelho de Vila Real — Trás-os-Montes, (ANTÓNIO DA EIRA) (págs. 548 a 558); O «Carvalho Santo» e o «Caretó» de Campo d'Égua (ADÉRITO MEDEIROS FREITAS) (págs. 559 a 581); Subsídios (pág. 582).

Revista bibliográfica: — G. LOPEZ MONTEAGUDO, (págs. 583 a 587); BARRY FELL, (págs. 587 a 588).